

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS – SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

FENÔMENOS DE DESIGUALDADE
uma investigação sobre a segregação socioespacial na Vila União, Zona Norte
de Sorocaba

JUAN LOMARDO

SOROCABA – SP

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS – SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

FENÔMENOS DE DESIGUALDADE
uma investigação sobre a segregação socioespacial na Vila União, Zona Norte
de Sorocaba

Juan Lomardo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSCar-Sorocaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientação: Lourdes Bezerra Carril

Co-orientação: Rosalina Burgos

SOROCABA – SP

2021

Lomardo, Juan

Fenômenos de desigualdade : uma investigação sobre a segregação socioespacial na Vila União, Zona Norte de Sorocaba / Juan Lomardo -- 2021.
154f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Lourdes de Fátima Bezerra Carril

Banca Examinadora: Amélia Luísa Damiani, Antônio Bernardes

Bibliografia

1. Geografia Urbana . 2. Segregação Socioespacial. 3. Resistência. I. Lomardo, Juan. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

FOLHA DE APROVAÇÃO

JUAN LOMARDO

FENÔMENOS DE DESIGUALDADE

uma investigação sobre a segregação socioespacial na Vila União, Zona Norte de Sorocaba

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Sorocaba, 26 de agosto de 2021

Orientador(a)

Dr.^a Lourdes de Fátima Bezerra Carril
Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba

Co-orientador(a)

Dr.^a Rosalina Burgos
Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba

Examinador(a)

Dr.^a Amélia Luísa Damiani
Universidade de São Paulo

Examinador(a)

Dr. Antônio Bernardes
Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba

Dedico este trabalho à minha filha, Maria, e à minha companheira, Flávia. Dedico também a todas pessoas que lutam por um teto nas cidades brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, Nanaia e Fernando, por todo apoio prestado desde a época da graduação. Agradeço também à minha irmã, Isadora, pelo auxílio e dedicação à minha filha, Maria.

Agradeço à minha orientadora Lourdes Carril, pelos caminhos teóricos sugeridos e pelas horas de debates acerca de uma temática tão cara à ciência geográfica.

Agradeço à minha co-orientadora, Rosalina Burgos, que, apesar de todas as vicissitudes acadêmicas, se fez presente durante os momentos mais árduos da pesquisa, pelas incontáveis sugestões e contribuições ao texto que aqui se apresenta.

Agradeço às lideranças comunitárias da ocupação Vila União, especialmente à Estefânia e ao Pastor Juares, pela disposição e tempo em participar das entrevistas e enriquecer imensamente o trabalho com as falas das pessoas do lugar.

Agradeço à Drika, presidente da CUFA-Sorocaba, pelas suas falas, que também agregaram grande valor ao texto final.

Agradeço a todas as pessoas e entidades que apoiam a ocupação Vila União, Ação Antifascista de Sorocaba, Brigada Solidária, Banco de Alimentos de Sorocaba, CUFA-Sorocaba, Made in Rua, Coletivo Direito à Cidade, Despertar das Flores, entre outros nomes de pessoas e grupos.

Agradeço ao amigo Rodrigo Dalla Dea, pelos inestimáveis trabalhos de transcrição prestados.

Agradeço também à minha companheira Flávia, pela dedicação e agilidade nas transcrições realizadas de última hora.

Agradeço especialmente aos moradores da Vila União, pelo acolhimento em meio à comunidade e pela disposição em elucidar as dúvidas e questionamentos que se fizeram presentes durante o processo de pesquisa.

Sorocaba, julho de 2021

RESUMO

A presente pesquisa consiste em um esforço no sentido de se debater o conceito de segregação socioespacial à luz de observações realizadas na ocupação Vila União, localizada na Zona Norte do município de Sorocaba, interior do Estado de São Paulo. A partir do que foi verificado em campo, lança-se mão da noção de segregação da segregação, ou de escalas de segregação socioespacial, analisada com base nos conceitos de reprodução do espaço urbano e desenvolvimento geográfico desigual. Compreendendo o processo de urbanização na sociedade capitalista como urbanização crítica, o escopo do trabalho também se voltou para as possibilidades contra-hegemônicas do lugar e o movimento do devir, potencializados nas ações de resistência da população da ocupação Vila União.

Palavras-chave: Segregação socioespacial. Resistência. Geografia Urbana.

ABSTRACT

The present research consists of an effort to debate the concept of socio-spatial segregation, with the observations carried out in the Vila União occupation, located in the North Zone of the municipality of Sorocaba, in the countryside of São Paulo. Based on what was verified in the place, the notion of segregation of segregation is used, analyzed based on the concepts of reproduction of urban space and unequal geographic development. Understanding the urbanization process in capitalist society as critical urbanization, the aim of the research was also the counter-hegemonic possibilities of the place, visualized in the resistance actions of the population of the Vila União occupation.

Keywords: Segregation. Resistance. Urban Geography.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 - Antes do início (ruas Oswaldo Moretto e Olinda Ayres Paulette).....	28
FOTO 2 - Silva Calhas e rua Olinda Ayres Paulette.....	28
FOTO 3 - Esquina entre rua Oswaldo Moretto e rua Olinda Ayres Paulette.....	29
FOTO 4 - Vieiras de acesso à ocupação Vila União.....	29
FOTO 5 - Rua da ocupação Vila União.....	36
FOTO 6 - Rua da ocupação Vila União.....	36
FOTO 7 - Casa da Estefânia.....	37
FOTO 8 - Construção do Shopping Cidade.....	39
FOTO 9 - Shopping Cidade.....	39
FOTO 10 - Terminal BRT Vitória Régia visto da Vl. União.....	40
FOTO 11 - Vila União vista do Terminal Vitória Régia.....	40
FOTO 12 - Vila União vista do Terminal Vitória Régia.....	41
FOTO 13 - Rua da Ocupação Vila União.....	51
FOTO 14 - Residências da Ocupação Vila União.....	52
FOTO 15 - Apresentação do espetáculo.....	96
FOTO 16 - Grupo teatral nas ruas da ocupação.....	97
FOTO 17 - Apresentação do espetáculo na praça.....	97
FOTO 18 - Placa que indica a posse da terra por Gregório Leme.....	100
FOTO 19 – Ruas e bandeiras.....	114
FOTO 20 – Ruas e bandeiras.....	115
FOTO 21 – Festa Junina.....	116
FOTO 22 – Pula-pula.....	117
FOTO 23 – Comidas típicas.....	118

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Croqui de localização aproximada do centro de Sorocaba e da ocupação Vila União.....	31
FIGURA 02 - Croqui de localização da Vila União.....	32
FIGURA 03 - Mapa de arruamento da Ocupação Vila União e entorno.....	32
FIGURA 04 - Sobreposição mapa de arruamento e imagem satélite (2010).....	33
FIGURA 05 - Ocupações Vila União e Jardim Ana Vitória (2020).....	34
FIGURA 06 - Transformação sobre o uso e ocupação da terra urbana da área de estudo, 2010.....	35
FIGURA 07 - Transformação sobre o uso e ocupação da terra urbana da área de estudo, 2020.....	35
FIGURA 08 - Imagem de satélite da avenida Itavuvu (1976).....	82
FIGURA 09 - Imagem de satélite da avenida Itavuvu (1995).....	83
FIGURA 10 - Imagem de satélite da avenida Itavuvu (2005).....	84

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Segregação Socioespacial em Sorocaba (Censo 2000).....	16
MAPA 02 - Vulnerabilidade social em Sorocaba (Censo 2010).....	17
MAPA 03 – Mancha urbana da cidade de Sorocaba no Estado de São Paulo.....	18

LISTA DE SIGLAS

ACSO	Associação Comercial de Sorocaba
AEAS	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba
BRT	Bus Rapid Transit
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEI	Centro de Educação Infantil
CIESP	Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CUFA	Central Única das Favelas
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS	Instituto Defende Sorocaba
PDDFT	Plano Diretor de Desenvolvimento Físico de Territorial
PROAC	Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo
RMS	Região Metropolitana de Sorocaba
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEAD	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: A Vila União e os fenômenos de desigualdade.....	25
1.1. A Vila União, o lugar e o seu surgimento.....	27
1.2. Segregação socioespacial e a Vila União.....	38
1.3. Fenômenos de desigualdade: conceitos da pesquisa.....	52
1.3.1. Reprodução do espaço urbano.....	52
1.3.2. Desenvolvimento geográfico desigual.....	58
1.3.3. Segregação socioespacial.....	62
1.3.3.1. Auto-segregação.....	67
1.3.3.2 Segregação imposta.....	68
CAPÍTULO 2: Urbanização crítica de Sorocaba, desconcentração industrial e reestruturação produtiva.....	71
2.1. Formação da cidade de Sorocaba.....	71
2.2. Urbanização crítica: contextualização da Zona Norte de Sorocaba.....	78
CAPÍTULO 3: Processos de resistência e a Vila União: a praça, a festa, a epidemia e a organização comunitária.....	93
3.1. A praça.....	94
3.2. Resistência e organização comunitária: educação, saúde, saneamento e luz elétrica.....	98
3.3. A epidemia.....	110
3.4. A festa.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXOS.....	132

APRESENTAÇÃO

A ideia ou problema inicial desta pesquisa seria investigar como o fenômeno da segregação socioespacial se faz presente na estruturação habitacional na região da Zona Norte de Sorocaba, município do interior paulista, a partir do estudo de caso de uma ocupação urbana, a Vila União. O *insight* inicial da pesquisa foi aos poucos se ajustando ao que se mostrava no mundo real, por meio da relação dialética entre teoria e prática, tendo em vista que a primeira não deve se encaixar forçosamente na segunda. Analisando a Zona Norte sorocabana, uma região na qual já se verifica o fenômeno de segregação socioespacial, é possível pensar em níveis de exclusão social? Ou em escalas de segregação socioespacial, a partir do que seria a segregação da segregação? A ocupação Vila União representaria uma desses níveis ou escalas? Concomitantemente a essa indagação, quais as possibilidades inscritas no real que permitam a contra-hegemonia, expressam nas ações de resistência da população da ocupação, frente a uma condição de segregação e exclusão tão intensa? Essa pesquisa pretende contribuir com tais questionamentos.

Pensar a cidade de Sorocaba sob a ótica da ciência geográfica é pensar em uma cidade recém alçada, no âmbito formal, à categoria de metrópole¹. É pensar também que, Sorocaba, entretanto, já apresentava, antes mesmo de seu anúncio oficial como região metropolitana, as contradições típicas de uma cidade capitalista de porte médio. Na cidade capitalista contemporânea, as bases materiais e imateriais são pautadas a partir das relações de propriedade: “a propriedade fundiária urbana (...) é vital para a produção e reprodução capitalista do espaço e também para entendimento da desigualdade socioespacial” (RODRIGUES, 2016, p. 45). Nesse modelo de cidade, as contradições emergem, e considerando o caso brasileiro, de um país situado na periferia do capital global, se tornam ainda mais intensas.

Compreende-se que na cidade capitalista o espaço, e especialmente a sua reprodução, se constituem como elementos de mercado, condição

¹ Em 2014 foi criada a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), sendo Sorocaba a cidade-sede e principal polo da RMS, uma das unidades regionais do território do Estado de São Paulo. Sobre o processo de consolidação da Região Metropolitana de Sorocaba, ver Buganzas (2011).

essencial para a reprodução ampliada de capital. Dinâmica que contingencia pessoas e lugares aos movimentos da empresa capitalista, na busca por lucro e acumulação, assim como à necessidade de sobrevivência, associada diretamente ao trabalho, anulando outras esferas da vida e se impondo no cotidiano.

Ou como coloca Seabra (2004), ao se referir à cotidianidade moderna das cidades, “se explicita pelas formas de uso do tempo nos lugares demarcados e estipulados no movimento da propriedade” (SEABRA, 2004, p. 183). Seabra destaca ainda a perspectiva do que chama de *antacidade*, que seria justamente a cidade capitalista, a cidade da acumulação capitalista, a cidade da reprodução do espaço, fenômenos estes que se contrapõem ao conceito da *cidade como obra*, da cidade dos espaços de representação, da cidade da sociabilidade e da espontaneidade. Entretanto, no movimento histórico das sociedades urbanas e da metropolização, “as funções e atributos econômicos da cidade sobrepujaram todos os outros” (Ibid., p. 191).

A antacidade evidenciada por Seabra é a cidade da *urbanização crítica* destacada por Damiani: a cidade como negócio, que existe para o capital, na qual seus habitantes sobrevivem no cotidiano, entre não mais o habitar e o viver, mas entre o habitat, ou seja, o habitar sob o ponto de vista mercadológico, e o trabalhar. (DAMIANI, 2009). É também a cidade da *crise urbana* falada por Maricato (2015), a crise da mobilidade em uma cidade que se espraia e se periferiza, na qual o capital imobiliário domina o solo urbano, criando e incrementando o valor econômico do espaço (MARICATO, 2015, p. 18).

Sob a égide do capital e da reprodução do espaço, a cidade se apresenta como um mosaico de apropriações, espaços residuais, espaços mais ou menos interessantes à iniciativa privada e à especulação imobiliária, a depender da conjuntura. Se apresenta também como um conjunto de territórios de uso, nas diversas estratégias de sobrevivência das diferentes camadas que compõem a sociedade urbana:

Fato é que contradições não resolvidas foram sendo acumuladas e permanecem nos fundamentos da existência de uns e outros. Elas (as contradições) impõem, no âmbito do vivido, estratégias e lutas à sobrevivência no urbano porque, para

permanecer habitante há que ser morador, há que ser aquele que usa, que delimita territórios de uso (SEABRA, 2004, P. 191).

Territórios de uso determinados pelas contradições inerentes ao processo de reprodução do espaço, “fruto de autossegregação concebida e administrada como territórios exclusivos” (Idem). De um lado a autossegregação, do outro a segregação imposta, o condomínio e a ocupação, coexistindo através da necessidade de sobrevivência. A luta de classes que toma forma através das diversas estratégias de uso do espaço e do território.

Reside na lógica do espaço a complexidade de relações que se salienta no estudo das cidades: “o estudo das lógicas do espaço conduz ao das contradições do espaço” (LEFEBVRE, 1999, p. 154). Deste modo, localizam-se nas relações de contradição os fenômenos que foram o fio condutor da pesquisa: elementos da totalidade do urbano, fenômenos do espaço, mas também *fenômenos de desigualdade*, certas modalidades de fenômenos, alguns deles fortemente presentes na organização e estruturação do espaço urbano da cidade de Sorocaba: o higienismo social, o desenvolvimento planejado de novas centralidades, a especulação imobiliária. A ocupação Vila União é a expressão dos fenômenos de desigualdade, das contradições inerentes à cidade capitalista. Concentraram-se os esforços, contudo, em torno de uma categoria, a segregação socioespacial, a ser analisada no contexto do processo de reprodução do espaço urbano e da lógica do desenvolvimento geográfico desigual.

Segregação que aduna camadas da população e seus estratos de renda em parte relativamente homogêneas, blocos ou conjuntos que apresentam fortes similaridades entre seus componentes internos. Aqui se visualiza tanto a população auto-segregada, que se fecha nos condomínios de muros altos e vigilância de 24 horas, assim como a camada populacional que é forçosamente segregada. População que ocupa as áreas verdes e as várzeas dos cursos fluviais, ou os terrenos que se encontram vazios no processo de especulação imobiliária. Ou ainda aquelas áreas que se encontram desocupadas em função de litígio judicial, ou mesmo os imóveis desocupados nos centros das grandes cidades que servem à moradia – lugares que se configuram como brechas em meio à propriedade privada e à reprodução do espaço, que tomam a forma de ocupações, favelas e cortiços.

Ao se analisar a Zona Norte de Sorocaba, percebe-se que se trata de uma região destinada à população trabalhadora da cidade (DEBRASSI, 2007). Essa condição teve início a partir dos anos 1970, se intensificando nos anos 1980, com a desconcentração industrial da capital paulista e o subsequente aumento da população operária e das periferias, nos principais centros urbanos do interior do estado, especialmente naqueles localizados nas franjas da metrópole, como é o caso de Sorocaba:

A partir da década de 80, tem início em Sorocaba, a dispersão da população de baixa renda, devido à regionalização do mercado da mão-de-obra industrial, uma vez que após a dispersão industrial, ocorre a dispersão dos “pobres”, formando-se a grande parte dos bairros populares. É assim que os trabalhadores das faixas de menor renda vão residir em bairros próximos às fábricas, muitas vezes em favelas, nas zonas industriais das novas áreas metropolitanas em formação. Esse processo intensificou-se e adquiriu novas características com o crescimento dos novos polos industriais ao redor de São Paulo, dos quais a área metropolitana de Sorocaba faz parte. (DEBRASSI, 2007, p. 3).

A condição da Zona Norte de Sorocaba como periferia operária pode ser encarada como um elemento que condicionou a região ao processo de segregação socioespacial, especialmente a partir dos anos 1990, com a dinâmica de reestruturação produtiva e da flexibilização do trabalho, ocasionando o desemprego e a crise de moradia, assim como a explosão da periferia. A Zona Norte é tradicionalmente o lugar dos loteamentos populares e conjuntos habitacionais da cidade, e quando comparada às outras áreas do município, como a Zona Sul e a Zona Leste, destinadas aos condomínios de alto padrão e aos empreendimentos voltados para a população de classe média e alta, a segregação socioespacial se torna mais evidente:

A discrepância socioeconômica e cultural entre zona norte (populosa e popular) e zona sul (setor mais valorizado no mercado imobiliário) de Sorocaba são tão expressivas que conotam a conformação de uma cidade cindida, dual, contraditória e desigual. Por sua vez, a zona oeste (juntamente com a zona norte) da cidade apresenta bairros empobrecidos, com históricos problemas de regularização fundiária (BURGOS, 2015, p. 132).

Tal fato se mostra ao se observar o material cartográfico produzido sobre a incidência do fenômeno na cidade de Sorocaba, em conjunto com a análise da mancha urbana do município (MAPAS 1, 2 e 3). É necessário ressaltar que a

MAPA 01 – Segregação Socioespacial em Sorocaba (Censo 2000)

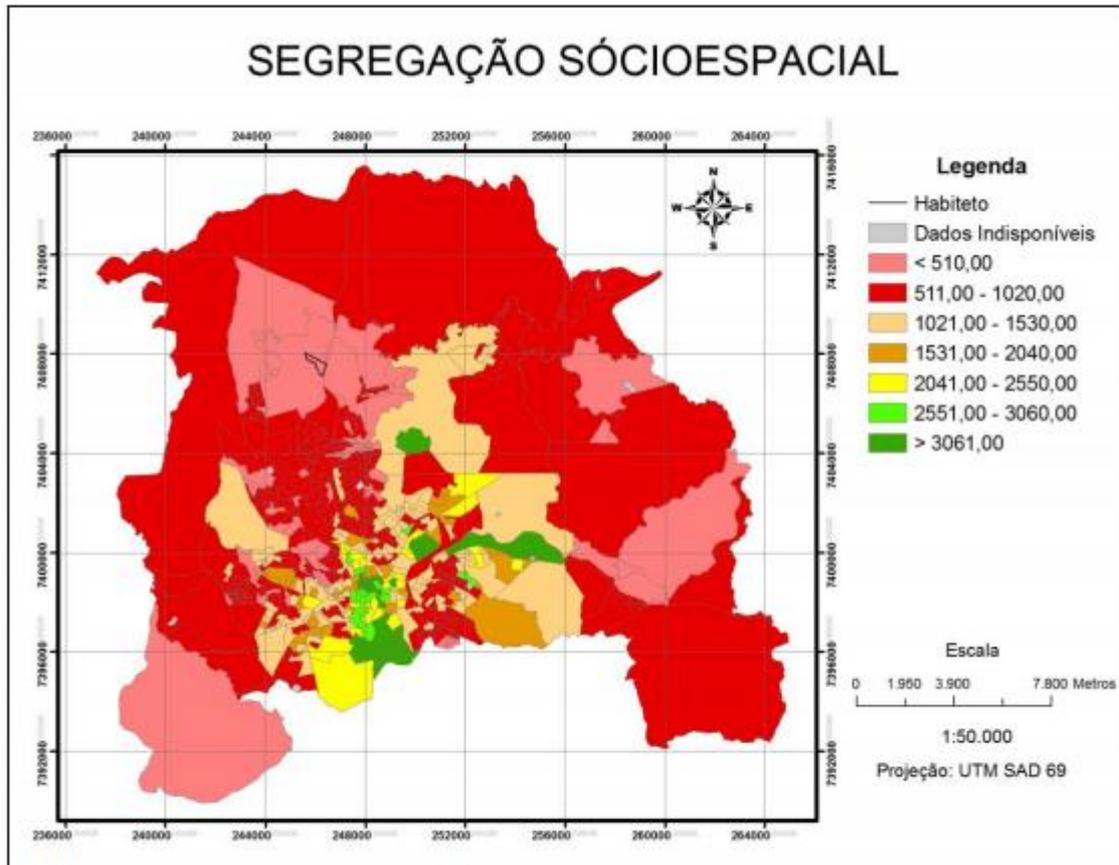
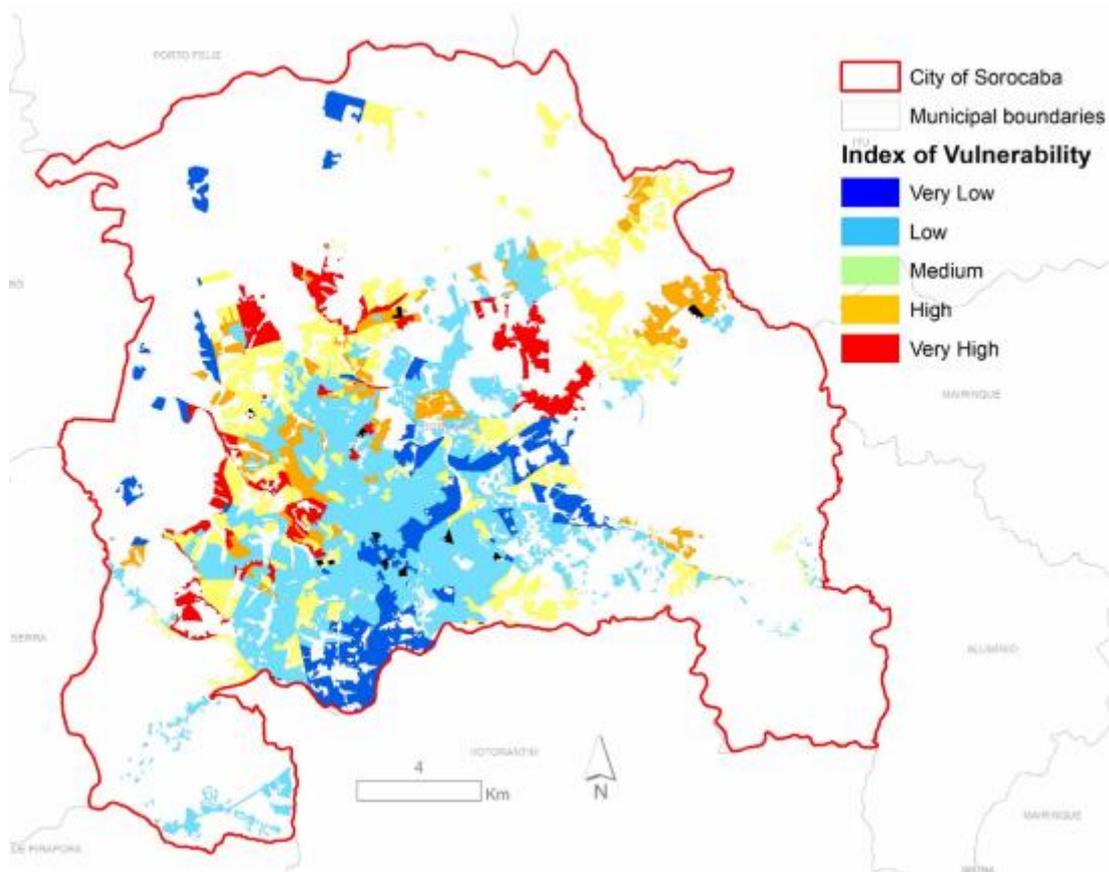
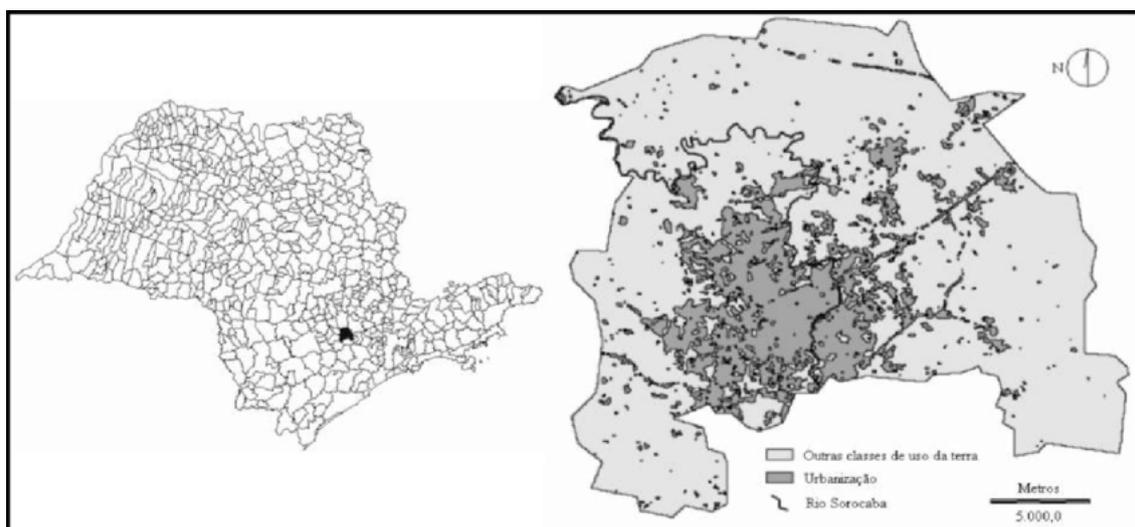


FIGURA 2 - Segregação sócioespacial em Sorocaba.
Fonte: Plano Diretor 2005/Censo Demográfico 2000.
Elaborado por: Eder Roberto Silvestre/Felipe Comitre.
Fonte: Comitre & Ortigoza, 2013

MAPA 02 – Vulnerabilidade social em Sorocaba (Censo 2010)



MAPA 03 – Mancha urbana da cidade de Sorocaba no Estado de São Paulo



Fonte: Silva, 2017

região da cidade conhecida como Zona Norte ocupa a porção noroeste do perímetro urbano, destacadamente composta pelas áreas com maior índice de segregação socioespacial e vulnerabilidade social. Com exceção de algumas ilhas do fenômeno dispersas pela área do município, é a região noroeste do perímetro, na qual se localiza a Zona Norte da cidade, que concentra maior segregação.

A consolidação da região como periferia operária é acompanhada por sua constituição como um eixo de expansão urbana da cidade, e especialmente a partir da década de 2000, por uma intensificação do processo de valorização imobiliária. Observa-se a confluência do setor privado, através das empreiteiras e incorporadoras, com o poder público municipal, no investimento em infraestrutura com objetivo de constituir a Zona Norte como um vetor de expansão:

(...) a própria definição da zona norte da cidade como um vetor de expansão da área urbana de Sorocaba demonstra a legitimação pelo poder público municipal em conferir àquela área o direcionamento dos investimentos públicos em infraestrutura urbana, ficando evidente também o aproveitamento da iniciativa privada nessas áreas com a proliferação de novos loteamentos (MEIRA, 2006, pp. 116-117).

Deste modo vem se multiplicando os loteamentos populares nessa região do município. Bairros como o Jardim Carandá e Residencial Altos do Ipanema, distantes cerca de 20 quilômetros do centro da cidade, baseados no modelo de arquitetura dos condomínios populares verticais. Também se multiplicam as ocupações urbanas, no processo da luta por moradia.

Da mesma forma, é cada vez maior o número de novos empreendimentos comerciais, como shoppings e supermercados ao longo das duas principais avenidas da Zona Norte da cidade, a avenida Ipanema e a avenida Itavuvu. A Vila União, como se tratará com maiores detalhes à frente, se localiza nas imediações da avenida Itavuvu.

A recente inauguração do sistema de corredor viário e transporte BRT (Bus Rapid Transit) nas duas avenidas indica que permanece a perspectiva futura da área como um eixo de expansão, por meio do planejamento urbano municipal. Um dos terminais do novo BRT se localiza em frente à ocupação Vila União, separados por uma avenida. Essa condição tem incrementado o valor imobiliário dos terrenos da região, o que intensifica o processo de segregação socioespacial. O incremento do valor do solo urbano e o desenvolvimento de novas centralidades implica o surgimento também de uma nova periferia.

Tais fatores permitem falar, de antemão, tendo em vista não só os acúmulos proporcionados por esta pesquisa, mas também pelos trabalhos de outros pesquisadores², que a Zona Norte de Sorocaba é uma região marcada pelo processo de segregação socioespacial.

Com base em tal afirmação, a abordagem para o estudo de caso proposto muda de perspectiva, e o intento do trabalho, que inicialmente, em projeto, seria a verificação do processo de segregação socioespacial imposta a partir do estudo de caso da ocupação Vila União, se torna mais complexo.

Em meio a uma região já fortemente segregada, é possível se pensar em escalas de segregação? A Vila União, mesmo estando inserida em um espaço da cidade marcado pela segregação socioespacial, se difere do todo da paisagem em seu entorno pela sua forma visível, e conseqüentemente pelo seu conteúdo em essência?

² Ver MAZINI (2007), SHIKAMA & MARQUES (2008), COMITRE & ORTIGOZA (2013), BURGOS (2015), MARTINES et. Al (2019).

As respostas para os dois questionamentos, de imediato, são positivas, mas requerem que sua reflexão se apresente no âmbito da pesquisa, que busca pensar o conceito de segregação. A hipótese é a de que no conceito de segregação existem níveis que vêm a demonstrar particularidades espaço-temporais. Ou seja, de áreas localizadas em regiões segregadas, mas que apresentam um nível de empobrecimento que faz com que haja uma diferenciação em relação ao seu entorno. A ocupação Vila União, assim, representaria uma ruptura na paisagem da cidade.

Deste modo, o problema da pesquisa se voltou para a noção de *segregação da segregação*, proposição que, contudo, tomaria o caminho de uma ciência positiva se não operasse também junto a categorias e conceitos que permitam a ascensão do devir.

Tão ou mais importante que a categorização da *segregação da segregação*, se coloca na pesquisa o conceito de *resistência*, que mostre, nas contradições inerentes à reprodução do espaço urbano, em meio ao processo da urbanização crítica, a brecha que permita o vislumbrar do movimento utópico.

Por conseguinte, os problemas e questionamentos cruciais para a pesquisa se consolidam: como surgem formas de resistência em meio a um espaço marcado pela segregação da segregação? Que forma assumem tais processos de resistência? O processo de ocupação da Vila União em si já se constitui como um movimento de resistência, no caso, contra a política habitacional precária e segregacionista implementada pela administração pública da cidade de Sorocaba. Mas quais outras possibilidades contra-hegemônicas insurgem em meio ao cotidiano e às estratégias de sobrevivência?

É necessário que os olhos se voltem então para o cotidiano, ou seja, para as relações com os territórios de uso por parte da comunidade e das pessoas que ali vivem. O cotidiano como colonização do tempo e do espaço. Conforme Odette Seabra:

(...) na urbanização contemporânea, o cotidiano emerge para análise na metamorfose das formas de uso do tempo vivido; que o cotidiano urbano prolonga e explicita o sentido da urbanização capitalista pela generalização de um modo de vida no qual foram sendo aprofundadas as separações no âmbito da vida social (SEABRA, 2004 p. 182).

Territórios de uso que se constituem em estratégias de sobrevivência e resistência, entrelaçados indelévelmente com a cotidianidade do lugar, com o viver o e vivido: “o cotidiano se refere, em princípio, ao ciclo do tempo, de que a vida cotidiana é própria de nossa época (funde o viver e o vivido) e de que a cotidianidade é o ritmo estabelecido na dialética do viver e do vivido” (Ibid., p. 193).

A pandemia do coronavírus, assim como o dinamismo populacional e habitacional típico do momento, no qual a população da ocupação quase dobrou, impossibilitou um levantamento maior no que diz respeito aos dados quantitativos, como por exemplo a aplicação de questionários com fins de se obter informações acerca da escolaridade, renda e autodeclaração racial da população da comunidade.

Deste modo, a metodologia de pesquisa para o levantamento de dados empíricos se deu através da realização de entrevistas com algumas figuras de relevo. Foram eleitos alguns protagonistas que seriam representantes de uma fala coletiva, porta-vozes de uma realidade, como as principais lideranças comunitárias da Vila União, moradores que trazem em suas falas o cotidiano do lugar. A metodologia utilizada se aproxima, em certo sentido, das técnicas de levantamento utilizadas por pesquisadores da história oral, tendo como foco principal o que é contado pelos protagonistas das entrevistas realizadas, analisando o problema a partir da visão de mundo dessas pessoas. Tal metodologia é utilizada no primeiro e no terceiro capítulo.

No que tange ao arcabouço teórico, para alcançar a compreensão da temática abordada nesta pesquisa – a segregação socioespacial na cidade de Sorocaba, a partir do estudo do caso da ocupação Vila União (zona norte da cidade), e o fenômeno da segregação da segregação – apresenta-se uma breve revisão que articula uma tríade analítica: a reprodução do espaço urbano, o desenvolvimento geográfico desigual e a segregação socioespacial.

Em função do exposto no último parágrafo, é necessário destacar a importância da obra do filósofo francês Henri Lefebvre e sua contribuição para o caminho do método para a pesquisa. O método que denota categoricamente uma epistemologia lefebvriana, chamado de *regressivo-progressivo*, busca, através de um recuo histórico de ordem analítico-crítica, tecer proposições sobre a produção do espaço no presente, indicando ainda possibilidades para

um movimento utópico. É possível resumir o referido método a partir de três etapas distintas: a descrição do real, que também pode ser compreendido como a sociedade urbana (ainda que entendida como projeto), partindo da experiência sensível do pesquisador em relação ao recorte social analisado; a análise regressiva, em que se analisa a conjuntura histórica dos fatos que importam à investigação; e a progressão genética, na qual se efetiva a postura teórica para um movimento regressivo-progressivo propriamente dito – esforço no sentido de correlacionar os elementos angariados na outras duas etapas, com os elementos do mundo sensível na contemporaneidade. Se apoiar na compreensão das estruturas históricas para um desvelar de elementos difusos do presente, bem como compreender o que há de latente-potente na perspectiva do devir.

Deste modo, a organização dos capítulos da dissertação segue uma lógica que acompanha os desdobramentos do método lefebvriano, sendo um primeiro capítulo destinado à descrição do real, no qual está disposta uma primeira apresentação do fenômeno, a ocupação urbana Vila União, por meio das características históricas e geográficas do lugar e onde se estabelecem as bases teóricas da pesquisa, através da definição dos principais conceitos utilizados. Um segundo momento do texto é voltado à análise regressiva, por intermédio do processo de urbanização de Sorocaba, em que se localiza a análise do desenvolvimento da Zona Norte do município e sua política habitacional, entendida como meio ou estratégia em que o Estado faz a mediação do poder econômico e da valorização do espaço. Já o terceiro capítulo é destinado ao processo de progressão genética e ao movimento do devir, no qual são apresentadas as questões, posicionamentos e ações das pessoas que habitam o lugar, por meio de sua própria cotidianidade, de suas falas e dos movimentos de resistência que são visualizados

Ademais, lança-se mão da ideia do espaço social analisado a partir de suas três esferas: o nível do *concebido*, o nível do *percebido* e o nível do *vivido*, tendo em vista o percurso traçado através dos meandros políticos e jurídicos que envolvem o espaço da ocupação Vila União, assim como o debruçar sobre a cotidianidade, a percepção do mundo e as histórias de vida de seus moradores. Concomitantemente à compreensão dos níveis do real que se expressam no espaço social com a tríade concebido-percebido-vivido,

considera-se ainda os níveis e dimensões do urbano (Lefebvre, 1999) posto que o processo de produção da Vila União, marcado pela segregação imposta, perpassa desde os níveis mais gerais da política e interesses privados (Nível G), nos quais se orchestra o *desenvolvimento geográfico desigual* (Smith, 1988; Harvey, 2004; dentre outros) até a escala da cidade (Nível M) e das políticas públicas municipais que alcançam e adentram o cotidiano (Nível P, de proximidade).

A obra de Henri Lefebvre também é rica em abordagens dos principais conceitos da pesquisa: o processo de *reprodução do espaço urbano*, a lógica do *desenvolvimento geográfico desigual*, o fenômeno de *segregação socioespacial*, dispostas no primeiro capítulo, e as práticas de *resistência*, apresentados no terceiro capítulo. Uma outra ideia lefebvriana, no caso o conceito de *complexificação da sociedade* – através do qual se compreende a sociedade como se estruturando ao longo do tempo em um número cada vez maior de variáveis, partindo de um ponto mais simples ao mais complexo – também norteia o processo de pesquisa, em especial no que é exposto no segundo capítulo, o qual aborda o processo histórico da área de estudo.

Outro conceito lefebvriano que se faz central, em especial no terceiro capítulo da dissertação, é o conceito de *urbano*, ou em outras palavras, a urbanidade ou essência da cidade. Para Lefebvre, o urbano é o fenômeno que conduz à produção e reprodução da realidade urbana, a sociedade urbana como realidade e como projeto (devir). Diferentemente de autores com tendências mais próximas de um estruturalismo, normalmente interpretando o urbano a partir das grandes estruturas, a visão lefebvriana se volta para os símbolos e significados da cidade, assim como para a forma urbana, crucial para compreensão ou decodificação desse urbano. Entretanto, na conjuntura que aqui interessa, a visão utópica do urbano exposta por Henri Lefebvre é a mais importante: “o urbano (...) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999, p. 26). Por este viés, compartilha-se aqui da mesma visão do autor, que enxerga que “o urbano é o possível” (Idem).

Não seria possível não considerar a conjuntura atual global em função da pandemia da COVID-19. No Brasil, a pandemia do coronavírus tomou

proporções gigantescas, em função da inaptidão de governantes em lidar com a situação. A gravidade da pandemia se reflete na economia como um todo e especificamente na condição econômica da população, sendo que a população mais pobre se vê ainda mais empobrecida. Deste modo, os questionamentos da pesquisa também se voltam para como a pandemia do coronavírus tem intensificado a pobreza e a segregação socioespacial, assim como para as possibilidades do movimento de resistência, em suas múltiplas manifestações, em meio à crise do coronavírus.

CAPÍTULO 1: A Vila União e os fenômenos de desigualdade

Sorocaba é uma cidade média, com aproximadamente 700 mil habitantes, localizada no interior do estado de São Paulo, a cerca de 100 quilômetros da capital. O fato de ter se tornado, em 2014, o centro da mais recente região metropolitana do Estado de São Paulo, fez com que angariasse incrementos populacionais e econômicos para o município – a chamada RMS (Região Metropolitana de Sorocaba) já ultrapassa a soma populacional de dois milhões de habitantes³.

A Vila União é uma ocupação urbana localizada na Zona Norte do município, uma área historicamente habitada pela população operária da cidade. Se trata de uma região na qual o fenômeno de segregação socioespacial é visualizado com maior intensidade do que em outras localidades. Neste sentido, a problemática da pesquisa se voltou para as possíveis escalas do processo de segregação socioespacial – a Vila União se constitui como um bolsão de pobreza em uma área já segregada. É possível afirmar que a ocupação Vila União se constitui como um elemento da segregação da segregação? Quais as possibilidades de resistência do lugar em meio a uma cidade marcada pelo processo de urbanização crítica, pela reprodução do capital associada à reprodução do espaço?

Circulando pelas ruas da Zona Norte de Sorocaba, é possível notar um verdadeiro mosaico de tipos de uso do solo, com muitos loteamentos populares, alguns condomínios residenciais, algumas fábricas e muitos empreendimentos comerciais ao longo das duas principais avenidas da região, a avenida Ipanema e a avenida Itavuvu. Adentrando os bairros são visualizadas também ocupações urbanas, áreas de concentração da pobreza, que surgem no contexto da luta por moradia. Comunidades que se iniciam a partir de espaços vazios: em áreas desinteressantes à iniciativa privada, como as áreas de proteção ambiental, nas margens dos córregos e encostas de morros, ou então em terrenos que se encontram desocupados em função de litígio judicial, ou ainda por conta do processo de especulação, emulando a valorização da terra.

³ População da Região Metropolitana de Sorocaba: 2. 120 095 há. (15º do país). Estimativa do IBGE, 2018.

A Vila União é uma ocupação que vivenciou um maior adensamento em um período relativamente recente. Atualmente, a comunidade conta com 425 famílias, de acordo com as principais lideranças do lugar. Entretanto, segundo entrevistas com moradores, as primeiras construções podem ter surgido em 2005, de maneira esparsa. Um maior adensamento, e a consequente organização da população, foi notado a partir de 2015, tendo se intensificado em 2016 e 2017, como destaca a líder comunitária Vânia Estefânia Martim, mais conhecida como Estefânia:

A Vila União surgiu há exatamente 7... vai fazer 8 anos, porém, tem moradores que moram aqui há 16, 20 anos, mas não tinham dado nome específico e nem denominado como uma comunidade. Acho que eram em torno de 10 famílias. Hoje, a comunidade Vila União tem 425 famílias dessa etapa que vai pra quase 8 anos. Eu sou a quarta moradora aqui. Foi a gente que colocou nome, foi pra rua, colocamos números nas casas, puxamos água (gato), puxamos luz (gato) e fizemos esgoto (gato), e a gente pediu máquinas, pagamos pra abrir rua, tudo certinho e fomos construindo o que hoje é a Vila União.⁴

O adensamento populacional e a organização da comunidade a partir dos anos de 2016 e 2017 se destaca também na fala de outra liderança da ocupação, o pastor Juarez Agostinho dos Santos, conhecido como pastor Juarez:

Eu não vou poder dar precisão do surgimento inicial pois quando eu cheguei aqui já estava em andamento, mas eu cheguei em junho de 2017 e já tinham várias casas, várias pessoas morando. Já tinha ouvido falar que existia o nome, Vila União, mas 2017, segundo informações que eu recebi, foram as primeiras reuniões, com a tentativa de formar aqui uma liderança, para poder defender os nossos direitos, até porque foi aí que começamos a buscar apoio governamental, né, fomos até o gabinete de alguns vereadores, tivemos informações e até nos apoiaram aqui.⁵

⁴ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021)

⁵ Pastor Juarez (junho de 2021).

1.1 A Vila União, o lugar e seu surgimento

A edificação das primeiras unidades domiciliares na Vila União se deu em glebas desocupadas na rua Oswaldina Pereira Matezzi, nas imediações da avenida Itavuvu, na Zona Norte de Sorocaba. Os referidos terrenos se encontram em disputa judicial para definição de propriedade. Nesse caso, o litígio jurídico oferece tanto a oportunidade para a ocupação, tendo em vista a indefinição de posse e a decorrente impossibilidade para um uso legal (o que fez com que os terrenos estivessem praticamente desocupados em 2010, como mostram as figuras das próximas páginas); mas também traz a insegurança, na iminência de um processo de reintegração de posse e de remoção das famílias.

As fotos do Google Street View, da esquina entre as ruas Olinda Aires Paulette e Oswaldo Moretto, que dão acesso à comunidade, anteriores ao ano de 2015, ainda não mostram as unidades habitacionais da ocupação (FOTOS 1 e 2). As FOTOS 3 e 4 são atuais, capturadas no ano de 2021, e mostram uma perspectiva aproximada das imagens do Google Street View, em uma das principais entradas da comunidade.

É necessário ressaltar o fato de que a partir da construção das primeiras moradias, se constituiu também uma outra ocupação, vizinha à Vila União, o Jardim Ana Vitória. As duas ocupações localizam-se entre o Parque das Paineiras, o Jardim Santa Luiza, o Conjunto Habitacional Herbert de Souza e o Parque Vitória Régia, todos bairros originados de loteamentos populares na Zona Norte de Sorocaba.

Os terrenos onde hoje se encontra a Vila União estavam vazios, com exceção de algumas poucas construções até a década de 2010. Antes da década de 2000, não havia qualquer rua no lugar. Do mesmo modo, não havia qualquer ligação viária entre o Conjunto Habitacional Herbert de Souza e o Parque das Paineiras. A inauguração da rua Oswaldina Pereira Mattezi, na década de 2000, ainda chamada de “rua nova” por grande parte dos moradores, representou a primeira ligação viária da região. A referida rua constitui um elemento importante do lugar, sendo a única rua asfaltada. Como a inauguração da rua antecedeu a formação das ocupações (FIGURAS

FOTO 1 – Antes do início (ruas Oswaldo Moretto e Olinda Ayres Paulette)



Foto da esquina entre as ruas Olinda Aires Paulette e Oswaldo Moretto, ao sul da ocupação Vila União. A Vila União ocupa atualmente o terreno à esquerda imagem. (Fonte: Google Street View).

FOTO 2 – Silva Calhas e rua Olinda Ayres Paulette



Foto da rua Olinda Aires Paulette, em uma perspectiva diferente da imagem anterior. A Vila União ocupa atualmente o terreno no centro da foto. (Fonte: Google Street View).

FOTO 3 – Esquina entre rua Oswaldo Moretto e rua Olinda Ayres Paulette



Imagem atual em uma perspectiva aproximada. (LOMARDO, 2021).

FOTO 4 – Vias de acesso à ocupação Vila União



Imagem atual em uma perspectiva aproximada. LOMARDO (2021).

3 e 4), é possível afirmar que seu traçado serviu como um elemento organizador de estruturação da forma das ruas e vielas de ambas as comunidades. A rua representa também a divisão entre as duas ocupações, sendo o Jardim Ana Vitória localizado a oeste da rua Oswaldina Pereira Mattezi, e a Vila União, a leste.

O Jardim Ana Vitória se formou nas várzeas da cabeceira de drenagem do córrego Itavuvu, e tem como limites a rua Oswaldina Pereira Matezzi a leste e a avenida Antônio Silva Saladino, principal avenida do Parque Vitória Régia, ao norte. Ao Sul, a ocupação é delimitada por algumas ruas do Parque das Paineiras, e a oeste, o limite da ocupação se dá por terrenos localizados na avenida Itavuvu.

Já a Vila União está localizada em uma região de topo, acompanhando a linha de cumeada da microbacia do córrego Itavuvu. A Vila União é delimitada pela rua Oswaldina Pereira Matezzi a oeste e pela avenida Antônio Silva Saladino ao norte. Ao Sul, a ocupação é delimitada por ruas do bairro Parque das Paineiras, e a leste, o limite da comunidade se dá pela rua Irineu de Pontes Ribeiro.

As figuras nas próximas páginas auxiliam em uma melhor compreensão da área estudada. A Figura 1 representa um croqui da cidade de Sorocaba indicando a localização aproximada da ocupação Vila União em relação ao centro da cidade. A Figura 2 é um croqui da área de estudo com maior quantidade de detalhes. A Figura 3 constitui um croqui da área, e a Figura 4 é o mesmo croqui sobreposto por imagem de satélite obtida em 2010. Ambas as imagens foram adaptadas do banco de dados do Sistema Ambiental Paulista (DataGeo). Observam-se na imagem as avenidas Itavuvu e Antônio Carlos Saladino e a rua Oswaldina Pereira Mattezi. As duas caixas d'água do Sistema Autônomo de Água e Esgoto do município que são visualizadas no centro da imagem servem como um elemento de referência para uma melhor compreensão da evolução da área entre os períodos. A Figura 5 é uma imagem de satélite de 2020, retirada do Google Earth, que mostra o limite das ocupações. A linha vermelha representa os limites da ocupação Jardim Ana Vitória e a linha amarela indica a delimitação da ocupação Vila União. As Figu-

FIGURA 01 - Croqui de localização aproximada do centro de Sorocaba e da Ocupação Vila União

Sem escala

Legenda

- Localização aproximada do centro da cidade de Sorocaba
- Localização aproximada da Ocupação Vila União

Elaborado por Lomardo (2020). Adaptado de Imprensa SMetal.
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, 2015.

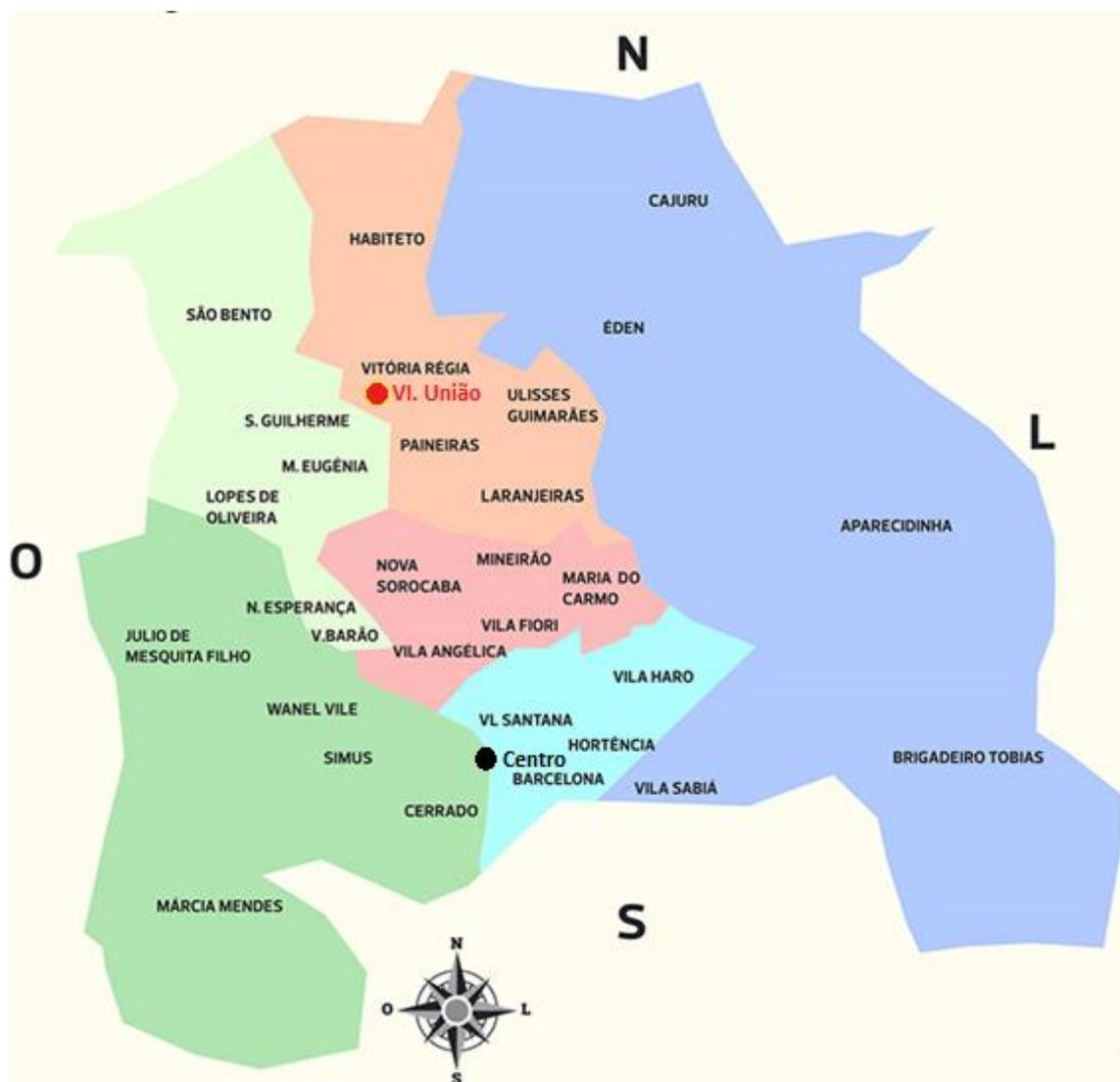
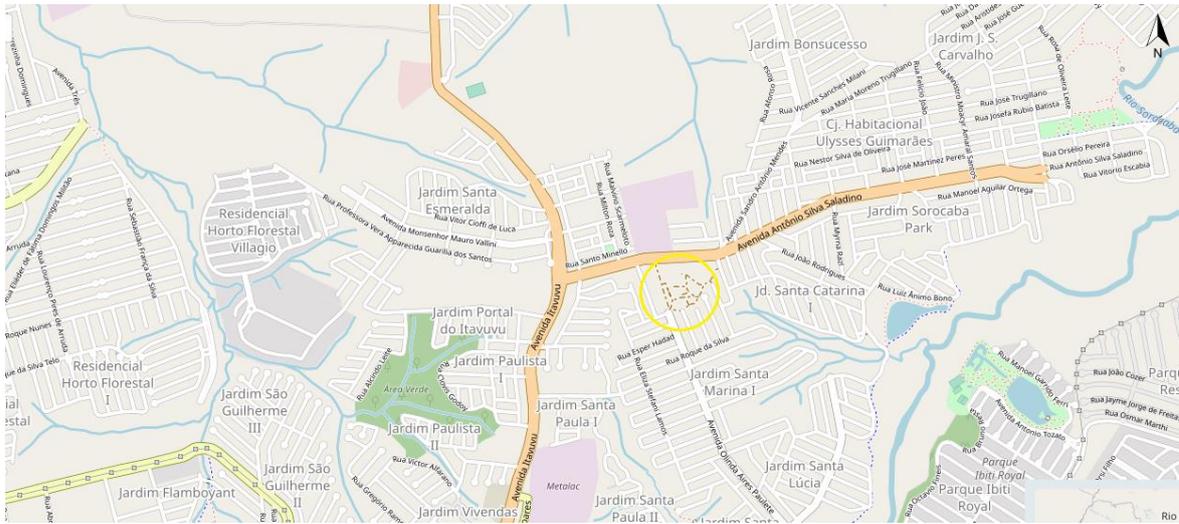


FIGURA 02 – Croqui de localização aproximada da Ocupação Vila União



Escala aproximada 1:14000

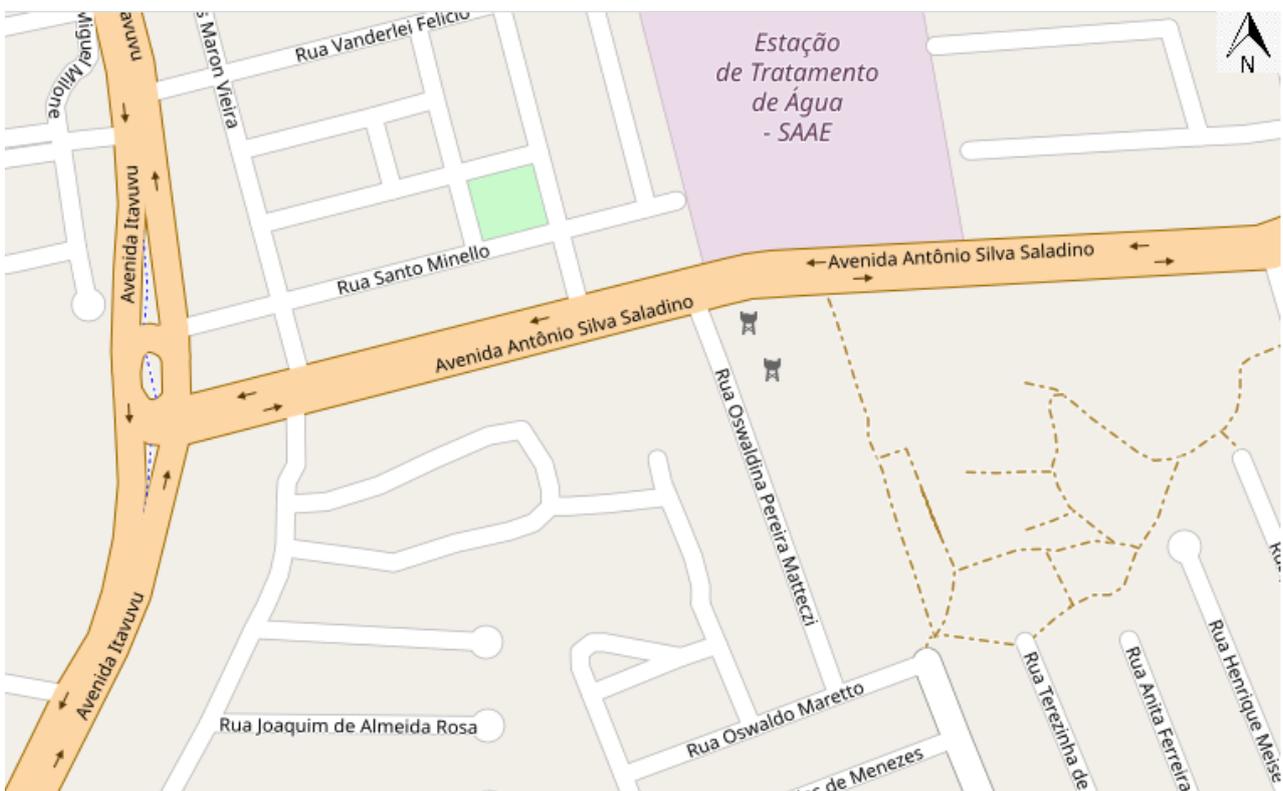
Legenda:

 Localização aproximada da Ocupação Vila União

Elaborado por Lomardo (2020)

Fonte: Google Maps (2020) e Trabalhos de campo (2019-2020)

FIGURA 03 – Mapa de arruamento da Ocupação Vila União e entorno



Escala aproximada 1:3000

Fonte: Sistema Ambiental Paulista (DataGeo)

Legenda:  - Caixas d'água

FIGURA 04 – Sobreposição mapa de arruamento e imagem satélite (2010)



Fonte: Sistema Ambiental Paulista (DataGeo).

Escala aproximada 1:3000

Legenda:  - Caixas d'água

FIGURA 05 – Ocupações Vila União e Jardim Ana Vitória (2020)



Escala aproximada 1:3500

Legenda:

 Ocupação Jardim Ana Vitória

 Ocupação Vila União

 Atual Terminal BRT (Parque Vitória Régia)

Fonte: Google Earth Ocupação Vila União (2020) e Trabalhos de Campo (2019)

Elaboração: Lomardo (2020)

FIGURAS 06 e 07 – Transformação sobre o uso e ocupação da terra urbana da área de estudo (2010 e 2020).



Imagem de satélite de 2010. Fonte: DataGeo



Imagem de satélite de 2020. Fonte: Google Earth

FOTO 5 - Rua da ocupação Vila União (LOMARDO, 2021)



FOTO 6 - Rua da ocupação Vila União (LOMARDO, 2021)



FOTO 7 – Casa da Estefânia (LOMARDO, 2021)



ras 6 e 7 dão uma ideia da transformação do uso e ocupação do solo urbano na área entre 2010 e 2020.

As redes de solidariedade e o sentimento de coletividade sempre estão presente desde os primeiros momentos da ocupação, o que se revela pela própria escolha do nome do lugar, como mostrado a partir da fala de Estefânia:

Como surgiu o nome do lugar, Vila União?

Foi o Mocó que deu o nome. Ele disse que a gente é igual formiguinha, que a gente se unia por uma única causa daí ele falou, “nada mais certo que colocar Vila União”. Porque era assim, a gente se unia pra construir barraco pra um, pra outro, cada um doava o que tinha sobrando. Sobrou telha da minha casa eu vou doar pra outro construir. E ele disse, “nós somos igual formiguinha, vivemos em união, por que não colocar Vila União?”, daí todo mundo gostou naquele momento, e colocamos então Vila União. Todos aprovaram, quem

*mora aqui, e o pessoal foi chegando, foi gostando, aí ficou, porque até os dias de hoje é assim. Se eu não tenho eu vou na Sueli, ou vou na minha filha, vou na Rose, tanto que você chega aqui e eu tô sempre correndo, tô mexendo na minha casa, não paro, tem sempre um me ajudando, e eu ajudando o outro. E assim ficou Vila União, porque essa é a real, nós não somos como um bairro de outro lugar, onde um não sente a dor do outro. Eu acho assim: por mais que tenha que mudar muita coisa aqui, hoje ainda a gente tem esse processo de amor um pelo outro, sente a dor do outro, sabe ajudar. Porque aqui é difícil, viu, se você passa mal na madrugada e não tem dinheiro pro Uber, bate na casa do vizinho que o vizinho te leva, entendeu? Tá sem arroz? Vamos na casa do vizinho que o vizinho arruma. Pronto! É um ajudando o outro.*⁶

A cooperatividade e o sentimento de coletividade são também elementos que constituem os diversos processos de resistência que se entrecruzam em meio à dinâmica do cotidiano dos moradores da ocupação. Tais processos serão analisados no terceiro capítulo.

1.2. Segregação socioespacial e a Vila União

Como já apresentado antes, a Zona Norte de Sorocaba se configura como um eixo de expansão imobiliária do município, ao mesmo tempo que guarda as características da grande periferia da cidade. Assim, o poder público municipal tende a dotar de infraestrutura básica os locais onde há loteamentos populares comercializados pela iniciativa privada.

O fenômeno vem agregando valor aos imóveis localizados nas imediações da avenida Itavuvu, expulsando as famílias mais pobres para as regiões menos atrativas ao capital imobiliário no momento, como por exemplo, terrenos em processo de disputa judicial. Cabe lembrar que a avenida Itavuvu tem sido objeto de diversos investimentos públicos e privados, como o Shopping Cidade, inaugurado em 2013 (FOTOS 8 e 9), e o novo projeto do BRT (Bus Rapid Transit) (FOTOS 10, 11 e 12), inaugurado em 2021, que incrementam o valor imobiliário da região. Um dos terminais do BRT, o do Parque Vitória Régia, se

⁶ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021)

FOTO 8: Construção do Shopping Cidade (2013) (LOMARDO, 2013)



FOTO 9: Shopping Cidade (2021) (LOMARDO, 2021)



FOTO 10: Terminal BRT Vitória Régia visto da VI. União (LOMARDO, 2021)



FOTO 11: Vila União vista do Terminal Vitória Régia (LOMARDO, 2021)



FOTO 12: Vila União vista do Terminal Vitória Régia (LOMARDO, 2021)



localiza em frente à ocupação Vila União, em sua parte norte, do outro lado da avenida Antônio Silva Saladino. A sobreposição de imagens (FOTO 12), a ocupação e a plataforma do terminal, separados pelas grades e pela avenida, mostram a disputa de usos e as disparidades das formas, entre o que é orgânico através da necessidade da sobrevivência, e o que é racionalizado pelo planejamento urbano.

A valorização imobiliária do eixo de expansão da avenida Itavuvu representa o desenvolvimento de uma nova centralidade, o que permitiria a utilização da noção de escalas geográficas, em relação, por exemplo, ao centro antigo da cidade. Na urbanização crítica da cidade capitalista o desenvolvimento de uma nova centralidade implica também o surgimento de uma nova periferia: “a produção de uma nova centralidade é, imediata e sensivelmente, a expropriação dos usos anteriores desse mesmo lugar” (DAMIANI, 2009, p. 48). As ocupações da Zona Norte de Sorocaba, como é o caso da Vila União, representariam essa periferia de uma nova centralidade do eixo de expansão imobiliária da avenida Itavuvu, “poderíamos falar de

produção de escalas geográficas: produz-se uma centralidade e, ao mesmo tempo, sua periferia, incluídos no mesmo processo” (Idem).

O adensamento populacional da área surge como um indicativo da periferização da Zona Norte, associada ao fenômeno de segregação socioespacial imposta. Cabe lembrar que a formação da Zona Norte de Sorocaba se deu a partir da construção de conjuntos habitacionais e loteamentos populares, que deram origem aos atuais bairros. Comparando essa região com outras áreas da cidade, percebe-se que se trata da parte mais pobre do município. Contudo, visualiza-se também o contraste entre a área da ocupação e os bairros no entorno, que, mesmo sendo bairros oriundos de loteamentos populares, contam com infraestrutura básica, o que evidencia a dinâmica de níveis ou escalas inerentes ao fenômeno de segregação socioespacial. O processo de reprodução do espaço urbano contingencia tanto a especulação imobiliária e a valorização dos terrenos, o que tem por consequência a manutenção de espaços intencionalmente vazios, seja pela expectativa por valorização ou por litígio judicial, quanto a periferização e o surgimento das favelas e ocupações urbanas.

Por este viés, o que indica o fenômeno de segregação socioespacial, assim como o que permitiria falar na ideia de segregação da segregação, em um lugar no qual não há dados censitários, em um momento no qual não há a possibilidade da aplicação de questionários, é justamente a posse ou propriedade da terra, ou a existência de um documento formal de aluguel. Para além da forma observável, definindo a exclusão e o preconceito, o que indica a diferenciação entre a ocupação Vila União e os bairros no entorno é a iminência de um processo de reintegração de posse, em contraposição à segurança habitacional, obtida através de um contrato de propriedade ou de aluguel.

Tal condição se expressa também na fala das lideranças entrevistadas, no que diz respeito à origem das pessoas que formaram a Vila União:

– *Você disse que tem gente aqui desde 2009, ou antes...*

– *Desde 2005.*

– As primeiras famílias?

– Isso.

– E quando que começou a ter bastante casa?

– Em 2016, 2017... A comunidade em si, surgiu por precisão mesmo, o pessoal veio por necessidade mesmo, porque muita gente não tinha condições de pagar aluguel, sabe, a situação foi apertando no dia-a-dia como é pra todos. E quem não tinha condições foi vindo. Teve um rapaz que mudou aqui, ele morava no São Bento⁷, e já devia 6 meses de aluguel, foi despejado, e não tinha para onde ir com a família. Ele tinha 3 filhos e a esposa e veio, que foi o Emerson, foi o primeiro morador daqui. Depois o segundo foi o Fabinho, também foi trabalhar numa empresa, foi despedido, aí ele pegou o dinheiro da empresa, quitou algumas dívidas que ele tinha, ficou sem lugar pra morar e veio pra cá. Aí o terceiro foi minha filha, que já veio pra cá, chegou em mim, eu já pagava aluguel, e disse “mãe, tô necessitada” e eu falei “filha, vi um movimento ali em cima, vamos subir lá, vamos ver o que acontece”. Fomos, falamos e os primeiros moradores disseram: “é só ver um pedaço aí e pegar”. Daí ela disse “mas eu quero um pedaço fixo”. E foi o que aconteceu, a gente veio e ela ficou ali, aí eu disse “filha, eu ainda vou morar de frente com você, vou pegar um pedaço pra mim”. Eu pagava aluguel, sou mãe de 4 filhos, criei sozinha os 4 filhos homens mais ela, que já estava casada, e eu queria acudir minha filha primeiro. Continuei empregada, depois perdi meu emprego, aí eu me vi numa situação... 4 meses depois vim cá.

– Você morava onde antes?

– Eu morava no Vitória Régia⁸, pagava aluguel, 700 reais de aluguel no Vitória Régia e aí eu vim pra cá, com meu pai debilitado, meu pai andava de andador, uma pessoa doente, meu irmão que tá aqui comigo até hoje que também é doente e meus 4 filhos homens que estavam comigo e ainda estão até os dias

⁷ Bairro da Zona Norte de Sorocaba.

⁸ Bairro da Zona Norte de Sorocaba.

de hoje e...Eu vim pra cá, eu construí, eu disse “bom, vou pegar o dinheiro do serviço e vou aproveitar pra fazer alguma coisa, já fixa”, aí foi quando eu construí essa casa de tijolos e ajudei a comprar barras de cano e fio pra colocar energia e água, porque afinal, eu estava com 4 crianças e meu pai. Aí foi povoando, a Sueli, o Jeferson, que já estava aí, que se mudou junto com minha filha, a Michele que morava ali, o Joel, a Raquel, o Wilson aqui do lado, e aí foram vindo, as famílias foram abrindo espaço, sempre cabe mais um, e é o que se tornou hoje, e estamos aqui, alguns que estavam vendendo foram embora, por causa do medo da reintegração, muita gente fica com medo mesmo, cada notícia que chegava, polícia, e muita gente fica com medo mesmo, sentiu-se vulnerável e foi embora e vendeu por uma bagatela e deu no pé e nós é que estamos aqui até hoje.⁹

Grande parte dos moradores da Vila União são oriundos do entorno, ou de bairros nas proximidades da Zona Norte de Sorocaba. Bairros que, abrigando tradicionalmente a população operária da cidade, têm vivenciado um processo de valorização imobiliária, que acaba por expulsar as famílias que se encontram em situação de maior pobreza. Observam-se diferentes níveis, ou escalas, no processo de segregação, no qual um lugar tradicionalmente segregado (a Zona Norte de Sorocaba), a partir da valorização imobiliária, se torna impraticável para uma camada mais pobre da população, que busca refúgio e moradia nas ocupações próximas, muitas vezes iniciando o processo de constituição desses novos lugares. Tal fato se evidencia também na fala do pastor Juares:

Eu cheguei na Vila União em 2017, e eu vim do Vitória Régia, eu morava de aluguel no Vitória Régia já há 3 anos, e desde então eu moro aqui na Vila União.¹⁰

Compreende-se que essa conjuntura é intensificada pela ação da especulação imobiliária, através da valorização pela qual passam os eixos representados pelas principais avenidas que cortam a Zona Norte da cidade, a

⁹ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

¹⁰ Pastor Juares (junho de 2021).

avenida Ipanema e a avenida Itavuvu. Tal condição se constituiu como um projeto, na confluência entre poder público e iniciativa privada, na forma das incorporadoras imobiliárias:

Da mesma forma que o planejamento urbano de Sorocaba, por meio do Plano Diretor, se adequou aos vetores de expansão da cidade – já que o crescimento nestas áreas é anterior à elaboração do Plano Diretor –, a especulação imobiliária se consolida juntamente com os investimentos públicos em infra-estrutura urbana nestas áreas. É o caso que comumente acontece ao longo das avenidas Itavuvú e Ipanema, na Zona Norte da cidade (Ibid., p. 98).

O planejamento urbano em Sorocaba opera “azeitando” a engrenagem da especulação imobiliária, o que será abordado no segundo capítulo, intensificando o déficit habitacional do município. Enquanto há um grande número de imóveis vazios ou abandonados, descumprindo a função social da propriedade, como previsto na constituição, do lado mais fraco da corda se dá a luta pela sobrevivência e a necessidade por moradia, expressa através do processo de ocupação de imóveis vazios:

Em termos de regularização fundiária, são aproximadamente 20 mil famílias, cadastradas pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária no período de 2010 a 2013. O plano do governo municipal anterior, de regularizar 100% dos casos, sequer atingiu 10% do total. Os denominados “núcleos habitacionais irregulares” somam 83 localidades, divididos em dois grupos: dez provenientes de antigos conjuntos habitacionais com irregularidades e o restante oriundo de ocupações por parte de famílias sem teto (BURGOS, 2015, p. 108).

Adriana Martim de Souza Costa, presidente da Central Única de Favelas de Sorocaba (CUFA-Sorocaba), conhecida como Drika, foi uma liderança institucional entrevistada no processo de pesquisa. Ela destaca em sua fala o aumento significativo das ocupações e favelas na cidade nos últimos anos, fato que se intensificou com a pandemia do vírus corona:

Aumentou muito, as famílias estão migrando de novo para as favelas. Santa Rosa, por exemplo. Santa Rosa é uma favela que nós atendemos desde o início da pandemia, no ano passado. Nós atendíamos lá oitenta famílias. Hoje atendemos mais de trezentas famílias, mais que o dobro. Portanto, as famílias

estão migrando para as favelas. Qual é o perfil dessas famílias que estão migrando para as favelas? São as famílias que estão sendo desalojadas, que não conseguem mais pagar seu aluguel. São as mães – nós temos um número muito triste, mais de 80% dos moradores das favelas são mulheres e mães solas – são essas famílias que estão migrando, perfis de todas as tragédias. Pessoas despejadas, mulheres que ficaram viúvas na pandemia, mulheres que passaram a ser violentadas e saíram de casa para a favela, pessoas que vieram de outra cidade. É uma realidade da cidade de Sorocaba o aumento de famílias ocupando as favelas.¹¹

Em meio à reprodução do espaço urbano na Zona Norte de Sorocaba, a Vila União aparece como um entrave à valorização da área, tendo em vista a condição de vetor de expansão imobiliária posta pelo Plano Diretor, tanto para a avenida Itavuvu quanto para a região como um todo. Tal fato evidencia com mais força a segregação. Quanto mais forte o contraste com o entorno (valorização espacial *versus* ocupação urbana), mais se demonstra empiricamente o fenômeno da desigualdade:

– Como as pessoas de fora da comunidade enxergam a Vila União?

– Pra eles nós somos bandidos né? Você entra aqui a qualquer horário. Você vê bandido ou alguém cuidando da vida? Todo mundo que está aqui tem alguma coisa que fazer da vida. Acho que até no Campolim¹², sendo um bairro nobre, tem marginal. Mas aqui não é diferente, é uma comunidade, não vai ser diferente com um bairro lá fora. Porém, não é todo mundo daqui não, cada um tá cuidando da própria vida, arrumando bico, tá fazendo alguma coisa e, sim, a gente ainda é visto com maus olhos lá fora.

– Por que?

¹¹ Drika Martim (julho de 2021)

¹² Bairro de classe alta da Zona Sul de Sorocaba.

– Porque a gente está onde não é da gente, segundo eles. Que a gente ocupou, que a gente é ladrão, tomou a terra de alguém. Porém, a gente não fez isso por gosto de fazer, por graça de ficar “invadindo” terra de ninguém, mas por falta de opção por não ter mesmo para onde ir... Vamos combinar que Sorocaba tem muito viaduto lá pelo terminal São Paulo, tem muita gente que dorme lá e ninguém olha por esse pessoal de rua. Imagine, imagine você, a quantidade de famílias que tem aqui, debaixo desses viadutos, seria como? Um complexo de favelas, a mesma coisa. E aqui a terra estava improdutiva, estava largada, a gente ocupou, deu nome, deu um destino a ela, e aí eles vão falar que nós somos marginais? Aonde! Marginais seríamos se se saíssemos de porta em porta pedindo ou tentando roubar alguma coisa de alguém. Não!¹³

A fala de Estefânia explicita o sentimento de segregação, a sensação no cotidiano de ser visto com “outros olhos” pela população do entorno. Externa também o fato de que a política habitacional em Sorocaba, baseada na reprodução do espaço associada ao capital imobiliário, incorre no agravamento de um desenvolvimento desigual urbano, do qual a segregação socioespacial é uma das expressões. A “falta de opção por não ter mesmo para onde ir”, refletida na fala de Estefânia, é sintomática da crise da cidade capitalista contemporânea e da segregação imposta, de uma cidade que não é para todos.

A crise da cidade é a crise da moradia, mas é também a crise do emprego. O desemprego ou a falta de emprego formal repercute diretamente na dificuldade de acesso a um habitar formal, por meio do pagamento de aluguéis. A população mais pobre se vê impossibilitada de arcar com o valor do aluguel urbano, e busca assim possibilidades de moradia em meio as brechas do processo de reprodução do espaço, dos quais as ocupações urbanas são a forma na paisagem.

A precarização do trabalho que toma vulto a partir do processo de reestruturação e flexibilização da produção faz com que o modelo de contratação mais rentável para a reprodução do capital através do emprego seja o da terceirização. Uma parcela da população que compõe a Vila União

¹³ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021)

está em ocupações que formam a base do circuito produtivo do mercado formal, especialmente nas funções terceirizadas de limpeza, alimentação e segurança:

A gente trabalha, a gente pede serviço, é igual a qualquer cidadão lá fora, qualquer munícipe, somos iguais a qualquer munícipe sorocabano, porque nós também somos munícipes. Não é só na hora do nosso título, nós somos munícipes em todos os sentidos, porque daqui também saiu enfermeiro trabalhar de madrugada, saiu catador de lixo, os garis, sai muita gente que trabalha, faxineira, todo mundo aqui tem uma ocupação, um serviço. Trabalha: merendeira, cozinheiro, trabalha honestamente, os que não trabalha são os que não tem chance, que vive batendo nas portas, pedindo uma vaga de emprego, os outros não dá. Só vai pro lado errado por falta de opção, porque, se abrir opção pra essas pessoas, num vai pro lado errado.¹⁴

Apesar de uma parte das pessoas da comunidade trabalhar em empregos formais, a maioria dos moradores da Vila União tem ocupações informais, como catador ou faxineiro não regulamentado (especialmente as mulheres), ou vivem de bicos.

A política habitacional, assim como a ausência de uma política social voltada para a população mais pobre em Sorocaba, também foi um assunto abordado na entrevista com Adriana, presidente da CUFA-Sorocaba). Ela cita a situação de precariedade de uma outra ocupação urbana, a chamada favela Santa Rosa, para expor a delicada situação das pessoas que se encontram na condição de vulnerabilidade habitacional:

A gente tem diversas favelas, onde os problemas são os mesmos. Temos uma favela aqui de Sorocaba, a Santa Rosa, que não tem saneamento básico. O único acesso à água potável são duas mangueiras de jardim, de um gato da rua de cima. Temos lá um pouco mais de trezentas famílias, onde 80% da favela são de casas de madeira, casas que foram levantadas com portas de guarda-roupas. Uma realidade muito triste ali que a gente não tem enxergado a

¹⁴ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

*atuação, não só na área de habitação, mas na área social também. Não tem política afirmativa para essas famílias. E o que é desesperador, grande parte das áreas ocupadas hoje, algumas delas já saiu processo e já pediram reintegração de posse.*¹⁵

É necessário um esforço no sentido da delimitação acerca de alguns conceitos a serem utilizados neste trabalho, no caso, dos termos *favela* e *ocupação*, que, apesar de serem palavras com sentidos próximos, não são sinônimos. A palavra *favela* tem origem histórica associada à cidade do Rio de Janeiro e a Guerra de Canudos, sendo posteriormente utilizada também em outros lugares, como a cidade de São Paulo (TASCHNER, 2001). Entretanto, quando se observa o fenômeno associado ao termo, percebe-se uma pluralidade de tipos de habitação tidos como favelas. Segundo relatório do Observatório das Favelas, a “diversidade das formas e das dinâmicas sociais, econômicas e culturais, também tem sido um desafio na compreensão do que é uma favela e, por conseguinte, na definição de parâmetros universais que orientem uma definição mais precisa” (SILVA, 2009 p. 21). Neste sentido, Queiroz (2015), em estudo sobre a definição do termo *favela*, destaca que “a maior dificuldade para mensurar a evolução dessa grave questão habitacional consiste na diversidade das respectivas definições” (QUEIROZ, 20015, p. 341). Para se ter uma ideia da elasticidade de delimitações, enquanto para o IBGE uma favela é caracterizada pelo aglomerado de domicílios subnormais com 51 residências ou mais, para a Prefeitura Municipal de São Paulo favela é todo o conjunto de unidades domiciliares feitas de madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria, em lotes cuja posse não é legalizada para aqueles que os ocupam, com duas casas ou mais (Idem). Contudo, mesmo que não haja uma única definição quanto ao que é uma favela em sua forma, há relativo consenso sobre as questões sociais que envolvem a população desses tipos de habitação tidos como favelas. Taschner destaca que:

Parece não existir grande especificidade populacional entre as distintas áreas faveladas. As favelas diferem quanto ao grau de estruturação, aos melhoramentos, às condições sanitárias, etc. Mas há indicações de grande semelhança entre sua população em relação

¹⁵ Drika Martim (julho de 2021).

às categorias socioocupacionais, renda, escolaridade, faixa etária e cor. A população favelada é mais pobre, menos escolarizada, com maior proporção de subproletários, não brancos e jovens do que a população como um todo (TASCHNER, 2001, p. 26).

Ao observar a forma urbana e a população da ocupação Vila União, percebe-se que se trata de um lugar empobrecido. Entretanto, em virtude da pluralidade de definições, da ausência de um consenso quanto a um único sentido do conceito de favela, optou-se pela utilização no texto do relatório do termo “ocupação urbana”, termo que pertence ao campo do direito à cidade, e no entendimento aqui compartilhado, expressa as possibilidades inerentes ao lugar e o poder de resistência das pessoas:

Ah, o pessoal lá fora chama de favela, chama de ocupação, chama de invasão. Pra gente que mora aqui e para algumas pessoas é uma comunidade. Mas o pessoal ainda chama de favela. É conhecida como favelinha do BRT, favelinha da caixa, ocupação Silva Calhas, favela da Fazendinha. Porque todas essas terras ocupadas eram de uma fazenda, a fazenda São Pedro. Mas a fazenda já não existe há muito tempo. No posto de saúde do Vitória Régia a gente é conhecido como fazendinha, ou favelinha do BRT, apesar do BRT vir depois de nós também. Mas pra nós é uma comunidade.¹⁶

Em função da vontade dos moradores do lugar de considerar a ocupação como uma comunidade, também será utilizada essa palavra ao longo do texto.

É necessário ainda se diferenciar o termo “ocupação urbana” daquele utilizado para se referir aos imóveis vazios, especialmente prédios públicos nos centros de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que, abandonados durante grande período de tempo, são ocupados por famílias que buscam por moradia. No caso da ocupação Vila União, se trata de terrenos vazios, que são ocupados por famílias que constroem suas próprias habitações, com base na autoconstrução, no processo de resistência da luta por moradia.

Há possibilidades em meio a uma política habitacional segregacionista, que busca mais a valorização imobiliária do que a função social da terra, de

¹⁶ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

consolidação da Vila União como um bairro de Sorocaba, através da legitimação da posse por parte de seus moradores? Até quando as famílias viverão à mercê do poder institucionalizado e da insegurança social inerente a uma política habitacional de tais características? Como no caso da ocupação urbana do Senai, localizada a cerca de um quilômetro das ocupações Jardim Ana Vitória e Vila União, que se encontra na iminência constante do processo de reintegração de posse e de remoção das famílias¹⁷. Nas próximas páginas se encontram mais algumas imagens da Vila União e no próximo tópico está disposta uma reflexão acerca dos principais conceitos que buscam dar conta do que foi levantado empiricamente na pesquisa.

FOTO 13 – Rua da Ocupação Vila União (LOMARDO, 2019)



¹⁷ Sobre o referido processo de reintegração de posse, ver as reportagens nos Anexos, do Jornal Cruzeiro do Sul e do Jornal Z Norte (ANEXOS 8 e 9).

FOTO 14 – Residências da Ocupação Vila União (LOMARDO, 2019)



1.3 Fenômenos de desigualdade: conceitos da pesquisa

Para uma melhor assimilação do movimento do real, dos fenômenos que se colocam na cidade capitalista contemporânea e para buscar compreender a Vila União, é necessário realizar um retorno teórico aos conceitos que se mostram necessários para a apreensão desse movimento. Neste tópico realiza-se a definição dos principais conceitos utilizados na pesquisa: reprodução do espaço, desenvolvimento geográfico desigual e o fenômeno de segregação socioespacial, e de que forma essas categorias ou fenômenos incidem sobre o lugar de estudo, a Vila União.

1.3.1. Reprodução do espaço

A categoria espaço geográfico é uma das categorias seminais da ciência geográfica. Por conta disso, se constitui como objeto de diversos esforços no sentido de uma possível delimitação. Pode se afirmar que é um conceito rico

no que diz respeito à variedade de definições. O intento em se delimitar o conceito de espaço não é o foco aqui. Por ora, cabe ressaltar que se compreende o espaço geográfico como o espaço produzido socialmente, que agrega uma história, mas que “não seja nem um ‘sujeito’, nem um ‘objeto’, mas uma realidade social, ou seja, um conjunto de relações e de formas” (LEFEBVRE, 2000, p. 169)

Partindo do ponto de vista do espaço produzido socialmente, se utiliza na pesquisa o arcabouço conceitual propiciado por duas das principais referências na análise da referida categoria, Henri Lefebvre e David Harvey. Outro importante autor, Neil Smith (1988), destaca a importância de tais pesquisadores para o tema aqui debatido, ressaltando que enxerga em Lefebvre uma maior originalidade:

A idéia da produção do espaço não é nova. No marxismo anglo-americano, David Harvey foi o precursor na análise do "*espaço criado* como o princípio supremo da organização geográfica", como o foi Castell na tradição francesa. Mas é Henri Lefebvre que tem sido o mais coerente, o mais criativo e o defensor mais explícito da "produção do espaço." Ao que eu saiba, foi Lefebvre quem criou a frase "produção do espaço" (SMITH, 1988, p.139).

Em suma, além dos esforços teóricos empreendidos por Harvey e Lefebvre no que diz respeito à categoria abordada, se utiliza também da obra de geógrafos brasileiros, essenciais à temática, em especial os nomes de Roberto Lobato Corrêa e Ana Fani Alessandri Carlos.

Desde os primórdios da sociedade os seres humanos produzem espaço – o espaço natural transformado pelo trabalho, o espaço das primeiras culturas de plantação, a domesticação e racionalização da natureza. Da mesma forma, desde tempos ancestrais o ser humano produz espaço urbano, o espaço das antigas vilas e cidades: “todo espaço social tem uma história, a partir dessa base inicial: a natureza, dado genuína e original (primária)” (LEFEBVRE, 2000, p. 160).

Historicamente, é possível destacar seus principais organizadores: o Estado tem um papel primordial no processo de produção do espaço geográfico, em sua ordenação e estruturação. As pessoas que o vivenciam no cotidiano através de suas múltiplas esferas, que lançam mão da força de trabalho responsável pela transformação do ambiente, também são atores de

suma importância. “Sobre e no espaço, há mais que traços incertos deixados pelos acontecimentos; existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais” (Ibid., p. 161) Contudo, o espaço urbano das cidades pré-industriais ainda não é o espaço da reprodução ampliada de capital, em que a Empresa e o capital assumem também o papel de ordenadores: o espaço no qual o valor de troca substitui o valor de uso, e a cidade como obra dá lugar à cidade como produto (Idem).

Faz-se necessário então distinguir a produção do espaço do processo de reprodução do espaço. A produção do espaço pode ser compreendida como construção inicial, posto que toda produção social resulta numa produção espacial, a exemplo da fundação e crescimento das cidades. Entretanto, uma das características próprias do modo de produção capitalista é justamente a reprodução ampliada de tudo o que exponencia lucro, e o espaço, de produto, se transforma em produtor, angariando valor, a depender de sua função, conteúdo e localização. Não é mais só local, ou espaço, de disposição das coisas que tem valor, ele é o valor em si. Nas cidades, se efetiva a sucessiva construção, destruição e reconstrução do espaço geográfico, destacadamente compreendido como capital fixo o ambiente construído. Harvey expressa tal teorização de forma objetiva:

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. (...) Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma passagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente. As crises temporais do investimento de capital fixo (...), são, portanto, normalmente expressas como reformas periódicas do ambiente geográfico, para adaptá-los às necessidades de acumulação adicional (Ibid., p. 54).

Lefebvre fala de um espaço que é produzido, mas é também base para as relações de produção – “à sua maneira produtivo e produtor, o espaço (...) entra nas relações de produção e nas forças produtivas” (LEFEBVRE, 2000, p. 7). O espaço é a base primordial para a reprodução ampliada do capital: “o espaço produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na *reprodução*, a do aparelho produtivo, da reprodução

ampliada, das relações que ele realiza praticamente, ‘no terreno’?” (Idem, grifo do autor). Em linhas gerais, compreende-se aqui a reprodução do espaço como a expressão espacial da dinâmica do movimento de produção, acumulação e reprodução ampliada típicas do capitalismo.

Contudo, a dinâmica de reprodução inerente ao espaço não se confina ao espaço construído, mas também ao espaço necessário para a circulação de pessoas e produtos. Harvey, em sua compilação de textos *A produção capitalista do espaço*, demonstra, no segundo capítulo, que as crises cíclicas que atingem a economia do sistema capitalista encontram, na circulação de mercadorias e no espaço, importantes meios para a manutenção do lucro e da mais valia: “a criação de valor depende da capacidade de realizá-la através da circulação” (HARVEY, 2005, p. 72-73). A anulação do espaço pelo tempo é um elemento essencial para o incremento da acumulação capitalista. A lógica do mercado depende de um domínio sobre o espaço, e “o insucesso da realização do valor significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção. Portanto, se a esfera da circulação não se expande, a acumulação para” (Ibid., p. 73).

Mesmo que o espaço não seja totalmente urbanizado, é em função das cidades que acontece a maior parte da circulação de pessoas e produtos, e é nas cidades, primordialmente, onde ocorre a reprodução do espaço, a reprodução do espaço urbano. É através do espaço urbano que o capitalismo articula a reprodução ampliada de capital:

Não somente o capitalismo se apoderou do espaço pré-existente, da Terra, mas ele tende a produzir o espaço, o seu. Como? Através e pela urbanização, sob a pressão do mercado mundial. Sob a lei do reprodutível e do repetitivo, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais (Ibid., p. 442).

O processo de reprodução do espaço urbano na cidade é algo que se observa na paisagem – a cidade se espraia e cresce, horizontalmente nas periferias e verticalmente nas regiões onde verifica-se o desenvolvimento de centralidades. A cada dia surgem novos empreendimentos imobiliários, torres comerciais e condomínios, populares e de alto padrão.

Em Sorocaba essa dinâmica é visualizada nas áreas de expansão imobiliária, das quais a avenida Itavuvu, na Zona Norte, artéria em que nas

proximidades se localiza a Vila União, é um dos principais eixos. O processo de reprodução do espaço urbano ao longo da avenida Itavuvu, com a inauguração de diversos empreendimentos comerciais nos últimos anos, vem criando valor especulativo para essa região, o que aumenta o valor dos aluguéis, expulsando a população mais pobre. Cria-se uma centralidade ou incremento do valor do espaço urbano, concomitantemente ao surgimento de uma nova periferia. O espaço urbano se constitui como um todo fragmentado.

Para Corrêa (1989), “o espaço de uma grande cidade capitalista constitui (...), no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1989, p. 7). Sobreposição de objetos em um mesmo espaço, simultaneidade de acontecimentos em um mesmo tempo, a cidade é o todo e o particular, homogeneamente unitária ao mesmo tempo em que se apresenta compartimentada e plural. “O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado” (Idem).

Ana Fani Carlos (2007), debatendo sobre a reprodução do espaço urbano na cidade de São Paulo, através dessa mesma linha de pensamento, destaca que o “processo de reprodução do espaço é, ao mesmo tempo, contínuo e descontínuo, apresentando profundas rupturas provocadas pela intervenção do Estado em função das contradições decorrentes do próprio processo” (CARLOS, 2007, p. 73). Lefebvre ressalta a penúria do espaço, que:

(...) introduz uma contradição entre a abundância passada ou possível, e a raridade efetiva. Esta contradição não é exterior às relações de produção incorporadas no espaço inteiro, ainda menos à sua reprodução, pois os centros de decisão têm por finalidade expressa as manter (LEFEBVRE, 2000, p. 452).

São justamente as múltiplas contradições que emergem do modo de produção capitalista, assim como do processo de reprodução do espaço, o seu desdobramento espacial, que acabam por colocar a cidade como um todo fragmentado, de onde se exprime a lógica mercadológica: “a produção do espaço se realiza sob a égide da propriedade privada do solo urbano, onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços” (CARLOS, 2007, p. 75).

O espaço urbano também se coloca como produto e produtor, refletindo as contradições inerentes à reprodução, se organizando a partir de relações diferenciais: “o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-

lo se redefinem, constantemente, em função da contradição crescente entre a abundância e a escassez” (Idem). Surgem, então, expressões do desenvolvimento geográfico desigual – “o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista” (CORRÊA, 1989, p. 8).

Pela característica essencial do processo de reprodução do espaço urbano, que é a reprodução ampliada do capital, não é possível a efetivação de um desenvolvimento em conjunto ou igualitário. Pelo contrário, a lógica da acumulação depende do desenvolvimento diferencial para que haja também a diferenciação do valor, e a possibilidade de uma valorização do espaço urbano cada vez maior. Daí emergem as contradições inerentes ao processo de urbanização crítica, da crise da cidade, da anticidade: em linhas gerais, o desenvolvimento geográfico desigual, que se materializa na forma da exclusão social, da segregação espacial, da pobreza e da inacessibilidade aos direitos sociais básicos.

As contradições se materializam através de desenvolvimentos geográficos desiguais inerentes ao processo de reprodução do espaço urbano. Surgem na paisagem outras modalidades de uso da terra, outros territórios que não aqueles determinados pela empresa capitalista ou pelo Estado: ocupações urbanas, como a ocupação Vila União, que têm sua origem ligada aos processos de luta por moradia, direito social que sucumbe frente à lógica mercadológica da reprodução do espaço. Comunidades favelizadas que por vezes se estabelecem como novos bairros da cidade e por vezes são removidas no assédio da especulação imobiliária, legitimado pela justiça através dos processos de reintegração de posse: “o uso do espaço na metrópole subordina-se cada vez mais à troca e a reprodução do valor de troca, submetendo o uso às necessidades do mercado imobiliário” (CARLOS, 2007, p. 75).

As práticas vorazes da empresa imobiliária, no cerne das contradições resultantes dos processos de reprodução do espaço urbano, são expressas através do desenvolvimento desigual, que se desdobra em situações de segregação socioespacial – “o espaço da cidade é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas” (CORRÊA, 1989, p. 8). Nesse sentido,

compreende-se que é necessário focalizar expressões das contradições do espaço urbano.

Nas próximas páginas se realizará um esforço no sentido de buscar definições para o desenvolvimento geográfico desigual, um fenômeno que se expressa de forma inerente às contradições da reprodução do espaço urbano, no espaço das cidades, mas também como expressão das contradições do capitalismo em escala global.

1.3.2. Desenvolvimento geográfico desigual

O desenvolvimento geográfico desigual é uma consequência do modo de produção capitalista. De maneira estrutural, o capitalismo necessita do desenvolvimento desigual. As reflexões sobre um desenvolvimento desigual têm sua origem no escopo teórico marxista, tendo ganhado fôlego a partir do ideário associado ao período revolucionário russo. Uma das primeiras figuras científicas a incidir de forma mais precisa sobre a problemática de um desenvolvimento desigual atrelado ao modo de produção capitalista foi Leon Trotsky, através da lei do desenvolvimento desigual e combinado (THEIS, 2009). Theis, em artigo que aborda o percurso teórico entre a ideia do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, ressalta que:

A noção de desenvolvimento geográfico desigual é recente. Mas, a de desenvolvimento desigual tem origens um pouco mais remotas. Consta que tenha sido Lênin quem, pela primeira vez, examinou com maior profundidade um processo – o desenvolvimento do capitalismo na Rússia – da perspectiva de sua desigualdade socioeconômica. No entanto, foi depois da Revolução de 1905 que a noção de desenvolvimento desigual, por intermédio de Leon Trotsky, ganhou um significado mais preciso. Aliás, com Trotsky, ela passou a ser desenvolvimento desigual e combinado, uma lei que já não dizia respeito apenas à dimensão econômica, mas remetia a uma questão política imediata (Ibid., p. 243).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado pressupõe níveis de desenvolvimento histórico diferentes em um mesmo país, a partir de uma desigualdade de ritmos entre os setores avançados e aqueles tidos como os mais arcaicos da sociedade. Ao mesmo tempo, haveria a aproximação entre os elementos modernos e antigos, certa combinação de setores em função do

arranjo necessário ao dinamismo político, econômico e social. Em países da periferia do capitalismo, tal fenômeno seria mais visível ou acentuado.

Apesar de não ser uma lei (ou teoria) espacial em essência, a ideia de um desenvolvimento desigual e combinado agrega diversos desdobramentos geográficos. A referida lei acabou se tornando a perspectiva paradigmática predominante em relação às reflexões teóricas sobre o desenvolvimento desigual até os anos 1980 (Idem).

A partir da referida década, começa a tomar corpo a estrutura conceitual para uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual propriamente dita, no sentido de “uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países” (Ibid., p.245)

A ponte teórica entre a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual se dá pelo fato de que ambos os fenômenos são inerentes à lógica do capitalismo. Em relação à teoria do desenvolvimento geográfico desigual, Theis lembra que “não se trata da desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos em geral, mas da produzida pelo capitalismo” (Ibid, p. 246).

Na busca de uma teoria do desenvolvimento desigual em suas perspectivas espaciais, ou de uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual, cabe destacar a importância no campo de dois geógrafos anglo-americanos, mais especificamente David Harvey e Neil Smith (Idem).

O processo de produção do espaço – ou como compreende-se aqui, no que concerne à lógica espacial instaurada após a consolidação do modo de produção capitalista, o processo de *reprodução do espaço* – é a expressão espacial do capitalismo, e por isso mesmo, como exposto na parte anterior, se ordenará de forma diferencial:

(...) o padrão resultante é o do desenvolvimento desigual não num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo (SMITH, 1988, p. 139).

A lógica do desenvolvimento geográfico desigual é inerente ao processo de reprodução do espaço – e por este viés, é possível pensar tal lógica tanto quanto produto do sistema, resultado da ordenação inerente ao modo de produção capitalista, quanto como premissa do sistema, tendo em vista que é justamente na desigualdade que reside a possibilidade do lucro:

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados (Ibid., p. 221).

É na obra de David Harvey, contudo, que reside o esforço maior no sentido da delimitação para uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para o autor, tal escopo deve ser definido a partir de dois componentes principais: a produção de escalas e a produção de diferenças geográficas propriamente ditas: “a concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses dois elementos, a mudança de escalas e a produção de diferenças geográficas (HARVEY, 2009, p. 112).

Harvey chama a atenção para o fato de que as diferenças geográficas são historicamente produzidas, por meio das sobreposições espaciais das formas e funções dos lugares ao longo dos séculos – mas, por outro lado, lembra também que “as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente produzidas (...), por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente” (Ibid., p. 111).

No que diz respeito à contemporaneidade, é possível afirmar que tais diferenças ocorrem em ritmo mais intenso – “essas mudanças tornaram-se, no entanto, em épocas recentes, mais voláteis” (Ibid., p. 112). O autor ressalta que a partir da compreensão do conceito é “que podemos avaliar de modo mais pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização” (Ibid., p. 115).

Para o interesse da pesquisa, contudo, é necessário pensar em como a lógica do desenvolvimento geográfico desigual se coloca no âmbito da reprodução do espaço urbano, como é produzida a diferença internamente a uma cidade, como o desenvolvimento desigual se manifesta nos lugares.

A princípio, faz-se essencial destacar a importância do cotidiano no processo de produção das diferenças geográficas, “a diferenciação do espaço geográfico que resulta dos processos sociais cotidianos” (THEIS, 2009, p. 247). Nos lugares é que são efetivadas as diferenças, o que impossibilita falar em um desenvolvimento diferencial somente em escala global ou regional:

Com efeito, tudo o que se passa no local de trabalho e no processo de produção e consumo está, de algum modo, contido no interior do processo mais amplo de acumulação e circulação de capital. Quase tudo o que se come e bebe, veste e usa, ouve e vê, vem em forma de mercadorias e está perpassado por divisões do trabalho, assim como por discursos e ideologias que difundem os preceitos do capitalismo. Entretanto, isso tudo (mercadorias e processos) não está fora do espaço: a competição territorial por trás das relações do cotidiano tem uma importância incomum no processo de acumulação de capital e no desenvolvimento geográfico desigual (Idem).

Compreende-se que a diferença espacial pode ocorrer também em nível local. Com base no entendimento proposto, entende-se que o fenômeno de segregação socioespacial se constitui em uma expressão inerente à lógica do desenvolvimento geográfico desigual, que se efetiva na reprodução do espaço urbano.

Harvey (2009), atenta para o fato de que a produção das diferenças geográficas se dá em perspectiva escalar, o que se permite falar em níveis ou escalas de diferenciação internas ao espaço de uma cidade, ou mesmo de um bairro. Aqui se constitui a hipótese da pesquisa – a de que em meio a uma região já segregada, a Zona Norte de Sorocaba, a incrementação do valor do espaço urbano através da valorização imobiliária intensifica a diferenciação social e a segregação espacial, expulsando a população menos favorecida para áreas mais distantes ou menos interessantes à especulação imobiliária – o que possibilita falar em *segregação da segregação*.

É possível encarar a área da pesquisa aqui apresentada, a ocupação Vila União, na Zona Norte de Sorocaba, como a forma na paisagem do desenvolvimento geográfico desigual em nível local. Uma expressão da

diferenciação e da segregação da segregação, através do surgimento de um gueto, de um bolsão de pobreza com uma população ainda menos favorecida que a do seu entorno, que já se constitui em uma região historicamente segregada.

Nas próximas páginas analisa-se o conceito de *segregação socioespacial* e os seus desdobramentos, a *autossegregação* e a *segregação imposta*.

1.3.3. Segregação socioespacial

O processo de reprodução do espaço urbano se efetiva através de formas de desenvolvimento geográfico desigual, do qual o fenômeno de segregação socioespacial é uma das principais expressões.

A palavra segregação etimologicamente tem origem no latim *grex*, que significa rebanho. O prefixo *se* indica o *não-ser*, o separar-se. Neste sentido, segregar é se separar dos demais, no sentido original do termo. Nos dicionários o significado mais comum é justamente o de afastamento ou separação. Um exemplo clássico é o da segregação racial no apartheid sul-africano, no qual os negros eram separados da população branca.

A junção dos termos *sócio* (de social) e *espacial* se dá em um esforço de explicar a dinâmica da reprodução e perpetuação da estrutura social por meio da reprodução do espaço, fenômeno que ocorre através da desigualdade expressa na diferenciação entre as áreas de uma mesma cidade.

Por este viés compreende-se a segregação socioespacial como o fenômeno em que áreas homogêneas, ou com forte tendência à homogeneização em relação à forma urbana, assim como no que diz respeito ao acesso à renda e aos direitos sociais, se diferenciam das áreas adjacentes de uma mesma cidade ou um mesmo bairro.

É necessário destacar que após a reforma ortográfica da língua portuguesa, a grafia de *socioespacial* sofreu uma alteração com a retirada do hífen, anteriormente escrita como *sócio-espacial*. Alguns autores destacam que tal mudança não se limita à esfera ortográfica, como é o caso do professor Igor Catalão, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em artigo intitulado *Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate*. O autor destaca que Marcelo Lopes de Souza considera a grafia sócio-espacial com hífen mais

abrangente, dando conta também das relações sociais e da (re)produção do espaço:

(..) existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade) (SOUZA apud CATALÃO, 2011, p. 174-175).

Esse mesmo autor destaca, entretanto, que o significado proposto por Marcelo Lopes de Souza escapa a uma visão mais contemporânea da geografia que considera as relações sociais inerentes à produção do espaço, não sendo possível diferenciar o espaço unicamente social do espaço das relações sociais:

no que socioespacial e sócio-espacial diferem em termos de significado expressa uma distinção que se apoia na relação mesma espaço-sociedade e no que isso pode ser traduzido em termos ortográficos referentes ao uso ou não do hífen. Entretanto, afirmar que socioespacial se refere somente ao espaço social e que sócio-espacial diz respeito ao espaço e às relações sociais simultaneamente pode colocar uma divisão na relação espaço-sociedade que a Geografia tem tentado, pelo menos nas últimas três décadas, superar (CATALÃO, 2011, p. 176).

Neste sentido, optou-se pela proposta sugerida por Catalão, na qual o termo *socioespacial* dá conta satisfatoriamente da complexidade inerente ao que se engendra entre as relações sociais e o processo de reprodução do espaço urbano.

No que diz respeito aos desdobramentos teóricos e epistemológicos acerca do conceito de segregação socioespacial, dividiu-se as principais abordagens entre aquelas desenvolvidas no cenário nacional da ciência geográfica e aquelas que se estabeleceram internacionalmente no campo.

No cenário internacional, as principais referências quando se fala em segregação socioespacial se dão através das obras de Henri Lefebvre e Manuel Castells. Sogami, em artigo que aborda o conceito de segregação socioespacial sob o escopo dos dois referidos autores, destaca que:

Tanto Castells quanto Lefèbvre refletiram sobre o conceito de segregação. É bem verdade que em nenhum momento os dois pensadores discorrem sobre o caráter de uma segregação de ordem especificamente socioespacial, mas é possível identificar que é dessa questão que se trata (SOGAMI, 2001, p. 95).

Segundo Manuel Castells, o conceito de segregação socioespacial seria a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 2011, p. 250). A definição de Castells se tornou referência basilar à ciência geográfica no Brasil no que diz respeito ao conceito de segregação. Em relação ao objeto aqui estudado e à dinâmica de especulação imobiliária, Castells (2011), destaca a necessidade da criação de uma demanda habitacional que impulsione o processo constante de criação/destruição/recriação imobiliária. Tal processo é facilmente visualizado em Sorocaba, por meio da associação entre o governo municipal e a iniciativa privada, na forma das empreiteiras e incorporadoras imobiliárias.

O surgimento da Vila União faz parte desse processo, tendo em vista que a valorização da área no entorno, concomitantemente à inauguração de novos empreendimentos e loteamentos que afastam a população mais pobre, pelo menos no que diz respeito à habitação regulamentada, impele o crescimento de uma nova periferia.

Já para Lefebvre, Sogami ressalta que a “segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças” (SOGAMI, 2001, p. 96).

Mesmo não se valendo do termo segregação socioespacial, Lefebvre lança mão de conceitos que se aproximam da referida categoria, como *heterotopia* e *diferenciação*, que dariam conta da extrema fragmentação do espaço urbano, através das relações de um capitalismo análogo nos desdobramentos da reprodução do espaço urbano.

No cenário nacional, uma das principais referências quando se discute a segregação socioespacial é a estabelecida pelas contribuições de Roberto Lobato Corrêa. Corrêa originalmente destaca no livro *O espaço urbano* que

segregação seria “a concentração de tipos de população dentro de um dado território” (CORRÊA, 1989, p. 59). O autor frisa que as forças inerentes ao modo de produção capitalista atuam diretamente sobre o espaço da cidade. Neste sentido, Roberto Lobato Corrêa ressalta que “na medida em que estas forças atuam intensamente (...), geram uma marcante fragmentação da estrutura social, ao mesmo tempo em que se verifica crescente concentração de atividades e população na cidade” (Ibid., p. 62). A cidade capitalista é local da fragmentação e da diferenciação – a acumulação de capital se traduz na acumulação, ou na falta dela, expressa através das formas urbanas: “da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista” (Idem).

Tendo em vista que o livro de Roberto Lobato Corrêa foi publicado em 1989, há uma certa incongruência entre os termos utilizados atualmente, com os em voga àquela época. O autor fala em *segregação social* e *segregação residencial*, palavras que, mesmo não angariando o termo *socioespacial* em sua composição, estabelecem correlações com o que é mais contemporâneo em relação à categoria.

Em um texto mais recente, Corrêa utiliza o termo diferenciação socioespacial, definindo-a como “necessária e inevitável, parte integrante da ação humana” (CORRÊA, 2007. p. 62) e através da “qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios seus e de outros grupos sociais” (Idem). Corrêa destaca também que a diferenciação socioespacial é inevitável e necessária ao capitalismo em si, sendo possível observar nas discussões científicas “que o debate está centrado, de um lado, no caráter necessário e inevitável dessas diferenças e, de outro, na possibilidade de minimizar essas diferenças” (Ibid., p. 63). Por este viés, reivindica-se aqui o lado que busca minimizar essas diferenças. Obviamente que o que se defende não é o processo de pasteurização social e a total anulação de diferenças culturais, por exemplo. Mas sim a minimização ou mesmo a erradicação da diferenciação por exclusão social e da desigualdade econômica. Em outras palavras, não se denuncia toda e qualquer diferenciação socioespacial, mas daquela originária na dinâmica inerente ao modo de produção capitalista.

Juntamente a Corrêa, outra referência basilar à discussão acerca do conceito no cenário brasileiro é a de Ana Fani Alessandri Carlos. Carlos (1994) coloca a questão habitacional no cerne do problema da segregação socioespacial ao afirmar que “a segregação se apoia na existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia” (CARLOS, 1994, p. 5).

Tal entendimento evidencia o fenômeno presente na dinâmica de reprodução do espaço urbano da cidade de Sorocaba, onde *as práticas imobiliárias são determinantes na configuração espacial*, especialmente no que diz respeito à localização das moradias e do acesso dos cidadãos aos meios de consumo coletivo. Este fato incide diretamente também sobre as ocupações urbanas, como é o caso da Vila União, destacando locais que são mais atrativos daqueles que são menos atrativos para a iniciativa imobiliária, ou que estariam envolvidos em imbrólios judiciais que permitem outros usos que não aqueles especulativos. A autora realizou para fins analíticos uma distinção entre os elementos ligados aos processos de segregação, sendo que um destes elementos seria a:

(...) mercantilização do solo urbano tornado mercadoria. Nesta dimensão as estratégias imobiliárias se inscrevem no espaço da metrópole revelando uma lógica: o espaço adquire valor de troca supondo uma intercambialidade, nesta dimensão se trata da realização espacial da racionalidade da propriedade privada (Ibid., p. 6).

A partir do momento em que o solo urbano se torna valor de troca e tem seu processo de mercantilização continuamente acelerado, abrem-se oportunidades para o que atualmente pode ser visto como uma verdadeira “indústria habitacional”. No contexto urbano atual, as oportunidades de lucro advindas do capital financeiro têm um terreno mais fecundo na prática da especulação imobiliária, ou como Carlos também coloca:

(...) num momento de crise do setor industrial, o processo de reprodução do espaço da metrópole aparece como estratégia de realização do capital financeiro na medida em que este passa a investir na produção imobiliária enquanto aplicação de capital (Ibid., p. 7).

É possível estabelecer diversas relações entre o que é esboçado pela autora e o que se observa na cidade de Sorocaba, nas relações entre o poder público municipal e a iniciativa privada na forma da empresa imobiliária, como se mostrará no próximo capítulo. A formação de uma “indústria habitacional” é algo que pode ser visualizado na paisagem, com o surgimento de novos loteamentos, dos mais variados padrões e faixas de renda, diariamente. Concomitantemente, a população mais pobre é expulsa de áreas antes periféricas, que passam por um processo de valorização.

1.3.3.1. Autossegregação

Apesar de não fazer parte do arcabouço conceitual utilizado na pesquisa, considerou-se pertinente uma breve definição acerca da categoria de autossegregação. A autossegregação seria o processo no qual um estrato da população se isola voluntariamente entre os seus iguais, no que diz respeito à faixa de renda a qual pertencem. O padrão dos loteamentos fechados, dos condomínios verticais e horizontais com seus altos muros e portarias 24 horas, faz com que a aproximação teórica imediata, que se daria em função da própria forma visível na paisagem, seja pelo conceito de autossegregação. Lembramos que Carlos atenta para o fato de que a segregação pode assumir “várias facetas indicando processos diferenciados” (Ibid., p. 5). A segregação assim:

(...) pode ser espontânea, referindo-se a uma estratégia de classe, que a partir de uma diferenciação de renda localiza as pessoas diferencialmente na metrópole, uma vez que o uso está subordinado ao fato de o solo urbano ter valor e, portanto, seu uso se submeter à realização do valor, através de um ato de troca. Nesta direção, o mercado de terras na cidade distribui a população no espaço baseado na racionalidade da propriedade privada. Nesse sentido é produto da estratégia de uma classe. É assim que a morfologia social se materializa enquanto morfologia espacial, o que se revela, por exemplo, na sequência da paisagem dos bairros que se produzem enquanto fragmentos que tendem a totalizar os planos da vida. (Idem).

De acordo com a nossa compreensão, o conceito indicado por Carlos, apesar de não trazer em si a denominação *autossegregação*, representa o que

chamamos aqui de um processo no qual a *fragmentação do espaço urbano vem de forma voluntária*, o que se define pelo conceito de *autossegregação*.

1.3.3.2. Segregação imposta

Tendo por base a mesma lógica que orienta o fenômeno da *autossegregação* – da diferenciação inerente à reprodução do espaço urbano que estratifica a cidade de acordo com o valor do lugar, segregando-a – as áreas da cidade menos atrativas à especulação imobiliária naquele momento, assim como os espaços vazios por possíveis litígios judiciais, são os espaços ocupados pelas populações de baixa renda, que se veem muitas vezes impelidas a ocupar tais áreas na busca por moradia, na luta pela sobrevivência. Carlos (2003) chama atenção também para a questão de que nem sempre este processo é estratégia das classes mais abastadas. A resistência é uma estratégia para quem está na outra ponta da corda, onde o que se pode estabelecer não é mais a *autossegregação*, mas sim uma forma de *segregação imposta*:

No caso das classes de baixo poder aquisitivo a estratégia não é a de separar-se da cidade e de outras classes, mas uma estratégia de sobrevivência, realizada, portanto, nos limites das necessidades de reprodução da vida na construção das áreas de favelas. (Ibid., p. 6).

A partir dos conceitos propostos por Henri Lefebvre, a autora delimita a *segregação imposta* como sendo aquela orientada pelas exigências de reprodução:

Há também o que Henri Lefebvre chama de "segregação programada", que se realiza pela intervenção do Estado através de políticas urbanas orientadas pelas exigências da reprodução. Isto é, a intervenção do Estado no espaço, seja diretamente através da construção de infra estrutura, seja através das políticas urbanas, incentiva o deslocamento das atividades, transforma as funções dos lugares, gerando um movimento de valorização/desvalorização dos lugares. No caso da valorização, esta é apropriada pelo setor imobiliário, enquanto a desvalorização aponta a degradação da vida, pois em muitos casos a intervenção do estado destrói a morfologia da cidade, expulsando o corpo (CARLOS, 2003, p. 6).

No movimento de expulsão do corpo, a população mais pobre se vê obrigada a buscar novos lugares para o habitar, o que resulta no surgimento das ocupações e favelas das cidades brasileiras. Compreende-se o conceito de segregação imposta como o processo no qual essa camada da população é forçosamente concentrada em áreas que possibilitem a autoconstrução das moradias, em terrenos menos interessantes à especulação imobiliária, ou em áreas que se encontrem vazias em função da legislação ambiental ou possíveis litígios judiciais. Em Sorocaba é facilmente visualizada a dinâmica de valorização/desvalorização dos lugares por meio da força que o setor imobiliário detém na cidade. A desagregação acaba sendo um elemento constantemente presente como consequência do planejamento urbano municipal:

(...) o urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classe. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à *segregação* que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno. *Segregação* que produz uma *desagregação* da vida mental e social. Para evitar as contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições (LEFEBVRE, 1999, p. 157, grifos do autor).

O planejamento urbano que concerne aos últimos governos municipais em Sorocaba seguiu a regra urbanística da desagregação social. Todavia, os conflitos podem ser no máximo escamoteados, invisibilizados na periferia longínqua (Residencial Carandá e Altos do Ipanema, para citar alguns distantes conjuntos habitacionais da Zona Norte de Sorocaba, como exemplo). Mas a contradição se mantém, latente. A história da política habitacional em Sorocaba, como será mostrado no segundo capítulo, é marcada por tais fenômenos – a disputa de usos do território, representada pela reintegração de posse que desagrega a vida social e segrega o espaço urbano e sua população.

Compreende-se a área da pesquisa, a ocupação Vila União, como um lugar no qual são visualizadas expressões típicas de um fenômeno de segregação em uma região já segregada. A partir da valorização imobiliária do entorno, ocorre a expulsão da parte mais pobre da população, se constituindo

uma nova periferia, a periferia da periferia. A partir do processo de pesquisa vislumbram-se níveis de segregação, representados por lugares ainda mais excluídos, sendo a Vila União uma expressão desse fenômeno, representando uma região mais empobrecida do que o seu entorno.

Para efeitos da análise sobre as condições sociais que denotam a referida segregação imposta, a pesquisa sobre a área de estudo, no que se inclui a realização das entrevistas, traz variáveis que possam expressar, ainda que parcialmente, uma caracterização socioeconômica dos moradores da Vila União, bem como os atributos do espaço construído, seja em termos da infraestrutura e saneamento básico, seja em termos da construção de espaços de sociabilidade.

Contudo, seguindo a tendência do poder público municipal em escamotear a pobreza, através de ações que podem mesmo ser vistas como uma tentativa de higienismo social, o jornal *Cruzeiro do Sul*, principal jornal da cidade, em reportagem de 2011, aponta que Sorocaba não possui favelas¹⁸. A partir da metodologia do IBGE, que considera como favela aglomerações subnormais com mais de 51 unidades domiciliares, a matéria informa que as únicas cidades da região com comunidades desse tipo seriam Itu e Votorantim. Entretanto, em trabalhos de campo realizados nos últimos anos em Sorocaba, constatou-se a existência de aglomerações subnormais com mais de 51 unidades domiciliares em bairros como a Vila Helena e o Jardim Nova Esperança, assim como a própria Vila União, localizada entre os bairros do Parque das Paineiras e Parque Vitória Régia.

A ação do poder público tem deixado entrever uma estratégia de valorização do espaço urbano a partir das políticas habitacionais e da construção de grandes obras públicas. Assim, como um processo contemporâneo que subjaz à uma estrutura que já se vislumbra no movimento histórico da formação de Sorocaba enquanto cidade, é necessário se analisar criticamente o processo de urbanização do município. Esforço que se empreende nas próximas páginas.

¹⁸ Ver ANEXO 7, ao final do texto.

CAPÍTULO 2: Urbanização crítica de Sorocaba, desconcentração industrial e reestruturação produtiva.

Não é possível pensar a urbanização da cidade de Sorocaba sem se pensar a estrutura maior no qual esse processo está inserido, que é o próprio movimento de urbanização brasileira. O processo de urbanização brasileira faz parte de uma dinâmica que se insere na lógica do capitalismo dependente, de um país localizado na periferia do capital mundial. Como enfatiza Maricato, “é muito importante entender que sociedades desiguais vão dar cidades desiguais e que a nossa história não é a história do capitalismo central” (MARICATO, p. 13) Por este viés, entende-se a urbanização sorocabana como um processo inserido na lógica capitalista, que não está alheio aos movimentos regionais, nacionais e globais, um processo contraditório e desigual, no bojo da reprodução do espaço associada à reprodução ampliada do capital, que se manifesta, entre outras formas, através dos fenômenos de desigualdade.

2.1. Formação da cidade de Sorocaba

A origem da antiga Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba remonta ao século XVII, fato que incorpora ao município uma rica história. Sobre os primórdios das ocupações urbanas que deram origem ao município de Sorocaba, uma referência basilar se constitui na obra do historiador diletante Aluísio de Almeida (ALMEIDA, 1969).

A cidade de Sorocaba localiza-se na região sudoeste do estado de São Paulo, ocupando uma posição geograficamente estratégica, que resultou em uma importância histórica para o desenvolvimento econômico do estado e do país. A cidade é um ponto de ligação entre o Sul e o Sudeste do Brasil e teve participação, ainda enquanto vila, nos processos de expansão territorial das terras coloniais, sendo ponto de partida de bandeiras e monções. Deste modo, é possível afirmar que Sorocaba atravessou momentos econômicos distintos em sua história (comércio de animais, industrialização), que acabaram por impulsionar o desenvolvimento urbano.

O período referente ao comércio de animais e à feira de mulas, que corresponde ao final do século XVIII e século XIX, é abraçado pelos

historiadores tradicionais da cidade, normalmente sem maiores criticidades, como o momento áureo ou mais glorioso de Sorocaba. Tal análise não problematiza as questões sociais e econômicas e pode ser encarada como um esforço no sentido da elaboração de um mito criador para a cidade, através da figura do tropeiro e do movimento conhecido como tropeirismo.

Para uma abordagem crítica do referido período, a obra *Sorocaba no império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*, de autoria de Cássia Maria Baddini (BADDINI, 2002), constitui uma referência de extrema importância, tanto pela perspectiva histórica e geográfica empregada no trabalho, quanto pela postura científica proposta, analisando os fenômenos que envolvem o comércio de animais e o tropeirismo a partir de uma criticidade até então inédita na historiografia sorocabana. Baddini destaca que, historicamente, o comércio de animais em Sorocaba deve ser analisado como um dos primeiros elementos de fundo econômico que assume importância como organizador do espaço urbano da cidade pré-capitalista. O comércio de animais pode ser visto como o início do processo de produção do espaço urbano associado à dinâmica econômica da acumulação de capital, mesmo que de forma primitiva, em função da grande quantidade de comércios (fazendas secas, hospedarias, cutelarias, entre outros estabelecimentos) que surgiram no período.

A partir do final do século XIX, Sorocaba esteve inserida no incipiente processo de industrialização do estado, através das indústrias têxteis e da estrada de ferro. Em relação ao período histórico que compreende a inauguração da ferrovia, em 1875, e o surgimento das primeiras indústrias, na década de 1890, recomenda-se a leitura dos trabalhos de Silva (2000) e Araújo (2005). No que concerne ao recorte temporal que compreende o fim do século XIX e o início do século XX, ver o trabalho de Carvalho (2008). Assim como no movimento histórico do comércio de animais, o surgimento das primeiras indústrias e da ferrovia são elementos que irão organizar o espaço da cidade a partir da relação entre o capital e espaço urbano, em um período incipientemente capitalista.

No século XX, Sorocaba se consolidou como o principal expoente da industrialização no interior paulista – a segunda maior concentração industrial

do estado, ultrapassando Campinas (CARVALHO, 2008; AJONAS, 2011).
Segundo Lencione:

Historicamente, a indústria paulista, desde sua gênese, esteve presente no interior, haja vista que no final da década de 1920 cerca de 30% da produção industrial paulista era proveniente do interior, sobretudo das regiões de Sorocaba e de Campinas, que concentravam 21,2% dos operários do Estado de São Paulo (SUZIGAN apud LENCIONE, 2003, p. 466).

São também dessa época as primeiras manifestações de caráter urbanístico por parte do poder público municipal. Visualiza-se aqui, através das primeiras preocupações com uma política urbanística, o início do processo de urbanização para o capital de maneira mais racionalizada.

O governo de Nascimento Filho (1914-1921), associado à legislatura presidida por Campos Vergueiro, iniciada em 1914, organizou as primeiras ações político-administrativas no sentido de dividir o espaço da cidade por meio de zoneamento, fato que se consolidou através da lei 119/1914, “delimitando-se o que era a cidade, e por consequência, o que não era” (MONTEIRO & MATTOS, 2015, p. 1800). O zoneamento proposto tinha por objetivo incrementar a cobrança de impostos a partir da oferta e melhoramento de serviços públicos como iluminação.

O planejamento urbano posto em prática em Sorocaba no início do século XX já apresentava traços da política de separação social que iria se consolidar décadas mais tarde na cidade. A partir da aprovação da referida lei foi determinada a delimitação de uma primeira zona, das áreas do centro da cidade, uma segunda zona, formada pelas áreas do limite do perímetro urbano, e a “zona invisível”, constituída por áreas que estariam localizadas além do perímetro urbano. Monteiro e Mattos (2015), em artigo sobre o zoneamento de 1914, destacam que é “considerável salientar que famílias tradicionais geralmente habitassem a primeira e segunda zonas; imigrantes e pessoas mais pobres: a ‘zona invisível’” (Ibid., p. 1803).

Em relação a esse mesmo período, Carvalho (2006) aponta que as Leis da Câmara Municipal de 1915 buscavam a modernização da cidade, através de, entre outras práticas, a “tentativa de cerceamento de uma série de práticas e costumes correntes entre os segmentos populares e marginalizados da urbe”

(CARVALHO, 2006, p. 181). O esforço por parte do poder público municipal em invisibilizar os mais pobres pode ser visualizado desde o início do século passado, assim como a prática de coibir expressões da negritude, em uma explícita demonstração do preconceito e da forte influência da herança escravagista: “tencionava-se controlar a mendicância, os cães vadios, assim como obstar a realização de batuques, tambaques, cateretês e outros folguedos e divertimentos semelhantes” (Ibid., 182). Sobre a história negra de Sorocaba, silenciada e escamoteada nos livros tradicionais, além da obra de Carvalho, constitui-se em um trabalho essencial a dissertação de mestrado de Ana Carolina Basílio (BASÍLIO, 2020).

Tais fatos reforçam a hipótese de que um planejamento urbano segregacionista em Sorocaba pode estar na gênese de sua urbanização e tem acompanhado as políticas públicas municipais em perspectiva histórica. O planejamento urbano em Sorocaba, não estando alheio ao processo estrutural de urbanização brasileira, é um planejamento elaborado sob a lógica capitalista de mercado, que organiza o espaço em função da reprodução ampliada do capital, reproduzindo-o em consonância com a obtenção de lucro e concentração de capital através da valorização imobiliária. Tendo como base este quadro, as populações mais pobres são tidas como coadjuvantes e descartáveis no processo de planejamento urbano, o que se desdobra no fenômeno de segregação socioespacial. O Código de Obras de 1950¹⁹ representou a atualização e evolução do incipiente zoneamento de 1914. “No caso de Sorocaba, do ponto de vista institucional, o Código de Obras de 1950, que veio substituir as posturas municipais de 1914, representou o fim de uma era” (Ibid., p. 190).

É possível localizar na bibliografia historiográfica sorocabana referências que indicam um momento de declínio da produção industrial. Em meados do século passado, a cidade se encontrava em um momento de desaceleração do desenvolvimento econômico e industrial:

(...) a despeito da importância econômica que ele (o município) adquiriu, Sorocaba entra depois em um período no qual o ritmo de crescimento se desacelera, pois não usufruiu significativamente dos benefícios gerados pelo ciclo do café, que fez expandir a economia e

¹⁹ Sobre o Código de Obras de 1950 ver Frioli & Bonadio (2004).

infraestrutura de muitas cidades. Sendo seu solo e relevo inadequados para esse cultivo, ele teve, ainda na primeira metade do século XX, suas taxas de crescimento econômico e sua representatividade no interior do Estado superadas por Campinas (AJONAS, 2011, p. 7).

Tal situação começa a mudar a partir do fim da década de 1960, com o processo de desconcentração industrial da capital paulista. A década de 1970 foi marcada pela aceleração dos processos de divisão territorial do trabalho e êxodo industrial da metrópole, fazendo com que diversas indústrias procurassem o interior, buscando alternativas de produção mais lucrativas aos altos custos da metrópole. Sorocaba participou ativamente deste processo de divisão do trabalho. Os governos municipais ofereciam grandes vantagens aos empresários, como a doação de terrenos para a instalação das plantas industriais e a isenção de determinados tipos de impostos, fatos que lançaram o município em uma guerra fiscal.

No movimento de divisão territorial do trabalho, o território do interior paulista é dinamizado, através da abertura de novas rodovias, que possibilitam a localização das indústrias e a circulação da produção, por meio da instalação de outros aparelhos de infraestrutura, além do incentivo por parte do governo estadual em realizar a desconcentração industrial para o interior, na chamada metrópole expandida: “o novo está na importância industrial que assume o interior paulista e que o coloca como o segundo espaço industrial do país, superado apenas pela Região Metropolitana de São Paulo” (Lencione, 2003, p. 466).

Segundo Corrêa (2007), as principais características desse momento de desconcentração industrial da metrópole e sua conseqüente expansão para o interior são a modernização da agricultura, as políticas de “descentralização” industrial e os investimentos estatais, a elevação dos custos de produção na metrópole e a ampliação da malha viária (CORRÊA, 2007, p. 1).

Esse processo culminará nos anos 1990 na concepção da chamada macrometrópole paulista, que agrega as concentrações urbanas limítrofes à região metropolitana da capital paulista, como é o caso de Sorocaba, Campinas e São José dos Campos. Sobre a retomada do crescimento industrial em Sorocaba, Bonadio (2004) destaca que:

Somente em 1969, como fruto de um elenco de circunstâncias favoráveis – a abertura da Rodovia Castello Branco, o lançamento de um programa do governo estadual que incentiva indústrias instaladas na capital a se fixarem no interior e a dinamização pelo município da atração de novas empresas – a cidade consegue, a partir da vinda da então Fábrica de Aço Paulista, atual Metso Minerals, iniciar um novo processo de industrialização que a transformará, até meados da década de 70, num grande centro de indústrias metalúrgicas e de mecânica de precisão, aqui fixando, até 1975, mais de 70 novas indústrias, que em conjunto geraram 30 mil novos postos de trabalho (BONADIO, 2004, p. 276).

Este mesmo autor frisa que “entre 1970 e 1980 o número de estabelecimentos industriais em Sorocaba cresceu 25%; o pessoal ocupado aumentou em 170% e a participação de Sorocaba na produção industrial de São Paulo cresceu 0,6% em 1970, para 1% 10 anos depois” (Idem). Como consta na referência citada, o desenvolvimento da região de Sorocaba é acelerado com a inauguração das rodovias Raposo Tavares em 1954, e especialmente a Castello Branco, no ano de 1969:

A abertura da Rodovia Raposo Tavares em 1954 e, principalmente, da Castelo Branco em 1969, assim como as políticas desenvolvimentistas que se seguiram, possibilitaram um novo impulso à cidade. No contexto de tais políticas, com seus incentivos à desconcentração de atividades a partir da metrópole, essa última rodovia serviu como um dos principais eixos dispersores para as empresas e contribuiu fortemente para incrementar a economia de Sorocaba durante o período de reestruturação que se seguiria (AJONAS, 2011, p. 8).

A atual Zona Industrial de Sorocaba se desenvolveu ao longo da rodovia José Ermírio de Moraes, também conhecida como Castelinho, que faz a ligação entre a região central de Sorocaba e a Rodovia Castello Branco.

A incipiente retomada da atividade industrial é acompanhada da intensificação do processo de *desruralização* do município e de incremento do espaço urbano. Corrêa (2012), ao abordar a rede urbana brasileira, destaca esse fenômeno:

A rede urbana brasileira caracteriza-se, como outras, por um diferenciado processo de transformação. A relativa estabilidade que a caracterizava nos anos de 1940 e 1950 foi fortemente alterada a partir da década de 1960. Novos processos centrados na industrialização e urbanização provocaram transformações no mundo rural, nas correntes migratórias e nas interações espaciais, estas ampliadas qualitativa e quantitativamente. (CORRÊA, 2012, p. 214).

Por este viés é necessário ressaltar que a desconcentração industrial da capital paulista incide diretamente sobre o processo de desruralização, de concentração populacional e a conseqüente formação de uma periferia urbana nas cidades do interior do Estado de São Paulo. A retomada do desenvolvimento industrial foi acompanhada do crescimento horizontal da cidade – o início de seu espraiamento no sentido das periferias. Em Sorocaba não foi diferente, com o surgimento das primeiras favelas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Na esteira do movimento de crescimento industrial e urbano do município, a partir da década de 1960 o poder público municipal passa a dar mais atenção ao planejamento urbano, fato que culmina na elaboração do primeiro Plano Diretor de Sorocaba em 1966, do Código de Zoneamento, em 1968, e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, em 1971 (MEIRA, 2005). Como já destacado, o movimento de planejamento urbano no Brasil, país da periferia do capitalismo global, é um processo orientado pela lógica mercadológica associado à reprodução do espaço – o espaço tido como valor. O caráter mercadológico dos planos diretores em Sorocaba já se mostra presente nessas primeiras experiências, tendo se intensificado no plano diretor mais recente, no qual a preocupação com a valorização imobiliária associada à reprodução do capital se tornou o principal elemento organizador das propostas, fato que será melhor analisado no próximo tópico.

Os dois planos diretores e o código de zoneamento acabaram por incentivar a vinda de indústrias para o município, além de propiciar melhorias na infraestrutura, já que propunham a construção de novas avenidas, o arreamento de estradas de terra e instalações de luz e esgoto (Idem). Tais práticas também estimularam a valorização imobiliária. Entretanto, a força da especulação imobiliária no município não tinha ainda a mesma força dos dias atuais, sendo a indústria ainda a principal responsável pela reprodução ampliada de capital.

2.2. Urbanização crítica: contextualização da Zona Norte de Sorocaba

A reprodução do espaço urbano acontece a partir da dinâmica de valorização-desvalorização inerente ao processo de especulação imobiliária. Fenômenos de desigualdade na cidade que podem ser observados desde o nível da paisagem. Neste tópico será abordado mais especificamente a formação territorial da zona norte da cidade de Sorocaba, a qual se destaca pela presença do processo da especulação imobiliária e o consequente espraiamento da periferia e da segregação socioespacial, fenômenos dos quais a Vila União é a expressão na paisagem.

A partir de uma análise da produção historiográfica que envolve a cidade de Sorocaba, é possível encontrar referências (ALMEIDA, 1964; STRAFORINI, 2001) que localizam o gérmen urbano – o limiar do município – em povoamentos na região atualmente conhecida como a Zona Norte da cidade. Os registros acerca da transferência do Pelourinho do morro de Araçoiaba para a recém fundada vila de São Felipe do Itavuvu, onde hoje se localiza o bairro Itavuvu, datam de 1611. Entretanto, tal região, que hoje é demarcada como a Zona Norte de Sorocaba, se manteve, durante grande parte dos 365 anos da história oficial do município, como uma área essencialmente rural.

A cidade de Sorocaba ainda carece de uma divisão que possa definir onde começam e terminam as regiões da cidade (Zona Norte, Zona Sul, Zona Oeste, Zona Leste), delimitação esta que já é presente nas placas de trânsito, por exemplo. Grosso modo, é possível alinhar as atuais regiões da cidade com as antigas toponímias urbanas, inerentes a uma cidade ainda pequena e muito próxima, geográfica e culturalmente, do mundo rural. A região conhecida como Além Ponte (a cidade que fica depois da ponte) determinou, durante grande parte do século 20, o fim do centro e o início dos bairros. Essa região é atualmente conhecida como a Zona Leste da cidade. O mesmo pode se dizer da Zona Norte, antes percebida como região do Além Linha (a cidade que fica depois da linha do trem).

A região tradicionalmente conhecida como Além Linha, que compreende as ruas Hermelino Matarazzo e Comendador Oeterer, ruas que margeiam o Cemitério da Saudade entre os bairros da Vila Santana e da Vila Carvalho, é

definida atualmente por meio do macrozoneamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Territorial de Sorocaba como sendo área do centro expandido (norte) da cidade de Sorocaba (SOROCABA, 2014a). Deste modo, e de forma genérica, a Zona Norte seria limitada ao sul pelas avenidas Adão Pereira de Camargo, Isaltino Guanabara Rodrigues Costa, General Osório, Brasil, Ipanema, José Joaquim Lacerda e João Ribeiro de Barros. Ao norte e a leste, a Zona Norte é delimitada pelo próprio rio Sorocaba e a oeste a região é delimitada pelo rio Itanguá e a linha do trem.

As duas antigas estradas principais que cortavam a região, a estrada de Ipanema, que ligava a vila de Sorocaba à Fábrica Real de Armas de Ipanema, e a estrada do Itavuvu, que conectava a vila ao bairro do Itavuvu, se estabeleceram atualmente como as principais avenidas da região, a avenida Ipanema e a avenida Itavuvu. Ambas as avenidas constituem atualmente vetores de expansão e valorização imobiliária, eixos na ordenação do espaço urbano na Zona Norte de Sorocaba.

De acordo com o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade de Sorocaba, a Zona Norte da cidade é densamente povoada, sendo que aproximadamente 50% da população sorocabana reside nessa região do município (SOROCABA, 2014b). É a região da cidade que apresenta a maior quantidade de bairros e aqueles que estão mais distantes do centro. Não é exagero dizer que em certos bairros mais longínquos a população vive em um estado de “exílio”, tendo em vista a dificuldade de acesso ao centro da cidade ou a outros bairros, em função da distância e do transporte público deficiente. Tal condição caracteriza o histórico de desenvolvimento desigual da região, que surgiu a partir da construção de loteamentos populares para abrigar a população operária que aumentava.

É possível afirmar, como apresentado na primeira parte do capítulo, que Sorocaba teve uma fase de industrialização incipiente no final do século XIX, que envolveu a indústria têxtil e a ferrovia, e um segundo momento no qual o processo de industrialização se acelera e se intensifica, em meados do século XX, no âmbito da divisão territorial do trabalho e da desconcentração industrial. A partir dos anos 1960 e início dos anos 1970, o processo de guerra fiscal inserido no contexto de desconcentração industrial levou ao estabelecimento de um novo distrito fabril, o Distrito Norte Industrial de Sorocaba, que

compreende os bairros do Éden e Aparecidinha, fato que determinou a construção de diversos conjuntos habitacionais e loteamentos populares para abrigar a população operária que aumentava, em especial na Zona Norte da cidade.

A reestruturação produtiva assim como a desconcentração industrial formam um importante processo na reorganização do espaço urbano da cidade (BADDINI, 2002, p. 25). A região da Zona Norte, com grandes áreas destinadas às fazendas²⁰, se tornou a principal região de expansão da cidade, com a chegada de inúmeros loteamentos habitacionais, muitos de caráter social.

Por este viés é possível, tendo como pano de fundo um espaço de tempo relativamente curto, localizar, no processo de crescimento e na produção do espaço da região da Zona Norte de Sorocaba, a partir do referencial de Henri Lefebvre, uma vetorização do sentido que o autor chama de *complexificação da sociedade* (LEFEBVRE, 1999). Nesse entendimento, “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária” (Ibid., p. 15, grifo do autor), desembocando no “período em que predominam as questões de crescimento e industrialização (modelo, planificação, programação)” (Ibid., p. 16), passando ao “período em que a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano.” (Ibid., 17).

Visualiza-se, a partir do crescimento de uma cidade específica, a explosão do centro, que se pulveriza em diversas outras novas centralidades – “no curso de sua realização, a concentração sempre enfraquece e se rompe. É preciso, então, um outro centro, *uma periferia*, um alhures” (Ibid., p, 109, grifo nosso). No caso de Sorocaba, a periferia, o ponto alhures, foi a Zona Norte²¹ da

²⁰A partir de entrevistas informais com os moradores da região, foi constatada a existência no passado de grandes fazendas onde hoje se encontram os bairros Parque das Laranjeiras e Parque das Paineiras.

²¹ Em relação ao surgimento de novas centralidades, cabe aqui destacar na cidade de Sorocaba o eixo de expansão Sul, formado pelo bairro Campolim e adjacências, e o eixo de expansão Leste, que se desenvolve ao longo da avenida São Paulo. Entretanto, tais regiões não apresentam a mesma pluralidade de fenômenos urbanos que a região da Zona Norte, nem poderiam ser chamadas de periferia, mesmo considerando a distância do centro velho da cidade. Tendo em vista a numerosa presença de comércio destinado ao público de alta renda, de condomínios fechados, horizontais e verticais, tais regiões da cidade devem ser analisadas à luz do conceito de autossegregação.

cidade. Para fins de comparação, observar as fotografias aéreas que mostram uma parte da Zona Norte, nos anos 1970, 1990 e 2000, que mostram as imediações da avenida Itavuvu na altura das ruas Arnaldo Cunha e Laurindo de Brito (FIGURAS 8, 9 e 10). Na década de 1980 a Zona Norte se consolida como a grande periferia operária da cidade (DEBRASSI, 2007). Tal fato indica o caráter segregacionista que faz parte da formação da maior parte dos bairros que hoje compõem a Zona Norte do município, que tinham por finalidade o isolamento da camada de trabalhadores da população em uma região específica da cidade.

No fim da referida década e início dos anos 1990, o número de conjuntos habitacionais e loteamentos populares na região da Zona Norte teve um aumento acelerado: “as zonas oeste e norte da cidade foram durante as décadas de 1980 e 1990 as áreas que mais receberam investimentos com relação aos programas habitacionais populares” (MEIRA, 2005, p. 97).

A década de 1990 é marcada pelo processo de reestruturação produtiva em escala global, acompanhado pelo fenômeno de flexibilização dos modos de produção e do trabalho. A reestruturação produtiva revela a crise do capital e seus rearranjos internos na busca pelo retorno do lucro exponencial. A crise do capital é, por conseguinte, também a crise do trabalho – uma das possíveis formas de reestruturação como saída para a crise é justamente a flexibilização da produção, com uma maior utilização da tecnologia e das máquinas em substituição à mão de obra humana. Tal fato incide diretamente sobre a oferta de emprego e a sua subsequente escassez para uma população periférica, que tem maior dificuldade em buscar especialização.

A partir dos anos 1990, o setor de comércio e de serviços assume o papel de principal empregador nas cidades brasileiras. É possível encontrar referências quanto ao processo de incremento das atividades do setor terciário e o declínio da atividade industrial em Sorocaba no período. Sposito, a partir de dados da Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) para a década de 1990 constata, em relação aos empregos em indústria, que “em Sorocaba (centro caracterizado pela indústria mecânica e têxtil), o número de desligados foi 35,8% maior do que admitidos” (SPOSITO, 2006, p. 39).

FIGURA 08 – Imagem de satélite da avenida Itavuvu (1976)



Foto aérea que mostra a região da avenida Itavuvu, nas imediações da esquina com a rua Arnaldo Cunha e a alameda Laurindo de Brito, em 1976. Acervo da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

FIGURA 09 – Imagem de satélite da avenida Itavuvu (1995)



Foto aérea que mostra a região da avenida Itavuvu, nas imediações da esquina com a rua Arnaldo Cunha e a alameda Laurindo de Brito, em 1995. Acervo da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

FIGURA 10 – Imagem de satélite da avenida Itavuvu (2005)



Foto aérea que mostra a região da avenida Itavuvu, nas imediações da esquina com a rua Arnaldo Cunha e a alameda Laurindo de Brito, em 2005. Acervo da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Este mesmo autor também destaca que “no eixo da Rodovia Castello Branco, as cidades de São Roque, Sorocaba e Votorantim, que tiveram perda de empregos industriais na construção civil, tiveram aferimentos positivos dos setores do comércio e serviços” (Ibid., p. 40).

O processo de reestruturação no caso brasileiro desloca o papel da indústria, como principal base para a reprodução ampliada de capital, para o comércio e os serviços. No que tange à Sorocaba, os grandes empreendimentos comerciais passam a ter maior importância no processo de valorização do espaço. Surgem os primeiros condomínios residenciais fechados. O mercado imobiliário se coloca como vetor para a reprodução do capital e a especulação imobiliária vai se tornando gradativamente mais intensa. O processo de periferização, por sua vez, também se intensifica.

Conseqüentemente, a iniciativa privada, na forma das empreiteiras e incorporadoras, passa a determinar as regras da ocupação imobiliária e da reprodução do espaço na cidade. O fenômeno de valorização dos terrenos urbanos atrelados à construção de grandes obras é indicativo do poder da especulação imobiliária no ordenamento do espaço urbano. Em Sorocaba isto é de tal modo estruturado que a administração municipal e a iniciativa privada, na forma dos incorporadores imobiliários, chegam às vezes a se confundir. Um exemplo disso é o fato dos prefeitos, ou ex-prefeitos, normalmente estarem associados às empresas imobiliárias, como é o caso de Renato Amary, prefeito por dois mandatos, entre 1997 e 2000, e 2001 e 2004. Vale lembrar que o ex-prefeito mantém na cidade, há pelo menos duas décadas, uma empresa de incorporação imobiliária, a Renato Amary Empreendimentos Imobiliários.

A desconcentração industrial e o crescimento das principais cidades do interior paulista, associados à reestruturação produtiva e à escassez de emprego, ocasiona o aumento da população pobre dessas cidades, um fenômeno que envolve, entre outros fatores, as dinâmicas migratórias e a busca por trabalho. Esse estrato populacional empobrecido e desempregado irá habitar as ocupações urbanas das periferias das cidades, como destacado por Zimmerman:

O favelamento [em Sorocaba] ganhou sua dimensão numérica, segundo a Secretaria Municipal de Promoção Social, apenas no final dos anos 70 e início dos 80, quando atingiu cerca de 2% da

população urbana (...). Em resumo, a expansão recente [décadas de 70 e 80, segundo o Censo Demográfico IBGE] evidencia também em Sorocaba a periferação da pobreza e a criação de vazios urbanos em áreas concentradas (ZIMMERMAN apud MEIRA, 2005, p. 2).

Neste sentido, faz-se necessário analisar o crescimento populacional da Zona Norte da cidade de Sorocaba sob a luz do conceito da urbanização crítica, ou seja, “a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais” (DAMIANI, 2015, p. 5). A cidade capitalista é uma cidade excludente, e no processo de reprodução do espaço, a desigualdade social se intensifica.

Ainda segundo Damiani, a cidade capitalista contemporânea é uma cidade não voltada para as perspectivas sociais ou culturais, ou para as diversas possibilidades inerentes ao ser humano, mas sim voltada para o lucro, uma cidade que reifica o ser humano:

As cidades passam a constituir espaços privilegiados da produção mercantil do espaço, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro. Não são espaços do homem-habitante como, por algum tempo, definia LE LANNOU, nem, exatamente, espaços do homem-produtor e do homem-consumidor, como avaliava Pierre GEORGE, para citar autor já mencionado, mas espaços do habitat e dos negócios que negam o homem; espaços de desumanização e sujeição social e individual. (DAMIANI, 2009, p.47)

Para os habitantes da cidade, especialmente àqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, viver em meio a urbanização crítica é buscar por estratégias de sobrevivência no cotidiano.

A política habitacional mercadológica é analisada por Sandro Ivo Meira (2005) em dissertação que aborda o planejamento urbano na cidade, que destaca a convivência e associação por parte do poder público em relação à iniciativa privada do capital imobiliário em Sorocaba:

Desde o início dos anos 1980 a gestão pública em Sorocaba esteve, muitas vezes, sob o comando de prefeitos ligados diretamente às empresas de engenharia e construção civil. Isto demonstra um perfil de atuação tecnicista e tendente a priorizar o desenvolvimento econômico, com a tradicional prática de mega-construções de infraestruturas urbanas ligadas à malha viária da cidade – que atinjam principalmente as instalações industriais e as áreas mais nobres da cidade – e a paralela convivência em relação à especulação imobiliária (MEIRA, 2005, p. 73).

No final dos anos 1990, unindo as oportunidades de investimento que surgem do mercado de construção e estruturação (pavimentação, serviços de iluminação) de loteamentos populares à necessidade de valorização fundiária, tem início em Sorocaba uma política habitacional de características bem definidas. Uma política habitacional voltada para a reprodução ampliada de capital associada à reprodução do espaço urbano. Por esse caminho, especialmente durante os dois mandatos do prefeito Renato Amary (1997-2004), se multiplicam os processos de reintegração de posse e remoção de aglomerados populacionais tidos como irregulares pelo poder público municipal, a partir de um rearranjo espacial que explode o espaço urbano de Sorocaba no sentido das periferias, tendo por base justamente a construção de conjuntos habitacionais pela iniciativa privada. Uma verdadeira “indústria imobiliária de habitação”:

No caso de Sorocaba, fica evidente a falta de participação da CDHU entre os anos de 1997 e 2004 com a paralela proliferação de conjuntos habitacionais realizados pela iniciativa privada nas áreas de maior expansão da cidade (Norte e Oeste). O que se nota, portanto, é a falta de iniciativa do poder público municipal durante o referido período, em privilégio da expansão especulativa. (MEIRA, 2005, p. 102).

O principal símbolo dessa política foi o programa social implementado pelo poder público municipal em 1998, batizado de “Desfavelamento”, que tinha o objetivo de assentar famílias retiradas de áreas de ocupação irregular, principalmente de bairros da Zona Norte. Para a alocação das famílias removidas, foi criado um bairro, o Habiteto, localizado também na Zona Norte às margens da avenida Itavuvu, inaugurado em 1997, sem as condições de infraestrutura básica, contudo. André Pereira Mazini (2007), em dissertação que tem como área de pesquisa o Habiteto, resume o contexto de implantação do programa “Desfavelamento”:

Em junho de 1998, o poder local de Sorocaba colocou em prática o projeto de “Desfavelamento de Sorocaba”, elaborado em 1997 pela Secretaria da Cidadania e do Fundo Social de Solidariedade, durante o governo do prefeito Renato Amary (1997-2004), do PSDB. Esse documento, como já citado, trata de intervenção política e econômica do poder local na vida dos moradores de áreas consideradas de risco na cidade. Pelos dados apresentados no documento, Sorocaba contava, em 1998, com aproximadamente 13 mil pessoas morando

em condições extremamente precárias de habitação. Esses carentes estavam espalhados por diferentes bairros da cidade: Vitória Régia, Lopes de Oliveira, Aparecidinha, Vila Barão, Éden, Cajuru, Laranjeiras, Guadalupe, Mineirão, Pirajibu, Itapemirim, Itapuã, Hungarês, Vila Helena, Vila Angélica, Júlio de Mesquita (MAZINI, 2007, p. 48).

Cabe destacar que o bairro criado pela prefeitura para alocar as famílias removidas, o Habiteto, além de não ter a estrutura básica quando foi inaugurado, está localizado a aproximadamente 15 quilômetros do centro da cidade, o que é compreendido como uma clara expressão da segregação socioespacial imposta:

(...) é possível afirmar que o poder local, de 1997 a 2007, em sua ação política e econômica no espaço da cidade de Sorocaba, com a pretensa atitude de melhorar a qualidade de vida da população de trabalhadores pobres moradores de áreas de risco, ao construir o Habiteto, não remou na contramão da lógica perversa da globalização, mas sim a reproduziu, contribuindo para intensificar a segregação sócio espacial na cidade (Ibid., p. 60).

Entretanto, a intensa diferenciação social inerente à reprodução do espaço urbano, agravada em Sorocaba pela força da especulação imobiliária, não pode ser varrida para debaixo do tapete, em um aparente esforço do poder público municipal em escamotear a pobreza. O modelo de urbanização crítica faz com que os fenômenos de desigualdade explodam na paisagem. Em uma cidade na qual as questões sociais são sobrepostas pela necessidade de valorização imobiliária e pela reprodução do espaço urbano, a pobreza se materializa na forma das favelas e das ocupações urbanas.

Concomitantemente ao processo de remoção de centenas de famílias para os novos bairros surgidos de conjuntos habitacionais na Zona Norte (Habiteto, nos anos 1990, Altos do Ipanema, em 2012 e Carandá, em 2018), surgem, impelidas pela contingência dos desenvolvimentos geográficos desiguais de uma urbanização crítica, novas ocupações urbanas, expressões da desigualdade, pelas quais toma forma o fenômeno da segregação socioespacial imposta.

No ano de 2004, seguindo a tendência demarcada pelo Estatuto das Cidades e pela lei federal 10.257/2001 (que instituiu a obrigatoriedade dos planos diretores municipais), coloca-se em prática um novo Plano Diretor em

Sorocaba, o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico-Territorial (PDDFT), revisado em 2014 com a adição de 60 emendas.

De acordo com Meira (2005), uma análise acurada do Plano Diretor acaba por evidenciar uma contradição que surge entre os interesses econômicos e sociais. Este mesmo autor ressalta que em função do fato, frisado acima, da confluência entre poder público e iniciativa privada na facilitação do investimento imobiliário no contexto da cidade de Sorocaba, o que se visualiza é a total conivência por parte do poder público municipal em relação aos novos empreendimentos imobiliários, mesmo que não sejam cumpridas as funções sociais. Segundo Maricato, esta conivência é a expressão do capitalismo no contexto patrimonialista, “a privatização do Estado; leis avançadas que não são aplicadas ou são aplicadas de acordo com as circunstâncias. É a universalização da política do favor” (MARICATO, 2015, p. 14). Questões mercadológicas, principalmente aquelas que tangem ao mercado imobiliário, acabaram sendo orientadoras da elaboração do Plano Diretor:

Essa análise do PDDFT de Sorocaba aponta para a delimitação das variáveis “atitude em face do mercado” e “referencial político-filosófico”, em que o planejamento neste município é regido por forças políticas que adotam o padrão da menor intervenção do Estado com relação ao mercado imobiliário. Entretanto, o chamado “criticismo moderado” reduz-se a demonstrar no planejamento certa “domesticação” e a aceitação pragmática do mercado imobiliário sem restrições na cidade. Isto inviabiliza o objetivo central do próprio Plano Diretor de promover, como rezam as leis Federais (Constituição e Estatuto da Cidade), as funções sociais da cidade e da propriedade, caracterizando o planejamento urbano do tipo que envolve maiores “perspectivas mercadófilas” (Idem).

A prevalência dos interesses econômicos em detrimento da função social da propriedade, no que concerne ao planejamento urbano e à política habitacional de Sorocaba, também se destaca na análise do relatório sobre o Plano Diretor de 2004 elaborado pelo Instituto Pólis: “podemos concluir que os objetivos e diretrizes do plano referem-se principalmente à relação físico territorial das atividades no território” (SANTORO et Al., 2005, p. 23). Em relação ao PDDFT, o relatório ressalta ainda que:

Não há diretrizes relativas ao tema da inclusão social e habitação, como acesso à terra, regularização fundiária – direito à moradia; e também relativas à gestão social da valorização fundiária – justa

distribuição de ônus e benefícios da urbanização ou recuperação da valorização obtida a partir de obras de urbanização (Ibid., p. 23-24).

Constata-se no PDDFT a ausência de discussões acerca da questão habitacional ou sobre a perspectiva social urbanística, tendo em vista que “o Plano reflete a não preocupação com a inclusão socioterritorial. Esta última não apareceu nos debates, tampouco se reflete na definição dos instrumentos urbanísticos ou na política de zoneamento desenhada pelo Plano Diretor” (Idem).

Se reflete aqui mais uma vez o problema do planejamento urbano voltado para a lógica do mercado e do capital, orientando uma proposta que poderia se voltar para as questões sociais, unicamente para o objetivo de valorização imobiliária. A falta de inclusão social e territorial, aliada ao empobrecimento da população e ao desemprego, culmina no processo de periferização e favelização que a cidade observou a partir dos anos 1980 e 1990, que tem se intensificado nos últimos anos e do qual a ocupação Vila União é a expressão na paisagem.

A pandemia do coronavírus intensifica esse fenômeno, o que possibilita se falar na periferização e segregação da cidade em um contexto pandêmico – em uma sociedade de estrutura desigual, a pandemia também atinge as pessoas de maneira diferencial, agravando a condição de exclusão da camada mais pobre da sociedade. Outras ocupações tem surgido na cidade recentemente, como é o caso da favela Santa Rosa, que se formou após o início da epidemia do coronavírus.

A revisão da lei do Plano Diretor de 2004, realizada em 2014, exatamente um século após o primeiro zoneamento de 1914, não contribuiu para a solução desses problemas – temáticas crucias como a inclusão social e o direito à habitação não foram plenamente contempladas nas emendas. Ao contrário, a revisão do Plano Diretor incentivou ainda mais a especulação imobiliária, operando no sentido da diminuição das áreas de proteção ambiental e de Zona Rural e o aumento das terras destinadas aos empreendimentos imobiliários²². Houve na época, críticas tecidas por pesquisadores e especialistas ao Plano Diretor, no que toca aos pontos que

²² Croqui da revisão de 2014 do Plano Diretor, elaborado pelo jornal Cruzeiro do Sul, encontra-se nos Anexos (ANEXO 2).

agravavam a questão ambiental e incentivavam o mercado imobiliário²³. Ainda que as críticas tenham encontrado eco na sociedade, a atualização do Plano Diretor foi aprovada, com a diminuição das áreas de proteção ambiental e o aumento na quantidade de terras destinadas à construção e aos empreendimentos imobiliários.

Mesmo com a atualização da lei do Plano Diretor em 2014 e o incremento da área para os empreendimentos imobiliários, a iniciativa privada ainda disputa os territórios do município. Tal fato se mostra através de uma publicação de 2014, na esteira da atualização do plano diretor, em um blog mantido por empresas do setor imobiliário da cidade, que se encontra disponível nos anexos deste relatório²⁴ (ANEXO 5).

A análise do Plano Diretor em vigência no município de Sorocaba ratifica a ideia de que o planejamento urbano no Brasil, assim como a concepção da cidade em si, é voltado para a reprodução ampliada de capital através da reprodução do espaço urbano. A cidade brasileira contemporânea é uma cidade capitalista, a cidade do lucro e do negócio, na qual as pessoas lutam para sobreviver no cotidiano.

Contudo, visualizam-se também movimentos de questionamento em relação ao planejamento urbano na cidade. Em 2019, setores da sociedade civil se organizaram em torno de um manifesto para reivindicar maior atenção do poder público municipal aos caminhos que o processo de urbanização tem tomado no município. Além de contestar o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico-Territorial de Sorocaba, o manifesto, assinado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba (AEAS), com o apoio da Associação Comercial de Sorocaba (ACSO), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp – Sorocaba) e do Instituto Defenda Sorocaba (IDS), requisitava também uma maior preocupação com as questões sociais e ambientais²⁵. Ainda que contraditoriamente o referido manifesto integre setores da sociedade que defendem interesses de ordem privada-empresarial (a exemplo do IDS), vale

²³ Reportagens do jornal Cruzeiro do Sul realizadas à época da revisão do PDDFT sobre as críticas ao Plano encontram-se disponíveis nos Anexos (ANEXOS 3 e 4).

²⁴ Disponível em <https://blog.conectaimobi.com.br/novo-plano-diretor-de-sorocaba-pode-travar-o-mercado-imobiliario/>. Acesso em 09/04/2020. Uma cópia do texto está disponível nos Anexos (ANEXO 5).

²⁵ Matéria do jornal Cruzeiro do Sul sobre o manifesto encontra-se nos Anexos (ANEXO 6).

destacar que o Plano Diretor Municipal segue sendo alvo de críticas generalizadas.

Em uma cidade demarcada pela iniciativa privada na forma da empresa imobiliária em consonância com o poder público municipal, as estratégias de sobrevivência e resistência consistem na procura por brechas no processo de reprodução do espaço urbano, através da luta por moradia, na forma dos chamados aglomerados subnormais, ou seja, as ocupações da cidade.

Meira destaca que a localização das ocupações e favelas em Sorocaba segue a tendência imposta pela reprodução do espaço urbano. Um desses focos se constitui na ocupação Vila União:

A maior parte dos focos de favelização que existem atualmente na cidade está concentrada nas áreas próximas a córregos e fundos de vales classificadas no zoneamento, em muitos casos, como Zonas de Conservação Ambiental e também em áreas particulares que apresentam riscos à população, onde as reivindicações por regularização são constantes (MEIRA, 2005, p. 106)

A Vila União é a expressão em forma, que se visualiza na paisagem, da urbanização crítica, do desenvolvimento geográfico desigual e da segregação socioespacial, fenômenos de desigualdade. Em um ambiente que já possuía os germens para a segregação, como a Zona Norte da cidade de Sorocaba, a valorização imobiliária atrelada à especulação e ao surgimento de novos empreendimentos contingencia o aparecimento de novas periferias. A Vila União surge como um gueto, um bolsão de pobreza, expressão contemporânea e cotidiana da urbanização crítica na cidade de Sorocaba, o que possibilita a utilização do conceito de escalas, ou níveis, do fenômeno de segregação socioespacial. Quais possibilidades se colocam para essa população excluída, que sobrevive ao cotidiano em meio a uma cidade fragmentada e desigual? Uma cidade em que o condomínio fechado de alto padrão e a favela coexistem, muitas vezes separados somente por um muro? Há brechas para que possa existir a contra-hegemonia? De que forma os processos de resistência podem fazer frente a um processo de urbanização crítica no qual a reprodução do espaço associada à reprodução ampliada do capital se faz hegemônica? Esses questionamentos serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – Processos de resistência e a Vila União: a praça, a festa, a epidemia e a organização comunitária

No lugar onde antes era aquela pracinha, que tinha a carreta, que a gente deixava lá, hoje moram 3 famílias: a Gabi, que é a mãe da Giovana, o seu Miguel e o filho do seu Miguel, cada um com a sua família mora lá. Aumentou muito o número de famílias na ocupação durante a pandemia. O pessoal vem pedir ajuda, a gente dá um pedacinho aqui, um pedacinho ali, mas também não conseguimos muita coisa. Inclusive esses dias veio um haitiano, pedindo ajuda para um lugar pra morar. Aí eu disse pro meu filho: “mas já tem o grupo dos haitianos, leva ele lá pra se entender com eles e quem sabe eles não ajudam”. E foi que deu certo, e ele passou aqui me agradecendo, porque eles ajudaram.²⁶

David Harvey (2009), assim como Henri Lefebvre, enxerga as possibilidades contra-hegemônicas que podem ocorrer nos lugares: “é precisamente nesses contextos localizados que as mil e uma oposições à globalização capitalista também se formam” (HARVEY, 2009, p. 115).

Nas próximas linhas se realizará um esforço no sentido de se angariar elementos do cotidiano da ocupação Vila União, assim como pressupostos teóricos, que caminhem no sentido da ideia de resistência, entendida como as ações que podem ser descritas como práticas de embate ao poder burocrático instituído, que se estabelecem como críticas ou proposições contra hegemônicas, no contexto da habitação e do uso do solo urbano. Observa-se um cenário fortemente estruturado em relação à habitação e ao uso do solo urbano em Sorocaba. A iniciativa privada, na forma das incorporadoras imobiliárias, e o poder público municipal, atuam de modo hegemônico no que diz respeito à política habitacional no município.

²⁶ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

3.1. A praça

As diferentes práticas que se manifestam no bojo da organização política dos moradores representam símbolos de resistência – isto se dá também para além da necessidade primordial e imediata que é a moradia. A moradia, o habitat humano, constitui justamente um dos elementos fundamentais de humanidade; entretanto, a existência não se resume ao habitar, ou melhor dizendo, o habitar não se resume à moradia. A habitação, no sentido amplo, necessita não só dos elementos básicos da infraestrutura (energia elétrica, água encanada, saneamento básico, iluminação pública, pavimentação), mas também dos elementos humanizantes. A cidade capitalista reifica o ser humano – no afã da racionalização, a cidade caminha no sentido da irracionalidade do viver, ou de uma reprodução automática do cotidiano. Para reverter tal condição, é preciso se buscar outras funções do espaço que não somente a moradia: o espaço do ócio, o espaço do lazer, o espaço da reunião.

Retorna aqui a ideia da praça como elemento essencial da cidade como obra, como valor de uso, como símbolo de contestação aos instrumentos de reprodução social e espacial. Praça, largo, pátio, adro, espaço público, ou mesmo espaço particular, mas vazio. São diversas as formas que assumem a perspectiva de lugar de encontro, de local para a reunião em meio ao espaço urbano. Como lugares que permitem a conversa, o diálogo, o uso público da cidade, tais espaços se constituem também como espaços de resistência, tendo em vista o caráter privado e particular que se faz a cada dia mais presente nas cidades brasileiras. A praça historicamente é o lugar de encontro. Em linhas gerais, a praça difere de outros locais abertos do espaço urbano, como o largo e o pátio, justamente pelas intencionalidades em estabelecê-la como o local de encontro da população.

E como símbolo da resistência, é imprescindível destacar a existência, e o desaparecimento, em função da necessidade por moradia, de uma praça na região central da ocupação Vila União. Como que organicamente, um lote foi mantido desocupado no meio da comunidade, e aos poucos foi assumindo a função de local de encontro, de reunião, e espaço de lazer.

Entre as diversas funções que essa espécie de praça ou espaço de caráter público em meio à ocupação assumiu, destaca-se a de ter servido

como palco para a apresentação do espetáculo *Os três porcos*. Produzido pela Próxima Companhia, o espetáculo tem o patrocínio do Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo (PROAC), e as apresentações ocorrem em áreas ocupadas do estado de São Paulo. O enredo do espetáculo representa um esforço no sentido de sugerir uma reflexão crítica por parte dos moradores das ocupações. A ideia principal é a de que os três porcos, sem lugar para morar, são levados a ocupar uma área vazia para a construção de suas moradias. Entretanto, o terreno tem um dono, que é justamente o lobo mau. São disponibilizadas algumas imagens (FOTOS 3, 4 e 5) que mostram a apresentação teatral, as ruas da ocupação Vila União, e a referida praça, sugerida aqui como um possível símbolo de resistência.

Para além dos questionamentos críticos que podem ser suscitados por uma obra de arte, como uma peça de teatro, é necessário se pensar a cidade também com as características de uma obra, através da criatividade humana no uso dos espaços, onde o cotidiano ressignifique a vida, e não a reifique.

Por este viés, é necessário se evocar a crítica da cotidianidade, através da própria cotidianidade. O principal exemplo que pode ser realçado é justamente o da utilização dos espaços públicos: a rua, a reunião, a praça, o ato ou manifestação, são práticas associadas ao valor de uso do espaço. Contudo, o ordenamento espacial das ruas dos loteamentos populares da zona norte de Sorocaba, que são adjacentes às ocupações aqui analisadas, não é convidativo, ou mesmo permissivo, em relação ao uso dos espaços públicos – não há praças, áreas verdes, ou qualquer equipamento que favoreça a reunião das pessoas²⁷. As únicas praças que se formam são aquelas que aproveitam os espaços vazios das ilhas de trânsito e cruzamentos viários.

A crítica ao urbanismo burocrático, que ceifa as possibilidades na cidade, que reifica o que é humano em função da racionalidade da reprodução do capital atrelada à reprodução do espaço, passa pela crítica à cotidianidade:

²⁷ Sobre o processo de segregação socioespacial associado ao uso de parques e espaços públicos em Sorocaba, ver o trabalho da professora Rosalina Burgos (co-orientadora desta pesquisa), em especial *Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba* (BURGOS, 2015).

A cotidianidade não se instaura no seio do urbano como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades. O procedimento crítico comporta a crítica dos objetos e sujeitos, dos setores e domínios. Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado. A reflexão crítica transgride os limites entre as ciências especializadas da realidade humana. Ela esclarece as aplicações práticas dessas ciências. Ela indica a emergência e a urgência de uma prática social nova, que não será a da sociedade industrial, mas a da sociedade urbana (Ibid., p. 127).

A referida praça já não existe mais. Em função do agravamento da questão da moradia por conta da pandemia do coronavírus – aumento do desemprego, incremento do número de famílias que não conseguem mais arcar com o valor de um aluguel – antagonicamente, no movimento do devir, o espaço onde existia a praça deu lugar para a construção de unidades domiciliares para as famílias que chegaram à ocupação no último ano.

FOTO 15 - Apresentação do espetáculo. (LOMARDO, 2019)



FOTO 16 – Grupo teatral nas ruas da ocupação. (LOMARDO, 2019)



FOTO 17 - Apresentação do espetáculo na praça. (LOMARDO, 2019)



3.2. Resistência e organização comunitária: educação, saúde, saneamento e luz elétrica

A característica que define o fenômeno de segregação socioespacial é a diferenciação do lugar com o seu entorno. Tal situação poderia ser verificada na ocupação Vila União através de um método quantitativo para a obtenção de dados, como por exemplo, a aplicação de questionários socioeconômicos. Entretanto, a condição imposta pela pandemia não possibilitou a aplicação de questionários. Deste modo, as entrevistas buscam dar conta de apresentar o local segregado, exilado no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais, como educação, saúde e saneamento. A fala dos moradores mostra a difícil realidade que consiste na busca por essas prerrogativas constitucionais. Concomitantemente, a luta pela reivindicação aos direitos sociais básicos se estabelece como ações de resistência, e são diversas as ações da população da Vila União observadas nas falas dos moradores. Em função de se tratar de uma área não regulamentada, os ataques por parte da estrutura pública, que constitucionalmente deveria zelar pelo direito à moradia e pela função social da propriedade, entre outros direitos, são constantes. A questão primordial é justamente a necessidade de permanência, ameaçada pelo risco iminente de um processo de reintegração de posse.

Juan: Pelo que vocês sabem, judicialmente quem são os donos da terra onde está a Vila União?

Estefânia: Henri Feldon, Simon Feldon e a turma Gregório Leme. Mas a turma do Gregório perdeu o processo na justiça, até porque eles não são herdeiros de nada, e no processo diz isso, que eles também são grileiros, ganharam o usucapião pra poder morar. Mas não poderia vender. Aí eles arrendaram terras, venderam terras, fizeram tudo que não devia. No próprio processo diz.²⁸

Uma análise no sítio virtual do Tribunal de Justiça de São Paulo revela pelo menos uma dezena de processos que envolvem os terrenos onde hoje se

²⁸ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

localiza a Vila União, tanto ações de usucapião quanto de reintegração de posse, a grande maioria contendo como parte os nomes de Henri Feldon e Gregório Lemes (FOTO 18). Contudo, a tese de usucapião cai por terra ao se analisar o passado recente das glebas, que estavam desocupadas antes da ocupação Vila União. No processo de reprodução do espaço, a associação entre capital privado e poder público necessita da legitimação judicial, e a justiça oficial constitui parte fundamental do arranjo que permite a reprodução ampliada de capital em sua expressão espacial. Até o presente momento, a ocupação Vila União resiste.

A atual gestão municipal da Prefeitura de Sorocaba, representada pela figura do prefeito Rodrigo Manga, do partido Republicanos, eleito pela primeira vez no pleito municipal de 2020, se aproximou da comunidade durante o período de eleições. A líder comunitária Estefânia chegou inclusive a realizar algumas participações na propaganda eleitoral do partido. A proximidade com o atual prefeito se reflete nas falas dela, assim como nas palavras do Pastor Juares:

A prefeitura só tem apoiado a gente a partir de agora em 2021, principalmente porque foi promessa de campanha do prefeito atual, o Rodrigo Manga. Inclusive temos a expectativa de haver o projeto de lei para transformar a Vila União em uma área de utilidade pública de urgência, para tirar a briga judicial que ainda existe, o que nos assegura um pouco. A prefeitura tem mostrado a intenção em regularizar a área.²⁹

Até o momento em que este texto é finalizado ainda não havia ocorrido a regularização da área. O questionamento que permanece é se as promessas do atual prefeito teriam o caráter eleitoreiro para atrair o voto dos moradores da comunidade, ou se realmente se trata de compromissos a serem cumpridos. As formas de agressão que a comunidade sofre por parte de agentes do poder público e da iniciativa privada colocam em xeque a suposta intenção por parte da gestão municipal em regularizar a área.

²⁹ Pastor Juares (junho de 2021).

FOTO 18 – Placa que indica a posse da terra por Gregório Leme, em terreno nas imediações da Ocupação Vila União. (LOMARDO, 2021)



A falta de acesso da população à escola pública de qualidade, assim como à assistência na saúde, são elementos que possibilitam que se fale em segregação socioespacial. A dificuldade que os moradores da Vila União têm no acesso a esses direitos se dá principalmente pela ausência de um endereço oficial, condição que se mostra crucial frente a um aparato burocrático excludente em tudo o que é público. Da mesma forma que a dificuldade no acesso ao emprego reflete uma característica do processo de segregação, assim como a insegurança habitacional reflete a iminência da reintegração de posse, o acesso à educação também é um indicativo de incidência do fenômeno:

Aqui a gente tinha uma grande dificuldade em escolas, porque não aceitavam nossos filhos nas escolas porque a gente não tem endereço, CEP. Foi muito difícil. E aí a gente fazia o que? Pegava o endereço, “Terezinha de Oliveira

*Franco” ali, que é uma moça que tem poste de luz na casa dela, mas ela é da ocupação, mas ela brigou para ter esse poste lá e lá vem correspondência, e a gente botava o endereço dela lá. A gente não tem que se esconder, a gente não fez nada de errado.*³⁰

A constituição de um endereço, mesmo que emprestado, fez com que uma parte dos habitantes da ocupação tivesse acesso às vagas nas escolas públicas das proximidades, especialmente dos bairros Parque das Paineiras (E.E. Dionysio Vieira, E.M. Profª Maria de Lourdes Ayres de Moraes, E.M. Prof. Basílio da Costa Daemon), Parque Vitória Régia (E.M. Geny Kalil Ribeiro, E.E. E.E. Sarah Salvestro) e Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério (E.M. Walter Carretero, E.M Ana Cecília Falcato Prado Fontes)

Em relação ao acesso à saúde, a população da ocupação Vila União é atendida pelo posto de saúde do bairro Parque Vitória Régia, localizado no entorno. Contudo, o atendimento no posto de saúde exige também o endereço oficial de residência para o registro, o que acaba dificultando o agendamento de consultas e exames para os moradores da ocupação.

Um episódio específico, da relutância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em atender o chamado de uma moradora da Vila União que entrava em trabalho de parto, releva a indiferença que muitas vezes se mostra aos moradores da ocupação:

– O senhor acredita que até parto eu já fiz aqui?

– Por quê? Não tinha como sair, levar...?

– Não! A gente chamou o SAMU porque a moça estava passando mal e caiu, aí, ó, e demorou horas, a gente chamou o SAMU era tipo 4 horas da manhã e até as 7 da manhã não tinha chegado. Eu disse pra minha amiga Carol “Vamos colocar ela no sofá e vamos fazer o parto dela”, aí ela disse “Você tá louca?”, “Tô! E vamos fazer!”, a gente foi, até hoje a Carol tem mancha no sofá em que fizemos o parto dela, o SAMU chegou e a gente já tinha tirado a criança.

³⁰ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

– O SAMU chegou que horas?

– Era umas 7 e pouquinho... Já tinha feito o parto e quando eles chegaram, pra não ficarem na desvantagem, cortaram o cordão umbilical, mas até isso a gente já tinha preparado pra fazer, esterilizamos tesouras aqui, fizemos o parto à moda antiga, e foi... hoje a criança é saudável, é linda, ela traz aqui pra eu ver, direto, hoje ela não mora mais aqui, mora em George Oeterer, mas só de saber que tá tudo bem... foi uma maravilha, uma benção de Deus, foi Deus quem operou por nós, quem estava comigo e com a Carol era Deus, porque se não fosse ele eu não teria essa força.³¹

As palavras de Estefânia retratam a dificuldade no acesso aos direitos sociais básicos e constitucionais, como o acesso à educação e saúde, assim como ataques por parte dos agentes do poder, entre os quais se destacam os diversos desligamentos e cortes de luz e água que a ocupação sofre. Sua fala reflete também a organização comunitária em torno de possíveis soluções para esses problemas:

O dia do corte de luz foi muito feio, esse dia foi muito feio. Foi tipo 11 horas da manhã que eles vieram para desligar. A gente gravou tudo, eu no momento não pude gravar, porque eu não tenho celular, mas minha nora gravou. Muita gente chorando, muita gente passando nervoso, perdeu remédio que fica na geladeira, queimaram aparelhos eletrônicos. A menina que depende do respirador ficou ruim, teve que ligar na bateria de carro. Essas coisas assim.

– Houve algum motivo ou explicação para o corte da energia?

– A questão foi que naquele momento o Henry Feldon, que é um dos possíveis donos da terra, ganhou a reintegração de posse com a ação na justiça e houve o pedido de desligamento da energia. Aí foi a CPFL de Campinas, que é a sede central pra cá, e a Polícia Militar de Campinas que vieram aqui para

³¹ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

desligar a energia. Os policiais foram muito mal-educados, eles trataram a gente como se fosse marginal mesmo. Um policial até tentou bater em um cara aqui da comunidade, tentou agredir o seu Miguel aqui da Kombi.

– Por quê?

– O seu Miguel estava passando e disse assim, “pode dar uma licencinha pra mim?”. Porque eles, os policiais, estavam tudo na frente fazendo uma barreira, e o seu Miguel queria entrar com o carro dele, porque ele mora aqui na comunidade. Aí o policial disse, “não vou dá licença não, dá a volta aí, bandido”. O seu Miguel respondeu, “eu não sou bandido não, meu amigo, eu vou entrar, vou levar meu carro lá, vou passar por cima, e já volto aqui pra gente conversar”. E o policial ainda disse, “é isso aí, vamos ver se tá tudo certinho com esse carro também, já desce pra gente ver se não tem nada de errado”. E o seu Miguel disse, “pois pode olhar meu carro aí que não tem nada de errado que eu não sou nenhum marginal, eu carrego reciclagem, tiro entulho, faço essas coisas, o senhor quer ver?” Estava cheio de entulho o carro. O seu Miguel ficou muito bravo e disse “o senhor não tem autoridade pra me desrespeitar assim, porque eu só pedi licença para o senhor, não é só porque o senhor está usando uma arma, uma farda”, e aí o policial sacou a arma. Mas nesse momento foi muita gente filmando, e eles recuaram.

– E como vocês se organizaram para reverter essa situação?

– A gente ganhou uma doação e comprou um poste pra religar. Aí a gente comprou o fio e nós mesmos fizemos a religação. Quem doou pediu para que o nome dele não aparecesse, porque foi uma quantia alta em dinheiro para comprar os fios. Nós compramos os fios, reestabelecemos a energia e demos a nota pra ele. Ficou tudo certo.

– E não houveram mais problemas em relação ao fornecimento de luz?

– Depois daquele episódio em que a polícia havia cortado a energia, não resistiu, porque era muita família usando essa rede, daí não resistiu e pegou

fogo. A gente não tinha dinheiro, saí pedindo pra um pra outro, não tinha dinheiro pra comprar, eram só 15, 30 metros de fio, não lembro bem, e eu mandei mensagem pros meus amigos, que me ajudam sempre, inclusive, porque, assim, quando acontece alguma coisa que eu precise de ajuda, eu mando mensagem pra todos os que me ajudam na comunidade. Igual eu mandei pra você, mando pra outro, aí o que me ajudar primeiro, eu mando mensagem. “Fulano, isso eu não preciso mais, já foi”. Então pegou fogo e eu mandei mensagem pro Evandro que é o ouvidor geral de Sorocaba, e ele levou o problema até a Manuela, a Manu, que trabalha com o Manga³² há anos. Aí ela veio de noite pra ver o que tinha acontecido e aí... ela soltou umas farpas, jogou palavras ao vento, falou o que queria e eu escutei.

– O que ela falou?

– Ah, não vou repetir porque são muito baixas...

– Mas foi direcionada a vocês?

– Foi direcionado a nós...

– Em função da ligação da luz?

– Sim! Tratando a gente como como marginais, dizendo que o Manga não ia resolver o problema da noite para o dia. Que a gente quer o quê? Roubando energia, uma hora ia acontecer, isso sobrecarregar. Aí eu falei pra ela, “Manu, isso não ia acontecer se tivessem legalizado, e eu não tô jogando essa carga sobre o Manga, porque vieram outros prefeitos antes dele e não fizeram nada, ele é o único que tá tentando fazer alguma coisa. Você não devia falar essas coisas, porque você não mora dentro da Comunidade, você não sabe o que tá acontecendo aqui”. Daí ela falou, “Um pino de droga custa menos que 10 reais, seria impossível que cada morador aqui não tivesse 10 reais cada um pra fazer uma vaquinha e comprar essa quantidade de fio.

³² Rodrigo Manga, prefeito de Sorocaba, eleito em 2020, tomou posse em 2021.

– Tudo traficante e usuário de droga na cabeça dela?

– A gente é mal visto por tá pedindo na precisão. Mas se depredar, se invadir um prédio da prefeitura, fazer alguma coisa, aí é bandido... Mas solucionar os problemas, isso não. E tem condições. Tem condições de ajudar. Daí ela falou essas palavras deselegantes. O Evandro estava do lado dela, ele não sabia o que fazer, ele ficou calado, acho que ele se assustou com essa colocação, não precisava vir com todas as pedras na mão e falar essas coisas que machuca profundo. Mas ela continuou: “Ah! Mas vocês estão sobrecarregando a energia, é o gato, vocês estão tramando o quê? Agora, engraçado, que todas as casas de Sorocaba resolveram pegar fogo pra ver se o Manga ajuda”. Não, não é por causa disso, é que acidentes acontecem, a gente não sabe a hora, é Deus quem decide as coisas. Mas se aconteceu de pegar fogo, o pessoal pede ajuda, porque ele é o prefeito da cidade, ele é a maior autoridade na cidade, e se ele não puder olhar pelo povo, quem pode? Se ele não puder tomar uma atitude, quem pode? Ela deu a insinuar que o pessoal estava ateando fogo nas casas pra ganhar... oportunista, chamou a gente de oportunista! Essas coisas não gostei. E eu disse e eu falo, que se uma pessoa que eu não gosto entra aqui eu dou um cacete! Pois ela pode ter certeza disso.³³

A situação dramática dos recorrentes cortes de energia refletida na fala de Estefânia revela os diversos assédios que a comunidade sofre por parte dos agentes de poder do espaço urbano, assim como a organização de resistência frente a essa situação. Revela também o sentimento de exclusão e segregação pelos quais passam os moradores da comunidade, vistos como bandidos, marginais, seja pela Polícia Militar, seja pela assessora do prefeito.

A justiça, que dá ganho de causa ao processo de reintegração, associada à empresa de energia elétrica que faz o corte da luz, amparada pela força da Polícia Militar que legitima a ação, representa os ataques por parte do poder público e do capital privado. Tal fato revela o engendramento em torno da preservação da dinâmica de reprodução do capital associada ao espaço.

³³ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

Contudo, a organização da comunidade para a solução do problema mostra que as ações de contra-hegemonia também estão presentes no lugar.

A fala de Estefânia mostra que, apesar de uma certa simpatia por parte da comunidade em relação ao atual prefeito, Rodrigo Manga, o assédio à comunidade parte, entre outros agentes, da gestão municipal, como se expressa através dos comentários irônicos da assessora do prefeito. Como já destacado em outros momentos, o poder público municipal em Sorocaba tem agido nas últimas décadas em consonância com a iniciativa privada na forma das empreiteiras e incorporadoras imobiliárias, fato que não vislumbra grandes avanços com mudanças de partido ou de prefeito, tendo em vista que é estrutural.

A mesma situação de desligamento já foi vivenciada diversas vezes também na rede de água e esgoto:

Eu quis fazer umas melhorias com o dinheiro que eu tinha pra ajudar não só a minha família, mas todos os outros, lógico que minha família precisa de um conforto melhor e aí eu fiz isso. Meus filhos cavaram, a gente cavou, instalamos água, até aqui na rua de trás, todo mundo comprou uma barra de cano, um pedaço de mangueira. Um certo dia, veio o SAAE e cortou a água, todo mundo ficou sem água, a gente achou outro lugar, fizemos de novo o gato, conectamos.³⁴

A união da população em prol da realização de melhorias para a comunidade, assim como os ataques que a ocupação sofre a partir dos cortes no fornecimento de água e luz, também são observados na fala do pastor Juarez. O líder comunitário destaca também a presença da criminalidade, que não atinge diretamente os moradores da ocupação, mas que influencia através do tráfico de drogas:

Como toda a comunidade os maiores problemas são de infraestrutura, rede de saneamento básico, como água, luz e esgoto, que até o momento é clandestino. Algumas vezes já tivemos problemas como cortes, que a

³⁴ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

companhia passou aqui, cortou e tirou nossa energia, tivemos esse problema, mas conseguimos apoio para resolver. A água também já tivemos problema de cortes. E esgoto que a própria população vai se juntando e fomos fazendo. A maioria das ruas já tem um esgoto, clandestino, mas tem, ligado lá na rede na rua. A criminalidade eu não diria que aqui dentro existe. Quer dizer, que existe, existe, mas não é ativa, não nos atinge dentro, até por que existe uma certa proteção, eles procuram não agir dentro da comunidade, pelo menos quanto a isso é bem tranquilo aqui dentro. Mas claro, um grande problema que é visível, não somente aqui, mas também em outros lugares, é o tráfico e o uso de drogas, com o qual nós temos preocupação em relação ao futuro.³⁵

Um fato que remete especialmente às proposições aqui levantadas diz respeito à organização da comunidade da Vila União em torno da proposta de mudança do local onde seria construída a garagem do BRT (Bus Rapid Transit) da cidade de Sorocaba. A ideia inicial por parte do poder público municipal era de que a garagem seria construída no local das ocupações, e que estas seriam removidas. Entretanto as comunidades, em conjunto com alguns setores da sociedade civil, se organizaram e fizeram com que a Secretaria de Obras da Prefeitura de Sorocaba alterasse o local da construção da garagem. É nítido que o recuo do poder público também envolve interesses eleitorais, tendo em vista as eleições municipais que se avizinhavam na época. Contudo, não há como não pensar em uma prática de resistência ao se observar o envolvimento da população na luta pela permanência e regularização fundiária.

Com relação às redes de solidariedade do território, foi questionado às lideranças entrevistadas quais seriam as principais entidades que auxiliam a comunidade:

O Banco de Alimentos de Sorocaba veio algumas vezes aqui doar, a CUFA a gente mandou o nome pra eles. Estamos no aguardo. E também muita sobra. Sobram as coisas, o pessoal vem aqui doar. Tem até uma kombi, que acho que é uma igreja ou uma ONG, que eles doam marmitex à noite. Eles vêm bastante, e perguntam: “quantas pessoas tem na sua família?”. Da primeira vez

³⁵ Pastor Juarez (junho de 2021).

que eu falei, eles até se assustaram, porque são 10 pessoas. Uma família ali tem 7 filhos, a outra tem 12. Mas não tem tantas ONGs assim não. A gente tem que agradecer muito ao Juninho Pagliato, que sempre ajuda a gente, a equipe do Paixão e seu futebol de várzea, a Brigada Antifascista e o Gustavo, o Jair e o Ceú das Artes. Tivemos bastante doação de máscara e álcool em gel da Brigada Antifascista, mas já está acabando e vamos ficar sem. Quanto a políticos, agradecer é só o Rodrigo Manga, a pessoa dele, entrou aqui sem fazer uma cerimônia, sem segurança, sem filmagem, ele entrou pessoalmente, do jeito que ele veio pedir voto, eu disse a ele “Você tá vindo pedir voto hoje, será que amanhã você vai vir agradecer?”. E veio. Duas semanas que ele estava na prefeitura, ele veio pessoalmente sem aquela corja que anda filmando e essas coisas, pra não se aparecer. Tem um pessoal da Igreja Renascer e da Igreja Mundial e aí ele reuniu esse pessoal e trouxe pra gente cesta básica, roupas e marmitas.³⁶

A fala de Estefânia indica principalmente a presença de pessoas e organizações políticas que não pertencem ao terceiro setor propriamente dito, ou seja, que não se configuram como ONGs. Revela também a situação dramática da falta de alimento em um lugar com famílias numerosas, de uma grande quantidade de pessoas por unidade habitacional.

No que diz respeito à presença da igreja, em especial a igreja evangélica, é necessário se destacar que nem sempre a existência de entidades religiosas se coloca como uma questão sem problemas. Como destaca Damiani: “há, do outro lado dos movimentos, as igrejas pentecostais, a reza no lugar da luta e não com a luta. A violência e a miséria aparecem como impossíveis de vencer, daí o divino é a alternativa cotidiana” (DAMIANI, 2001, p. 7). Entretanto, na fala do pastor Juarez observa-se que a igreja evangélica na Vila União tem um papel não só de caráter messiânico na luta contra a miséria:

O papel da igreja aqui na comunidade? Primeiramente, a nossa igreja se iniciou em 2017 com a construção do prédio. Mas só agora em 2021, de dois

³⁶ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

meses pra cá é que estamos realizando reuniões. A primeira função da igreja aqui é de socialização das pessoas que vivem à margem, que vivem em situação de pobreza. Ao ter acesso a essas pessoas, buscamos instruí-las, impulsioná-las ao crescimento espiritual e trazendo esse crescimento espiritual a pessoa vai ter uma nova visão. Porque o maior problema que nós temos hoje aqui na comunidade é o uso de drogas e álcool, então nós trabalhamos em cima disso. Principalmente voltado para as crianças, para os jovens, onde nós temos a preocupação de evitar que eles tenham envolvimento com o tráfico, com as drogas, com a crime no geral, então nós trabalhamos em cima da juventude e da criança para formar e no futuro ela estar protegida. E automaticamente quando a gente trabalha através das crianças e dos jovens a gente alcança os pais e aí vai alcançando toda a família. A igreja eu diria que é um hospital espiritual, onde muitas vezes as pessoas estão passando por problemas e aqui na igreja eles tem a oportunidade de chegar e ter alguém para conversar, de ser ajudado em diversas situações, inclusive até em questões alimentícias, de dificuldade que estão passando. Dar o apoio, principalmente para as pessoas mais necessitadas, voltada principalmente para as crianças e adolescentes e a partir daí a gente alcançar os adultos.³⁷

A organização em torno de uma associação de moradores também é um problema pelo qual passa a comunidade. Em 2018, foi estabelecido um grupo de estudos voltado para o direito à cidade que assistia os moradores da Vila União, tanto na forma de doações, quanto através da organização de reuniões visando a organização da associação de moradores da Vila União. Contudo, a organização do referido grupo acabou se dissolvendo, e a associação dos moradores se tornou um plano que não saiu do papel:

A gente não conseguiu montar uma associação, e não sei, acho que nem vamos conseguir. Porque uma associação envolve dinheiro, e dinheiro é o que a gente não tem pra estar investindo em uma associação. Porque a gente tem que prestar conta na prefeitura todo mês, com uma planilha de gastos e de lucros, e gasto a gente tem bastante, mas lucro aqui não se tem. É difícil, né?

³⁷ Pastor Juares (junho de 2021).

*O que eu faço é esse boca-a-boca. É contar com meus amigos e parceiros, pedindo ajuda, doação. Tudo que é direcionado aqui pra mim eu entrego pessoalmente na mão das pessoas, eles agradecem e eu também só tenho a agradecer o carinho que eles têm por mim. E eu faço pela comunidade em si, não é só por uma pessoa, é por todos. Vou continuar nessa luta e conto com os doadores e Deus pai, todo poderoso. E meus parceiros, meus companheiros de batalha e de ajuda sabem, a minha luta aqui não é só contra a miséria, é contra o preconceito que as pessoas que moram aqui sofrem.*³⁸

A necessidade de organização em torno da associação de moradores é um problema também visualizado por Drika Martim, liderança da CUFA-Sorocaba:

*A favela União é uma favela que tomou uma proporção muito grande, que os moradores tentam, cada um, com a sua orientação e com seus contatos, trazer melhorias para a comunidade. Mas a gente sente que ali realmente precisa de uma associação de bairro, precisa de um coletivo de pessoas que realmente discutam a realidade deles ali, encaminhe as demandas da população. E assim como em qualquer outra favela, tem todas as necessidades para além da vulnerabilidade, a dificuldade de acesso à saúde, alguns à educação, e todas essas coisas.*³⁹

3.3. A epidemia

A epidemia do coronavírus, que se iniciou no fim de 2019, evoluiu rapidamente ao estágio de pandemia global no ano de 2020. Tendo permanecido no presente ano de 2021 ainda com muita força, especialmente no Brasil, incide diretamente sobre o cotidiano de todas as pessoas do mundo. É possível afirmar que ela também atua sob uma perspectiva segregacionista, a partir de uma diferenciação quanto à maneira com que o vírus atinge as pessoas, a depender da classe social a que pertencem.

³⁸ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

³⁹ Drika Martim (julho de 2021).

Com base na análise de suas consequências na Vila União, observa-se a intensificação do fenômeno de segregação em meio ao contexto pandêmico e pós-pandêmico. A pandemia do coronavírus e o consequente distanciamento social fez com que a ocupação se tornasse ainda mais isolada e segregada. Grande parte da ajuda que a população recebia de movimentos sociais e de particulares foi cessada:

Na pandemia, as coisas que já eram difíceis aqui dentro da comunidade se tornaram ainda mais difíceis. As pessoas se tornaram mais vulneráveis, menos acolhidas. Antes a gente tinha muito mais doação, muito mais ajuda. Hoje tá mais fraco pra todo mundo e a gente tá se virando como pode, porém não deixamos de lutar. Mas olhar pra gente com olhos diferentes isso é sempre, independente de pandemia ou sem pandemia.⁴⁰

A fala de Estefânia, quando observa que independentemente da pandemia a ocupação normalmente é vista com “olhos diferentes” pela população de fora, ressalta, a partir dos próprios moradores da Vila União, o sentimento de diferenciação com o entorno. Contudo permite que se fale também em uma segregação ainda mais excludente nos momentos de agravamento da pandemia do coronavírus.

O aumento dos níveis de desemprego no país em função da pandemia do coronavírus e do baixo movimento comercial do período incide também diretamente sobre a Vila União. Em primeiro lugar pelo aumento populacional, que se dá a partir do processo no qual famílias já sem condições de pagar aluguel por moradia, se veem obrigadas a ocupar e construir suas casas em espaço sob litígio judicial, ou que servem à especulação imobiliária, como é o caso do terreno que hoje dá lugar à Vila União. Por outro lado, a questão do desemprego também influencia diretamente na quantidade de doações recebidas pela comunidade.

Em relação ao número de unidades habitacionais e famílias que compõem a população da Vila União, Estefânia destaca o aumento exponencial durante o período da pandemia:

⁴⁰ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

– *Aqui você quase não acha mais terreno desocupado, dá pra contar nos dedos os terrenos vazios que tem. Se você andar aqui atrás onde tinha só o pastinho ali, onde os meninos colocavam os cavalos, tem diversas casas. Todos os lugares agora tem diversas casas. Muita gente, muita gente, muita gente. São 425 famílias só desse lado da Vila União, do outro lado do Ana Vitória tem mais gente.*

– *E antes da pandemia? Era menor o número de famílias?*

– *Eu acho que tinha umas 300 famílias antes da pandemia e agora tem umas 425 famílias. Em 2 anos aumentou aproximadamente essas 125 famílias.*⁴¹

Drika, presidente da CUFA-Sorocaba destaca a atuação da entidade em meio à pandemia do vírus corona:

*Agora em tempos de pandemia nós estamos na linha de frente, já faz um ano e meio, desenvolvendo ações de arrecadação e distribuição de alimentos, então hoje nós atendemos milhares de pessoas nessas 5 mil CUFAs do país e em Sorocaba não é diferente. Então nesse momento a nossa atuação é: matar a fome de gente. Levar comida, levar produtos de higiene pessoal, levar produtos de limpeza a essas famílias que estão em extrema vulnerabilidade. Em cada semana nós estamos em uma favela da cidade, levando alimento para essas pessoas. Nós gostaríamos de atender a todos, mas não é possível, então nós fazemos o mapeamento das famílias que naquela semana estão em maior vulnerabilidade. Nossa ação é emergencial e pontual, então nós chegamos pra dar assistência àquelas famílias que não têm mais nada em casa, não tem mais nada na mesa. Hoje nós atendemos 38 favelas em Sorocaba e 40 na região.*⁴²

⁴¹ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

⁴² Drika Martim (julho de 2021).

3.4. A festa

No dia 27 de junho de 2021, a população da Vila União se mobilizou em torno da organização de uma festa junina (FOTOS 19, 20, 21, 22 e, 23⁴³), com distribuição de bebidas e comidas típicas para os moradores da comunidade. Nesse momento, a referida praça em meio à ocupação já não existia mais, tendo sucumbido à necessidade da construção de moradias em função do aumento populacional que se deu durante a pandemia. Deste modo, a população utilizou o espaço da própria rua, no caso, a principal viela da ocupação, como local para a organização da festa.

A festa em si, ainda mais quando se trata de manifestações em espaço público, também pode ser encarada como um movimento de resistência – a população ocupa o espaço público em uma dinâmica que escapa à utilização cotidiana da rua, impregnada pelas relações capitalistas através das quais a rua e o espaço público são encarados como pontos de passagem entre o trabalho e a casa, entre a escola e o lar:

Eu faço várias festas aqui no bairro, a festa junina, a festa das crianças, a páscoa, um agrado às mães no dia das mães, um agrado aos pais, porque é lógico que tens uns aqui que são pai/mãe e tem uns que nem vale a pena chamar de pai, mas tem uns que são pais de verdade, o natal, etc. É o que eu tento às vezes fazer, pelo menos tentar eu tento, alguma coisinha eu consigo, pra lembrar eles que eles são importantes, que eles são pessoas especiais, assim como em todos os outros lugares que existem essas festas comemorativas. Como nós somos uma comunidade mais carente, nós também temos o nosso direito, de ser lembrado, de ser feliz, de ter nossas comemorações, com muita alegria, mais simplicidade, porque não tem toda aquela pompa, mas é bom pra unir, pra lembrar, a festa junina principalmente, ela lembra e ensina as comidas típicas, porque tem criança que não conhece, e o próprio adulto, que de tanto viver na pobreza não conhece a comida típica dessa data.⁴⁴

⁴³ As fotografias foram capturadas por moradores da ocupação.

⁴⁴ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

FOTO 19 – Ruas e bandeiras



FOTO 20 - Ruas e bandeiras



FOTO 21 – Festa Junina



FOTO 22 – Pula-pula



FOTO 23 – Comidas típicas



O esforço de Estefânia e da comunidade da ocupação Vila União em significar o espaço e o lugar através da realização de festas é também uma ação de resistência, que indica as possibilidades, mesmo que escassas, em meio ao cotidiano contingenciado pela necessidade de sobrevivência, de um percurso no sentido do utópico.

Para Lefebvre, o urbano não é a realidade acabada e definida, mas a realidade possível (LEFEBVRE, 1999). Em *A Revolução Urbana*, o autor frisa que o termo *urbano*, ou *fenômeno urbano*, “são preferíveis à palavra cidade, que parece designar um objeto definido e definitivo, objeto dado para a ciência e objetivo imediato para a ação” (Ibid., p. 25). Não seria a cidade, nos termos lefebvrianos, a imagem de uma Sorocaba no qual não se vislumbram escapatórias à máquina da especulação e da valoração do espaço a qualquer custo? Por outro lado, ações que englobam a luta pela moradia, como a ocupação das áreas vazias e o embate junto ao poder público pela consolidação desses espaços como legítimos bairros da cidade, através da regularização fundiária, não seriam uma forma de reivindicação crítica desse objeto (definido? Definitivo?) que é a cidade?

No que diz respeito às reflexões teóricas, é necessário destacar que “a abordagem teórica reclama inicialmente uma crítica desse objeto e exige a noção mais complexa de um objeto virtual ou possível” (Idem), ou seja, uma crítica no sentido do urbano, em busca do utópico, do que ainda não tem lugar,

mas é latente, inscrita nas possibilidades da cidade e na força do espírito humano.

É justamente a capacidade humana do trabalho e de intervenção junto à natureza e ao real que pode conceber a cidade como obra, e não como um produto acabado, fruto do planejamento urbano viciado e da burocracia urbanística – uma cidade na qual o valor de uso do espaço suplante o seu valor de troca. Em *O Direito à Cidade*, texto que aborda justamente o direito à vida urbana transformada, Lefebvre destaca que “apenas grupos, classes, ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos” (LEFEBVRE, 2011, p. 113). Escapando à ilusão do urbanismo, e “com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra” (Idem).

Para além das formulações teóricas acerca do urbano, as pessoas que habitam as ocupações das cidades brasileiras, impelidas na luta por moradia a ocuparem os espaços esquecidos pela iniciativa privada, constituem-se na força motriz para o processo de revolução urbana e do direito pleno à cidade. Por conseguinte, não apenas as pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade habitacional. Toda a classe operária, em sentido amplo, tem papel fundamental no processo de emancipação do espaço urbano. Trabalhadoras e trabalhadores, que, enquanto classe, têm condição de fazer frente aos ditames do poder instituído, em ações de resistência e contra-hegemonia:

Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna “necessariamente” revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas. A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão”. Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração. (Idem).

As alternativas ao habitar tradicional e ao urbanismo racionalista dos loteamentos populares, à restrita participação nas listas de sorteios e leilões públicos destinados aos loteamentos populares, à falta de investimentos por parte do poder público municipal em políticas habitacionais, à situação de desigualdade e miserabilidade que não permite a aquisição de um pedaço de terra, levam a população das cidades a novos usos e formas do solo urbano: “a prática urbana, a dos grupos e classes, ou seja, sua maneira de viver, a morfologia da qual dispõem, pode confrontar-se com a ideologia urbanística. Assim, a contestação se transforma em reivindicação (LEFEBVRE, 1999, p. 124)

– *Eu sei que lá no Carandá e Altos do Ipanema que tem um padrão de vida alto e que não precisava disso... então eles têm o que, problema, porque o pessoal que cata reciclagem, que aqui tem muito, pessoal que trabalha de diarista, tem muito, é... que vive de bico, sabe? Eles têm medo que não pague gás, não pague água, não pague luz, não paga condomínio que é caríssimo, afinal de contas é caríssimo essas coisas de apartamento. Eu acho que tá pra surgir o dia... eu espero em Deus que eu veja isso em vida, que surja um dia... uma coisa pro pobre mesmo, um conjunto habitacional pro pobre, que o pobre pague o que, trinta reais de parcela, vinte reais, cinquenta reais no máximo, muitos ganham 80 reais de Bolsa Família, paga 50 reais de condomínio, fica quanto...?*

– *Vocês preferem que seja regulamentada a situação aqui na Vila União? Ou que seria melhor ir para um predinho desses, um conjunto habitacional como o Carandá?*

– *Tem muita gente aqui que gostaria sim de ganhar uma casinha ou um apartamento, mas eu, Estefânia, falo por mim e por outras pessoas aqui que não querem isso. Porque um apartamento... Carandá, vamos citar como exemplo o Carandá, o Altos do Ipanema é um pouquinho maior, mas é a mesma coisa. São 2 quartos, 1 sala e um conjugadinho junto com uma cozinha e a lavanderia. Onde uma mãe com sete filhos vai criar esses filhos dentro desse apartamento, fale pra mim? Não tem como. Tem mãe aqui que planta*

horta aqui no quintal pra poder ajudar no orçamento da casa, criar os filhos, sai por aí vender verdura, faz sabão, vende sabão, vende produto assim de limpeza essas coisas. Você acha que lá ia conseguir? Sem contar que é longe pra dedéu, completamente fora de mão, é longe demais, por mais que tenha supermercado, posto de saúde, escola, tá fora da civilização, num fluxo de cidade. O bairro mais próximo é o São Bento, acho que é 3 quilômetros, Gente... parece, quando eu chego no Carandá, que eu voltei a minha infância no sítio. Quando a gente andava 8, 11 quilômetros no barro pra ir pra casa do vizinho assistir televisão que a gente não tinha. Eu me lembro disso, porque era bem longe...

– Onde foi isso?

– *É aqui no estado de São Paulo, na cidade de Tapiraí. Me lembro da minha infância, que era muito gostoso. Eu estou em Sorocaba desde os meus onze anos mas, fora isso... eu vim, voltei, vim, voltei. Eu ficava um mês, dois meses. A última vez foi um ano, voltava embora pra Tapiraí, ficava lá, depois vinha. Vir mesmo pra Sorocaba, fixar em Sorocaba pra não voltar mais, pra cidade de Tapiraí, eu vim pra cá eu tinha... 22 anos.⁴⁵*

A história de vida de Estefânia reflete a condição de grande parte dos habitantes das periferias das médias e grandes cidades brasileiras. Pessoas que deixam suas cidades de origem, muitas vezes trocando o ambiente rural pelo urbano, e em meio à urbanização crítica irão habitar os distantes bairros desse *fluxo de cidade*, que se forma no limiar, tanto físico, espacial, quanto econômico dos centros urbanos

Em uma cidade como Sorocaba, na qual a reforma urbana se faz urgente, observa-se uma ampla quantidade de imóveis vazios, quando não abandonados, na região central da cidade. Do mesmo modo, perfila-se uma coleção de subúrbios que adentram os rincões rurais do município. Neste sentido, é possível analisar as ocupações urbanas da zona norte de Sorocaba, que não sucumbem de imediato aos processos de reintegração de posse, à luz

⁴⁵ Vânia Estefânia Martin (maio de 2021).

do conceito de resistência, frente à lógica da reprodução do espaço urbano associado aos loteamentos populares – a “formação consciente de uma práxis urbana suplantando, com sua racionalidade própria, a práxis industrial atualmente realizada” (Ibid., p. 125-126).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Sorocaba é marcada pela especulação imobiliária e pela reprodução ampliada de capital associada à reprodução do espaço urbano, isto incentivado e legitimado pelo poder público. O processo de reprodução do espaço urbano impele também a reprodução do valor do solo urbano, assim como a reprodução da pobreza. O surgimento de uma centralidade impõe a criação de uma nova periferia, de modo que as pessoas que estão na ponta da corda, excluídas do mercado de trabalho formal, sobrevivendo por meio da informalidade e de bicos, irão compor a população das ocupações urbanas e favelas que se erguem neste processo. A dinâmica típica da reprodução do espaço urbano, inerente à cidade capitalista moderna, a anticidade, implica em um processo de urbanização crítica, da qual o desenvolvimento desigual é uma das principais expressões. A contradição toma forma na paisagem através de fenômenos como a segregação socioespacial, incidindo diretamente sobre a vida e o cotidiano das pessoas.

Na crise da cidade, a iniciativa privada, na forma da empresa imobiliária, em consonância com Estado, exerce comando sobre o território urbano, e o espaço da cidade se constitui como um elemento essencial para a reprodução ampliada do capital. Tendo em vista a intensidade dos processos de especulação e valorização imobiliária em Sorocaba, processo do qual a avenida Itavuvu e o seu entorno, onde está localizada a Vila União, se constituem como um eixo de expansão, se dá o aumento do valor do solo urbano e conseqüentemente do valor dos aluguéis. Tal processo expulsa a população mais pobre, contingenciando a formação de uma nova periferia, por meio do surgimento de novas ocupações, na luta pela sobrevivência do cotidiano, pelas necessidades entre as quais a de moradia se faz primordial.

À primeira vista, a cidade se mostra como um todo burocraticamente orquestrado que não dá margem para outras formas de ocupação do espaço que não aquelas engendradas por meio da estrutura Estado-Empresa. Parecem não haver escapatórias ou alternativas aos grandes projetos, como o BRT, iniciado em 2019 – projetos que além de serem chamarizes eleitorais, se constituem em um instrumento da especulação, agregando artificialmente valor ao espaço urbano, impelindo ao rearranjo populacional e à realocação de

bairros inteiros, para os longínquos conjuntos habitacionais, quando não para as ocupações e favelas.

Entretanto, apesar do esforço por parte do poder público municipal em escamoteá-las, existem ocupações urbanas nos espaços que se mantêm desocupados em favor da especulação imobiliária. Seriam tais modalidades de ocupação um gérmen de resistência no sentido do utópico?

Em julho de 2021, enquanto o presente texto é finalizado, a Vila União resiste enquanto ocupação, bairro, lugar. Como demonstrado, trata-se de um ambiente fortemente segregado em meio a uma área que já sofre com o processo de exclusão – o exílio dentro de seu próprio bairro em relação a cidade como um todo. É possível se falar então em escalas ou níveis de segregação socioespacial. Diferentemente dos bairros do entorno, a população da Vila União não tem qualquer garantia quanto a posse da terra, vivendo na iminência de um processo de reintegração.

A questão do emprego é também crucial para compreender a condição do lugar, visto que é o desemprego, a ausência de possibilidades de acesso ao mercado de trabalho formal, assim como a precariedade observada nos meios de trabalho informal, uma das principais causas do impedimento de se arcar com os custos de aluguel de uma propriedade. As possibilidades de resistência inscritas no real indicam que há brechas em meio ao domínio exercido pelos detentores do capital urbano, entretanto, até que ponto a população resistirá frente a um possível processo de reintegração de posse, por exemplo?

É preciso se pensar nas possibilidades que permitam uma emancipação do espaço urbano e dos habitantes da cidade. No caso da Vila União, a organização em torno da criação de uma associação de moradores pode representar uma ação de resistência no sentido da regularização da comunidade e da permanência de seus moradores. Entretanto, as situações de exclusão e desigualdade são observadas em outros pontos da cidade. Qual seria a possível solução para uma cidade como essa? A anticidade vislumbra saídas para o processo de urbanização crítica? O que anunciará o movimento do devir? A permanência das pessoas e a efetivação da posse da terra? Ou o despejo das famílias e a derrubada das construções em função de uma determinação judicial.

A denúncia acerca da condição de segregação socioespacial, seja por meio da organização social, ou através dos trabalhos acadêmicos e jornalísticos, é fundamental para o estabelecimento de um movimento crítico que se posicione contrariamente ao que é determinado pela associação Estado-Empresa, no que diz respeito às políticas habitacionais na cidade de Sorocaba. Dito isto, é necessário frisar a pertinência de trabalhos que se coloquem em posição de fazer frente aos ditames do poder público municipal. A pesquisa científica, ainda mais quando se trata da área das ciências humanas e sociais, deve ter um papel de resistência e olhar crítico. Em uma cidade na qual a segregação socioespacial é intensa, como é o caso de Sorocaba, os trabalhos científicos que se voltem para espaço urbano não podem se esquivar da luta política.

A escassez de trabalhos científicos na área da Geografia que se debrucem sobre a Zona Norte de Sorocaba, em comparação com outras regiões da cidade, se torna mais latente, tendo em vista os trabalhos já desenvolvidos especialmente em relação à Zona Sul (Barreto, 2007) e à Zona Leste (Oliveira, 2002; Leite, 2017). A dissertação de Sandro Ivo Meira (2005), que aborda o planejamento urbano na cidade, é um importante marco nos estudos que discorrem sobre a Zona Norte, mas se estabelece como um ponto isolado na pesquisa sobre a planificação do espaço urbano em Sorocaba. No que diz respeito aos textos acadêmicos desenvolvidos sobre bairros específicos da Zona Norte, cabe destacar os trabalhos que abordaram o caso do Habiteto, especificamente Mazini (2007) e Shikama e Marques (2008). A condição de surgimento do Habiteto foi de exacerbada desumanidade, com a remoção de centenas de família para uma área longínqua e sem qualquer estrutura, de modo que chamou a atenção do olhar científico. Entretanto, a condição de precariedade habitacional se mantém em outros lugares da Zona Norte, como é o caso da Vila União, e nesse sentido, a escassez de trabalhos acadêmicos que deem conta desses novos fenômenos, se confirma.

Não obstante, é necessário que se encampe a luta em torno do direito à cidade, que as instituições cumpram a legislação que determina a função social da propriedade, em um sentido de saneamento do déficit habitacional. Para além disso, das necessidades básicas de sobrevivência do ser humano, para que se possa viver a cidade como obra, o direito ao lazer e ao ócio, através da

emancipação urbana. Isso só se dará por meio da organização popular que permita a ascensão do movimento do devir no sentido do utópico, que escancare as múltiplas possibilidades de resistência, latentes, silenciadas no cerceamento das liberdades e na reificação do indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJONAS, Andréia C. S. Sorocaba: uma cidade no caminho da metrópole. *Revista Geográfica de América Central: Número Especial EGAL*, Costa Rica, San José, 2011, pp. 1-14.

ALMEIDA, Aluísio de. Memória Histórica de Sorocaba. *Revista de história*. Vol. 29, nº 60, 1964, pp. 335-353.

_____. *História de Sorocaba*. Sorocaba: Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, 123 p.

ARAÚJO, Adalberto C. de, Nto. *Sorocaba operária*. Sorocaba: Create, 2005. 152 p.

BADINNI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume, 2002, 289 p.

BARRETO, Ilson J. *A verticalização e o bairro: o caso do Parque Campolim – Sorocaba, SP, período de 1990 a 2004*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007, 138 f.

BASÍLIO, Ana C. *(De)formados pela pele: a escola-periférica e a escola-excepcional fragmentada como (re)produtoras de desigualdades*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – DGTH, UFSCar-Sorocaba, Sorocaba, 2020, 248 f.

BONADIO, Geraldo. *Sorocaba: a cidade industrial (espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)*. Sorocaba: edição do autor, 2004, 301 p.

BURGOS, Rosalina. Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba. *Revista Cidades*, v. 12, nº 20, 2015, pp. 105-140.

CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994, 94 p.

_____. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123 p.

CARVALHO, Rogério L. P. Discursos do progresso e persistência da tradição: a remodelação urbana de Sorocaba. *Politeia: história e sociedade*, v. 6, nº 1, 2006, pp. 177-192.

_____. *Fisionomia da cidade: cotidiano e transformações urbanas 1890 – 1943*. 2008. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 336 f.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, 590 p.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. *Revista Formação Online*, v. 2, nº 18, 2011, pp. 39-62.

COMITRE, Felipe; ORTIGOZA, Silvia Ap. G. Segregação socioespacial e o poder público – uma análise do projeto de desfavelamento em Sorocaba-SP. *Revista Geografar*, v. 8, nº 1, 2013, pp. 48-69.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989, 94 p.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Revista Cidades*, v. 4, nº 6, 2007, pp. 62-72.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades*. Volume 9, nº 16, 2012 pp. 199-218.

DAMIANI, Amélia L. Reflexões sobre uma urbanização crítica a partir da metrópole de São Paulo. *Anais do 8º Encontro de Geógrafos da América Latina*. Realizado em Santiago, Chile: 2001. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/57.pdf>. Acesso em 10/04/2020.

_____. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da Geografia Urbana. *Revista ANPEGE*, v. 5, 2009, pp. 39-53

_____. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, [S. l.], n. 15, p. 21–38, 2015.

DEBRASSI, Teresinha Maria F. B. Relatório de assessoria em urbanismo, versão preliminar. *Habitação popular e condomínios*. Acervo bibliográfico da Prefeitura de Sorocaba, 2007. 92 p.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, 259 p.

FRIOLI, Adolfo; BONADIO, Geraldo. *Revista comemorativa aos 350 anos da fundação de Sorocaba*. Fascículos – Jornal Cruzeiro do Sul. Fundação Ubaldino do Amaral. Sorocaba, 2004.

LEITE, Thiago R. *A transformação do espaço urbano no eixo sudeste de Sorocaba*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 169 f.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG (Humanitas), 1999, 176 p.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 476 p.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011, 141 p.

LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In GONÇALVES, M.; BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986, 79 p.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.

_____. Para entender a crise urbana. *CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22

MARTINES, Marcos R. et. Al. Spatial segregation in floodplain: An approach to correlate physical and human dimensions for urban planning. *Cities*, nº 97, 2020, pp. 1-10.

MAZINI, André P. *A força do lugar: a geografia escolar no fortalecimento da resistência e da esperança dos homens lentos na cidade contemporânea*.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2007, 92 f.

MEIRA, Sandro Ivo. *Planejamento e gestão urbanos em Sorocaba-SP: análise das políticas públicas de habitação popular*. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2005, 147 f.

MONTEIRO, Ana Maria de G.; MATTOS, Thiago P. Cidade dividida: Sorocaba e o zoneamento urbano de 1914. *Revista de Direito da Cidade*, v. 7, nº 4. Número especial, 2015, pp. 1791-1824.

MORAES, Antônio Carlos R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2007, 130 p.

OLIVEIRA, Sérgio C. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002, 176 p.

QUEIROZ, Alfredo P., Fo. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Set./Dez. nº 7, v. 3, 2015, pp. 340-353.

RODRIGUES, Arlette M. Políticas públicas do espaço. *Revista Cidades*, v. 13, nº 22, 2016, pp. 41-70.

SANTORO, Paula F.; CYMBALISTA, Renato; NAKASHIMA, Rosemeire. *Sistematização do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do Município de Sorocaba*. Instituto Pólis. Ministério das Cidades. São Paulo, 2005. Disponível em https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/ExperienciasEstados/Sorocaba_SistematizacaoSP.pdf. Acesso em 10/04/2020.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006, 258 p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008. 174 p.

SEABRA, Odette C. de L. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *Revista Cidades*, v. 1, nº 2, 2004, pp. 181-206.

SHIKAMA, Felipe; MARQUES, Fernanda. *A síntese da exclusão*. Sorocaba: LINC, 2008, 95 p.

SILVA, Jailson de S. *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório das Favelas. 2009, 104 p.

SILVA, A. M. *Diagnóstico do processo erosivo ocorrente no município de Sorocaba (SP) dentro do quadro atual de uso da terra e previsão para cenários futuros*. Relatório de Projeto Científico (Processos Fapesp 2004/15796-6 e 2004/13096-7), 2007.

SILVA, Paulo C. *De novelo de linha a Manchester Paulista – fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995, 117 f.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, 250 p.

SOGAMI, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação do conceito de segregação socioespacial. *Revista Geografares*, nº 2, 2011, pp. 95-103.

SOROCABA. Prefeitura Municipal de Sorocaba. Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. *Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Territorial de Sorocaba*. 2014a. Disponível em www.sorocaba.sp.gov.br/portal/servicos/plano-diretor-de-sorocaba. Acesso em 01/05/2018.

SOROCABA. Prefeitura Municipal de Sorocaba. Secretaria de Transportes-URBES. *Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade de Sorocaba*. 2014b. Disponível em www.urbes.com.br/uploads2/PDTUM_CAMARA_SITE.pdf. Acesso em 01/05/2018.

SPOSITO, Eliseu S. Mercado de trabalho no Brasil e no estado de São Paulo. IN: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 29-46.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM, 2001, 130 p.

TASCHNER, Suzana P. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. *Cadernos Metrôpole*. nº 5, 2001, pp. 09-27.

THEIS, Ives M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos cadernos NAEA*. v. 12, n. 2, dez. 2009, pp. 241-252.

ANEXO 1

Quase a metade da população de Sorocaba está concentrada nos bairros da zona norte

12/03/14 | Equipe Online - online@jcruzeiro.com.br

Giuliano Bonamim

giuliano.bonamim@jcruzeiro.com.br

Quase metade da população de Sorocaba, hoje estimada em 629 mil, está concentrada na zona norte da cidade. São 289.592 habitantes que vivem na região compreendida pelo bairro Além-Linha, onde estão as vilas Barão, Nova Sorocaba, Parque São Bento, Vitória Régia, Laranjeiras e tantos outros. O número é quase três vezes maior em relação à região oeste, que abriga 18% dos moradores do município. Essas informações constam no projeto do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade, desenvolvido pela empresa Análise Logit a pedido da Urbes - Trânsito e Transportes.

Mora tanta gente na zona norte que a região abriga mais pessoas do que muitas cidades da região. Prova disso é que a soma das populações de Itu (154 mil), Votorantim (108 mil habitantes) e Araçoiaba da Serra (27 mil) é praticamente a mesma da existente na área norte de Sorocaba.

A zona norte também é a região com a segunda maior densidade populacional de Sorocaba (habitantes por quilômetro quadrado). O relatório cita a existência de 4 mil a 6.999 habitantes por quilômetro quadrado naquela área. Na frente está a zona oeste, que abriga os bairros do Cerrado e tantos outros como Jardim Simus, Júlio de Mesquita Filho, Central Parque, Wanel Ville, Santa Bárbara e Jardim São Paulo.

A maior concentração de empregos também está localizada na zona norte, com 30% das ofertas oferecidas no município. Em contrapartida, a região apresenta o menor acúmulo de renda da cidade. O faturamento médio por domicílio é de R\$ 2.500 contra os R\$ 5.328 da área central da cidade.

Quem vive nessa região de Sorocaba cita os prós e contras de morar na zona norte. O auxiliar de contabilidade Márcio Mendes da Silva, 33 anos, é habitante desde que nasceu no Parque das Laranjeiras. "Antes não tinha quase nada por aqui. A maior parte das ruas era de terra e não passava ônibus no bairro", conta. Silva cita que, atualmente, praticamente tudo pode ser feito na zona norte. "Compras, lazer, pagar contas. Não é preciso mais ir até o Centro para fazer tudo isso", relata.

A avenida Itavuvu, por exemplo, disponibiliza serviços diversificados à população. Lá são encontradas agências bancárias, dois shopping centers, supermercados, uma Unidade Pré-

Hospitalar Zona Norte, farmácias, padarias e locais especializados em serviços automotivos.

Naquela região também foi instalada a fábrica da Toyota e as suas sistemistas, em outubro de 2012. O Parque Tecnológico está fincado ao redor de uma área verde e em construção está uma unidade do Senai, ao lado do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, voltada à formação e capacitação profissional.

A estudante e analista de crédito Pâmela Cristina Gomes de Araújo, 16, mora no Jardim Guaíba e deixa a região norte somente para trabalhar no Centro. "Faço caminhada no parque do Abaetezinho e exercício físico em uma academia no Shopping Cidade", diz.

Pâmela diz gostar de morar na região, mas lamenta alguns problemas pontuais do bairro. "Falta um pouco de segurança", ressalta.

Segundo o presidente da Associação Comercial de Sorocaba, Nilton da Silva Cesar, a zona norte concentra praticamente todos os serviços à população. "Com certeza já está quase independente das demais regiões, com tudo o que as pessoas necessitam", diz.

Cesar argumenta que um comércio forte distribuído por toda a cidade só facilita a vida do morador. "Pois hoje em dia está mais difícil se locomover até o Centro, já que as distâncias ficaram maiores graças ao trânsito e ao tempo perdido nos congestionamentos", relata.

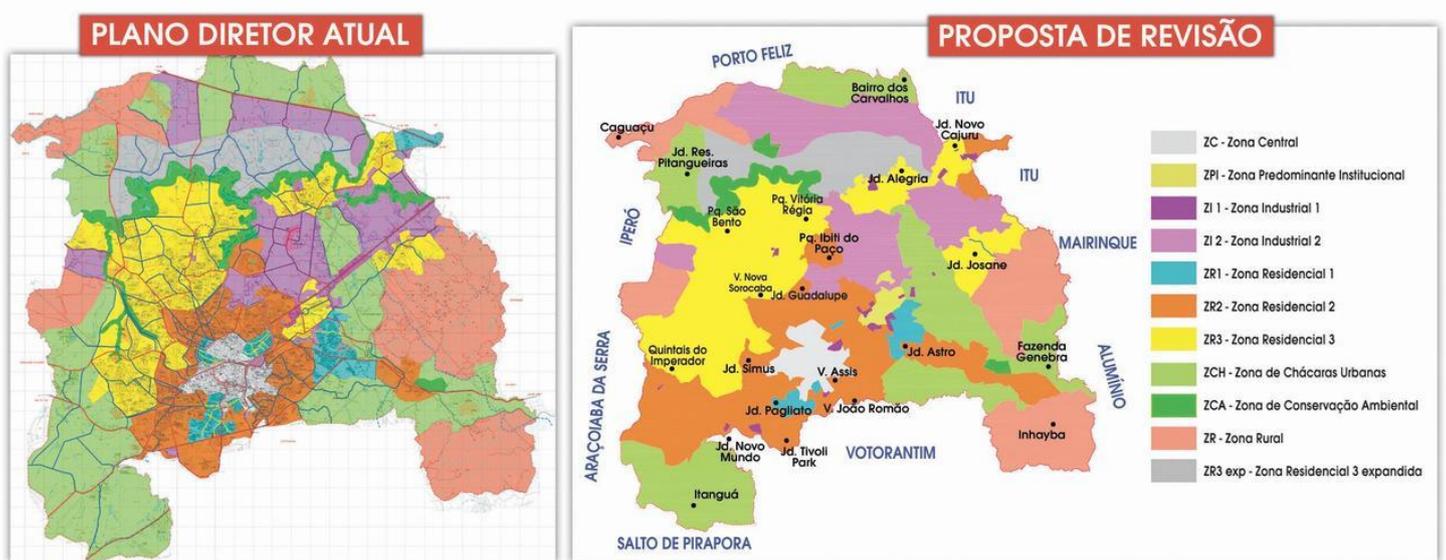
A dona de casa Maria Aparecida Vieira, 50 anos, mora há dez anos no Jardim Santa Cecília. Antes, habitava a região do Barcelona, situada do outro lado da cidade. "Perto de casa tem muito lixo na rua, falta de água e violência, mas o bom é que tudo é perto", conta.

Ontem, Maria Aparecida precisou pagar uma conta na Casa do Cidadão situada na avenida Itavuvu. Levou dez minutos a pé para fazer as suas obrigações e, na sequência, pegou um ônibus na área de transferência em direção ao Centro.

Quem também gosta de onde mora é o aposentado Álvaro Antunes Vieira, 76, que vive há três décadas na Vila Barão. "Aqui é bom. Tem muito comércio perto, principalmente supermercado", diz. "Mas para pagar conta vou ao Centro", completa.

No mesmo bairro mora o aposentado Luís Otávio da Silva, 63, que reclama da superlotação dos ônibus. Ontem, ele permaneceu mais de 30 minutos em um ponto situado na rua Gonçalves Júnior — próximo ao cruzamento com a avenida General Osório. Dois veículos passaram lotados, das linhas 3 (Nova Esperança) e 55 (Rodrigo), e nem pararam para a entrada de mais usuários. "É todo dia assim e ninguém faz nada para melhorar", desabafa.

ANEXO 2



Croqui que mostra a revisão do Plano Diretor, sem escala, elaborado pelo Jornal Cruzeiro do Sul, 2014.

ANEXO 3

Mudanças propostas para o Plano Diretor dividem opiniões sobre impacto ambiental

09/05/14 | Equipe Online - online@jcruzeiro.com.br

Míriam Bonora

miriam.bonora@jcruzeiro.com.br

A proposta de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial de Sorocaba, enviada pela Prefeitura no final de abril à Câmara Municipal, vai impactar de formas diferentes os diversos setores na cidade. A maior crítica, vindas de um doutor em engenharia ambiental e do setor rural, é quanto a possíveis danos ao meio ambiente que a expansão urbana pode causar nos próximos anos, permitidas pelo novo texto. Já para o ramo imobiliário, a maioria das mudanças são comemoradas.

O Plano Diretor é uma lei, um instrumento normativo básico que prevê as diretrizes para o desenvolvimento da cidade, o uso e ocupação do território, além de orientar quanto às prioridades de investimentos públicos e ações de agentes privados. O plano atual de Sorocaba foi elaborado em 2004, revisto em 2007 e, desde o final de 2012 passa por um processo de nova revisão. O documento precisa ser aprovado pelos vereadores, que já sinalizaram que

devem pedir, ao menos, mais duas audiências públicas para discutir o texto.

Há três áreas principais, apresentadas em mapas diferentes: o zoneamento municipal, o macrozoneamento ambiental e o sistema viário. Dentre as principais mudanças, destacam-se a expansão da área urbana, principalmente na zona oeste da cidade; e a diminuição da zona rural, que hoje representa 17,1% do território e, se o texto for aprovado, cairá para 14% da cidade.

Uma área que atualmente é caracterizada como zona de chácaras urbanas, que vai do extremo sudoeste da cidade (próximo ao Itanguá e o limite com Salto de Pirapora) até as proximidades do Quintais do Imperador - em verde claro no mapa e galeria-, está prevista para tornar-se zona residencial 2 e 3 (em laranja escuro e amarelo no mapa, respectivamente). Com a mudança, o adensamento urbano pode ser maior: o lote mínimo nas zonas de chácaras urbanas é de 1.000 metros quadrados, já nas áreas residenciais 2 e 3, os terrenos mínimos caem para 200 m² a 300m².

O arquiteto João Luiz de Souza Arêas, da Secretaria de Mobilidade, Desenvolvimento Urbano e Obras (Semob), que participou da elaboração do novo texto, argumenta que essa transformação é para fins de planejamento urbano. "É a base legal para que os órgãos da administração direta e indireta desenvolvam seus projetos e investimentos no futuro". Arêas diz que a região oeste da cidade já era apontada desde 2004 como um dos vetores de crescimento do município, que nos últimos anos viu surgirem os bairros de Wanel Ville e Júlio de Mesquita, por exemplo. Se aprovada a revisão do Plano Diretor, essa ocupação urbana poderá ser expandida.

Outro ponto onde está prevista uma expansão da área urbana é a região de Brigadeiro Tobias, ao lado direito da Rodovia Celso Charuri. É lá que está concentrada a redução da zona rural, que será transformada em parte em chácaras urbanas e outra área em zona residencial 2. Dentre as motivações para essas mudanças, o arquiteto da Semob elenca três principais argumentos: a ocupação já existente de residências na região, que não pode ser regularizada se for mantida como zona rural; a baixa produtividade rural em parte daquela área; e a existência de uma sub-bacia para captação de água, que na visão da Prefeitura não deve ser ocupada por atividade rural por conta do uso de agrotóxicos. "Acreditamos que a ocupação residencial é menos nociva para o manancial do que todos os outros usos".

Sobre os impactos ambientais, Arêas discorda, dizendo que a preservação ambiental continuará dentro do que a legislação obriga, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos córregos e rios. Quanto à chegada de condomínios de luxo nas zonas de chácaras, o arquiteto aponta que os índices construtivos são limitados e é exigida a manutenção de 50% de permeabilidade do terreno.

Meio ambiente em risco

O doutor em Geociências e Meio Ambiente Roberto Wagner Lourenço, professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) de Sorocaba, contesta essa visão. Para ele, a expansão urbana nas áreas citadas [região de Ipanema das Pedras/Itanguá e Brigadeiro Tobias/Inhayba] pode ser um risco às nascentes de córregos e rios importantes para a cidade, como o Ipanema, Ipaneminha e Pirajibu Mirim, além das represas de Ipaneminha e Castelinho.

Isso porque, nesses locais, não estão apontadas no mapa de macrozoneamento áreas de APP junto às cabeceiras dos rios, nem mesmo previstos programas de recuperação da vegetação. E o argumento das APPs previstas em lei e das áreas de permeabilidade exigidas é também contestado. Ele conta que para manter um ecossistema com biodiversidade é preciso continuidade da vegetação, o que não ocorre com a fragmentação da mata pelas chácaras e residências.

"Nos últimos 20 anos Sorocaba é o que chamamos de endógena, só recebe. Chegou o momento de encontrar um equilíbrio e torná-la exógena, ou seja, fornecer, inclusive pessoas, por meio da

qualificação técnica", analisa Lourenço, que também frisa o fato de o município ter um território relativamente pequeno.

O professor de Engenharia Ambiental ressalta que toda diminuição da zona rural é negativa, pois é ela que garante alimentos e a biodiversidade da fauna e flora. Para Lourenço, o poder público deveria, ao invés de reduzir essa área, incentivar e investir na qualificação técnica dessas produções agrícolas. Quanto ao argumento dos agrotóxicos na sub-bacia, ele discorda, dizendo que o que deveria ser feito é disciplinar o tipo de uso do solo, como direcionando para uma produção orgânica.

O presidente em exercício do Sindicato Rural de Sorocaba, Roberto Marcello Filho, comenta que a entidade é contrária à qualquer redução da área rural, por conta da perda de áreas verdes e da queda de produção de alimentos. Porém, ele lamenta que a maior perda já ocorreu com o Plano Diretor de 2004. "Antes de 2004 nós tínhamos cerca de 40% do território de Sorocaba como zona rural".

Marcello cita que em outras cidades, como Campinas, Bauru e Ribeirão Preto, a área rural atualmente é entre 30% e 40%. Ele diz que, se a redução em Sorocaba for aprovada, a área será menor do que a da cidade de São Paulo, que possui 15% de zona rural.

Para o diretor da Regional Sorocaba do Sindicato da Construção Civil (Sinduscon-SP), Elias Stefan Junior, a expansão urbana não é negativa, pelo contrário, pois gera empregos e locais para moradias, considerando o déficit habitacional na cidade. "As áreas de APP vão continuar sendo áreas de APP em qualquer região da cidade. A preservação é obrigatória. Nós temos que pensar um pouco mais objetivamente e menos filosoficamente", afirma Stefan, em relação a possíveis impactos ambientais.

ANEXO 4

Especialistas dizem que novo Plano Diretor agravará problema da água e biodiversidade

09/09/14 | Equipe Online - online@jcruzeiro.com.br

Míriam Bonora

miriam.bonora@jcruzeiro.com.br

Se aprovada pela Câmara Municipal, a atual proposta de revisão do Plano Diretor de Sorocaba - elaborada pelo governo do prefeito Antonio Carlos Pannunzio (PSDB) - tende a agravar ainda mais o problema da falta de água na cidade e a redução da biodiversidade ainda resistente. A avaliação foi apresentada ontem pela manhã por dois especialistas durante o 1º Encontro Aberto das Regiões Leste e Sudeste para Analisar o Plano Diretor 2014, realizado no auditório da Fundação Ubaldino do Amaral (FUA). O novo plano (projeto de lei 178/2014) está em pauta para votação na Câmara Municipal (veja matéria abaixo).

A afirmação de que a cidade já vive uma situação crítica em relação à proteção da biodiversidade e recursos hídricos, e que o problema deve piorar com o novo plano, foi tecnicamente explicada ontem pelos professores André Cordeiro Alves dos Santos - que é doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) campus Sorocaba - e Álvaro Fernando de Almeida, doutor em Ciências Biológicas pela USP e professor em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado da USP.

Participaram do evento lideranças de bairro, entidades representativas, estudantes, o secretário da Habitação, Flaviano Agostinho de Lima, e os vereadores José Crespo (DEM), Carlos Leite (PT), Anselmo Neto (PP), Hélio Godoy (PSD), Luís Santos (Pros), Marinho Marte (PPS) e Neusa Maldonado (PSDB).

O professor da Ufscar Sorocaba ressaltou que a crise da água não ocorreria se a gestão dos recursos hídricos tivesse sido feita adequadamente e, se as medidas corretas não forem tomadas agora, o problema tende a ficar ainda pior. Santos comenta que Sorocaba já está vulnerável no que diz respeito à água, tanto em quantidade quanto em qualidade. Em quantidade porque a cidade fica no trecho médio do rio Sorocaba, com as nascentes - onde há mais água - em outros municípios.

O problema da qualidade é que os municípios vizinhos, onde nascem os principais mananciais, não tratam a maior parte do esgoto que produzem e o descartam in natura nos corpos d'água que chegam à represa de Itupararanga e outras reservas que abastecem a cidade, como o rio Pirajibu. E essas cidades, como Cotia, Vargem Grande Paulista, Alumínio e Mairinque, estão em um ritmo de crescimento populacional que preocupa, pois tendem a descartar cada vez mais esgoto sem tratamento.

Plano Diretor

"Estamos passando por um processo de mudanças climáticas globais, que é um processo irreversível. Teremos períodos de seca mais prolongados e períodos de chuva mais curtos, porém com chuvas mais fortes", acrescenta Santos. O professor explica que, para combater o problema, é preciso aumentar a capacidade de reservar essa água, com novos reservatórios e também permitindo que a água entre no solo e ocupe os lençóis freáticos. E essa questão está ligada ao plano de desenvolvimento da cidade, do qual trata o Plano Diretor.

A crítica ao novo Plano Diretor proposto pela Prefeitura é de que ele aumenta a ocupação do solo e as áreas urbanas, com o aumento das zonas residenciais e o parcelamento dos terrenos. Isso diminui a capacidade de o solo absorver água e reabastecer o lençol freático. "A partir do momento em que você faz um plano diretor que privilegia uma ocupação urbana em áreas que hoje não são ocupadas, você está aumentando a impermeabilidade do solo e o escoamento superficial. Isso leva a problemas no futuro que são: falta de água no período de seca e enchentes no período de chuvas".

Santos enfatiza que é preciso considerar a ocupação dos territórios pelas microbacias, mesclando nessas regiões áreas urbanas, rurais, industriais e áreas de preservação, garantindo a proteção aos mananciais e a capacidade de absorção da água pelo solo para os reservatórios subterrâneos.

Biodiversidade

O professor da USP, Álvaro de Almeida, complementa chamando a atenção para a perda da biodiversidade de Sorocaba. Assim como as associações de moradores e amigos de bairro da região Leste e Sudeste, o especialista defende a implantação de corredores de biodiversidade, com sua previsão no Plano Diretor. Essa proposta foi tecnicamente apresentada no livro Biodiversidade do Município de Sorocaba, com participação de 59 especialistas e coordenação da própria Secretaria Municipal de Sorocaba (Sema), mas não foi considerada na revisão do Plano Diretor elaborada pela Prefeitura.

Almeida conta que a vegetação nativa de Sorocaba está fragmentada, o que causa um isolamento dos animais e das plantas e a endogamia (cruzamento entre indivíduos da mesma família), o que causa deformações genéticas que podem gerar a extinção de espécies. O professor lembra que proteger as espécies é uma questão de sobrevivência humana, pois é através delas, por exemplo, que se descobrem curas de doenças e vacinas, sem falar na proteção dos recursos hídricos, manutenção do clima e em toda a cadeia alimentar.

A sugestão científica para Sorocaba é aproveitar os fragmentos de qualidade da região sudeste e leste, criando um corredor que interligaria a Floresta Nacional de Ipanema (Flona), à Noroeste, até a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga, em Votorantim, que é a principal fonte de água para Sorocaba. "São as regiões mais importantes em biodiversidade de Sorocaba. Um corredor interligando esses locais seria essencial para manter o que sobrou desse verdadeiro museu vivo que ainda temos na cidade", destaca Almeida.

ANEXO 5

Novo Plano Diretor de Sorocaba pode travar o mercado imobiliário

9 DE OUTUBRO DE 2014

O mercado imobiliário de Sorocaba, cidade do interior do Estado de São Paulo com 600 mil habitantes, sente os reflexos do desaquecimento da economia do País, além de lidar com um agravante: o município está concluindo a revisão do Plano Diretor.

A lei, que define as diretrizes para o desenvolvimento urbano das cidades por

pelo menos uma década, interfere diretamente na atividade de incorporação e loteamento e, conseqüentemente, na vida de todos os cidadãos.

Retração

Conforme estudo de mercado elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística do Secovi-SP, e divulgado recentemente, no acumulado de 36 meses (outubro de 2011 a setembro de 2014) foram lançadas 14 mil unidades em condomínios residenciais verticais, com 11 mil vendas. Imóveis residenciais horizontais representam 10% do volume lançado, comprovando que a cidade está em amplo processo de verticalização. A média móvel do período é de 5.700 unidades lançadas por ano.

Porém, na comparação do acumulado de janeiro a setembro de 2013, quando foram lançadas 5.101 unidades, com o mesmo período de 2014, que registrou a oferta de 3.568 imóveis novos, a queda é de 30%. “Essa retração tem a ver com a desconfiança dos empresários com os rumos do País, e com a insegurança das pessoas em contrair dívidas de longo prazo”, observou Flavio Amary, vice-presidente do Interior, durante Encontro do Mercado Imobiliário de Sorocaba e região, realizado na noite de 2 de outubro, na Fundação Ubaldino do Amaral (auditório da sede do Jornal Cruzeiro do Sul).

Agravante

De acordo com explicações de Amary, que também é diretor regional do Secovi-SP em Sorocaba, o Projeto de Lei do novo Plano Diretor da cidade de Sorocaba está com 148 artigos e 200 propostas de emendas apresentadas pelos vereadores. “Se algumas dessas emendas passarem, o mercado imobiliário local vai parar e teremos uma lei de incentivo às invasões, à coabitação e à expulsão de empresários e moradores para outros municípios”, disse o dirigente.

Muitas das sugestões dos legisladores são totalmente contrárias à economia de mercado. Como as de números 152 e 153, que tratam do direito de protocolo, que nada mais é do que a garantia de que os projetos encaminhados para análise e aprovação na prefeitura possam obedecer aos critérios legais anteriores à promulgação do novo Plano Diretor. Outra emenda propõe que projetos com 50% das obras executadas devem atender as regras da nova lei, invalidando a aprovação já concedida.

Na avaliação de Amary, a emenda de número 191 também merece atenção, pois, resumidamente, diz: “no espaço de um quilômetro contado a partir da divisa da cidade, o zoneamento tem de ser igual ou mais restritivo aos municípios limítrofes”.

“Sorocaba quer atuar como protagonista nos debates urbanísticos e não como coadjuvante. Ao deixar o município vulnerável às regras de outras cidades, o produto imobiliário será elitizado, prejudicando, principalmente, as periferias. O planejamento pode ser feito de maneira conjunta, discutindo-se a inteligência urbanística das metrópoles e compatibilizando as diferenças, sem impedir o desenvolvimento. Para aqueles que têm interesse em uma cidade melhor, eu recomendo a participação nas próximas audiências públicas. Incorporadores, loteadores, arquitetos devem se unir e trazer as discussões para o nível técnico e impedir que a atividade imobiliária seja extinta”, afirmou Amary.

ANEXO 6

Manifesto pede reflexão para crescimento urbano de Sorocaba

20/05/2019 22:23

Entre as propostas estão novo Plano Diretor e revisão de projetos de obras em Sorocaba visando à sustentabilidade

Um manifesto público pelo Planejamento Urbano do Município de Sorocaba foi apresentado, nesta segunda-feira (20), pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba (Aeas), com o apoio da Associação Comercial de Sorocaba (Acso), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp – Sorocaba) e do Instituto Defenda Sorocaba.

Representantes das entidades apresentaram, em evento realizado na Acso, documento que pede uma reflexão sobre os caminhos para o crescimento sustentável do município. Entre as ações propostas está a criação de um novo Plano Diretor e a revisão de projetos de obras.

O manifesto alerta para os perigos socioambientais do crescimento desordenado, alta taxa de urbanização e redução das áreas verdes. O documento cita ainda que o custo social de determinados empreendimentos pode ser maior do que os eventuais ganhos políticos e econômicos, “ainda que este banque parte da infraestrutura urbana necessária e pratique a mitigação como forma duvidosa de compensação”.

Para as entidades, o Plano Diretor deve prever a garantia de que as administrações, independente de partidos, darão continuidade naquilo que foi planejado como essencial para a cidade. As cidades Maringá, Curitiba e Piracicaba são citadas como exemplos a serem seguidos. O último Plano Diretor de Sorocaba foi aprovado em 2014, em meio a muitas polêmicas.

O presidente da Acso, Sérgio Reze, defende que o Plano Diretor seja construído junto a entidades técnicas e à população, e não visando a pedidos individuais. “Temos de ter uma participação de forças vivas da sociedade para saber o que a cidade quer”, afirma. Para o diretor regional do Ciesp, Erly Domingues de Syllos, o crescimento desenfreado traz problemas sociais que a cidade pode evitar com planejamento. “Estamos nos colocando à disposição, com esse manifesto, a apoiar, ajudar e repensar Sorocaba”, diz.

A favor do desenvolvimento

Os representantes das entidades destacaram que o movimento não é contra o desenvolvimento da cidade. “É importante a gente fazer algumas considerações quanto à qualidade desse tipo de desenvolvimento”, afirma Sandra Lanças, da Aeas. Um exemplo de crescimento problemático, apontado por Maria do Carmo Lopes Soeiro, do IAB, foi a instalação do residencial Carandá, às margens da rodovia Emerenciano Prestes de Barros, com cerca de 10 mil habitantes.

“41,5% das cidades do Estado de São Paulo têm menos de 10 mil habitantes e a gente cria uma pequena cidade, dentro da cidade, em um local bem longe da região urbana. Por mais que a empresa faça escola e posto de saúde, esse ônus todo de manter essa estrutura e depois trazer transporte público, e tudo mais, recai sobre o município”, avalia.

Para Sandra, a função final do planejamento urbano adequado é a melhora da qualidade de vida, avaliando os vazios urbanos e distribuindo a população em locais adequados. Ela ressalta ainda a importância de diretrizes claras para o desenvolvimento da cidade.

Manifesto é do IAB e Aeas, com apoio da Associação Comercial, Ciesp e Defenda Sorocaba.
Crédito da foto: Fábio Rogério

Entre as propostas apresentadas estavam: que a Prefeitura realize uma revisão dos projetos de obra que estão vindo a público e aqueles em estudo, com o auxílio de um grupo técnico de alto nível; um novo Plano Diretor baseado em uma política de Desenvolvimento Urbano; sendo um Plano Diretor voltado para as novas gerações e “não para as próximas eleições”.

De acordo com os representantes das entidades, o manifesto não é contra nenhuma figura de autoridade ou gestão, mas uma forma de se colocar à disposição da comunidade e das autoridades. A Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Sorocaba receberam o documento.

Entidades levam documento à Câmara

Representantes das entidades que assinam o manifesto pelo Planejamento Urbano do Município de Sorocaba reuniram-se nesta segunda-feira (20) com o presidente da Câmara de Vereadores de Sorocaba, Fernando Dini (MDB), ocasião em que entregaram o documento ao parlamentar.

Sobre a proposta de um novo Plano Diretor Municipal, a Câmara de Sorocaba afirmou que “todas as propostas, que visem melhorar Sorocaba e/ou a economia do município e venham ao encontro do benefício aos sorocabanos, são bem-vindas”. De acordo com a assessoria de imprensa da Casa de Leis, a Câmara está aberta para discutir o tema, “debater não somente com esse grupo, como qualquer outro que nos traga novos projetos para o município”.

Prefeitura diz estar aberta a propostas

A Prefeitura de Sorocaba informou por meio de nota que — seja por meio de audiências públicas, câmaras, conselho municipal ou mesmo manifestos — dispõe-se, além de apenas discutir, mas receber propostas, bem como divulgá-las a toda a população. A nota, entretanto, não mencionou a proposta de um novo Plano Diretor.

A Prefeitura diz que, “atenta ao compromisso de receber propostas e consultar a sociedade civil sobre questões de planejamento urbanístico, restituiu o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Comuplan), desde outubro de 2018”.

Segundo o Município, diversas organizações constituem o conselho — que se reúne mensalmente com sessões plenárias públicas, nas quais “as atribuições regimentais lhe conferem o direito a pareceres e proposições referentes a planos urbanísticos”. O Município destaca que “o próprio regimento também assegura que qualquer cidadão possa oferecer projetos à apreciação”.

A Prefeitura cita ainda, como exemplo de “comprometimento com os debates e a ouvir a população”, os estudos para revitalização da área central, por meio das Câmaras Temáticas realizadas entre fevereiro e maio, subsequentes à audiência pública realizada em janeiro deste ano, cujo resultado dos trabalhos e colaborações ainda será apresentado.

Um dos pontos do manifesto argumenta que “sem terem à disposição informações completas sobre os projetos de infraestrutura urbana” a participação dos especialistas nos conselhos municipais não é o bastante: “Da forma como acontece, fica mais parecendo um aval ou endosso técnico feito de afogadilho, sem conexão com políticas públicas e planejamento integrado”.

ANEXO 7

Votorantim e Itu são as únicas da região que têm favelas

24/12/11 | Equipe Online - online@jcruzero.com.br



Votorantim tem cinco aglomerados subnormais (favelas), entre elas o Núcleo Palmeirinha - Arquivo JCS/Erick Pinheiro

Leila Gapy

leila.gapy@jcruczeiro.com.br

As cidades de Votorantim e Itu são as únicas da região sorocabana que têm favelas, segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados de 2010. Ao todo, os dois municípios somam cerca de 4.500 pessoas divididas em oito locais irregulares; sendo mais de três mil delas moradoras de Votorantim, que conta com cinco dos aglomerados subnormais. Para o Instituto foi levado em consideração aglomerados irregulares com mais de 51 unidades habitacionais. Sorocaba não foi citada na pesquisa devido à inexistência de grupos nestas características. O dado foi confirmado pela Prefeitura, que citou os programas de remanejamento residencial, com retirada das famílias das áreas de risco, e a regularização fundiária, que na próxima semana deve beneficiar 945 famílias sorocabanas.

De acordo com os dados do IBGE divulgados na última quarta-feira (21), Votorantim tem cinco aglomerados subnormais (favelas), localizadas no Votocel (grupo Francisco Nunes Mendes), Novo Mundo (grupo Ozete dos Santos), Palmeirinha, Santo Antônio e Serrano. Juntos, estes aglomerados abrigam 3.077 pessoas, ou seja, 2,8% de um total de 108.744 habitantes. Ao todo são 803 moradias em condições precárias (casas e barracos) dentre as 31.994 existentes no município. A média é de 3,8 pessoas por moradia, e a proporção de homens e mulheres é a

mesma (50% cada). Na tentativa de viver em melhores condições, a maioria das residências dos aglomerados conta com abastecimento de água e energia ligados clandestinamente às redes convencionais.

Metade dos moradores têm o esgoto ligado à rede geral ou pluvial, correndo a céu aberto pelas comunidades; o restante se divide entre fossas rudimentares e valas. Quase 100% têm acesso à coleta de lixo. Dentre as maiores favelas está a do Novo Mundo, chamada de Ozete dos Santos, com 371 moradias e um total de 1.423 pessoas. Em segundo lugar ficou a Palmeirinha, com 176 casas e 700 moradores. Depois vem a favela do bairro Santo Antonio, com 110 barracos e 383 pessoas. Em quarto lugar está o Serrano, com 76 moradias e 292 habitantes; e por último foi contabilizada a favela do Votocel, chamada de Francisco Nunes Mendes, com 70 residências e 279 habitantes, que tem o maior média de moradores por casa, cerca de quatro pessoas.

O objetivo do levantamento é ajudar as administrações municipais para o desenvolvimento de políticas habitacionais. O prefeito vitorantinense, Carlos Augusto Pivetta (PT), concordou ontem com os dados do IBGE. Porém, ele assumiu que os problemas da cidade são maiores. Ele disse que o município tem mais 18 aglomerados subnormais - todos pequenos, com menos de 50 residências -, além dos citados pelo Instituto, mas que estão espalhados pela cidade, segundo dados da Prefeitura em 2009. "Pelos nossos dados, temos 1.200 famílias em situação de risco ou em locais irregulares, ou seja, cerca de 5 mil pessoas". São pequenas favelas de 10 ou 15 casas ou ruas com loteamentos irregulares, como a via Nazira Maria de Jesus ou a Vila Lemos, que dependem de regularização.

"Os nossos critérios de avaliação são distintos do IBGE. Junto dos nossos dados estão casos de regularização fundiária", citou. No entanto, Pivetta destacou que o atual governo tem desenvolvido projetos de desfavelação que deverão melhorar a situação local a partir do ano que vem. Segundo ele, a municipalidade já assinou convênio com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que beneficiará 900 famílias, com investimento previsto de R\$ 52 milhões. "Construiremos apartamentos residenciais em três regiões, Vila Garcia, Votocel e Itapeva. Há outras unidades que bastam resolver questões judiciais e regularizá-las, como é o caso do Jardim Tatiana. Estamos otimistas", finalizou ele.

Itu

Já em Itu o número de pessoas que residem em favelas é de 0,7%, ou seja, um universo de 1.225 pessoas dentre os 153.619 habitantes. Segundo o IBGE, há três aglomerados subnormais ituanos que somam 323 moradias irregulares, dentro das 46.545 existentes no município. Uma média de 3,8 pessoas por residência, sendo a proporção de homens igual a de mulheres. A maioria dos aglomerados também tem ligações clandestinas nas redes de água e energia; o esgoto corre a céu aberto e quase 100% das casas tem acesso ao serviço de coleta de lixo.

Dentre os aglomerados, o maior é o da Vila da Paz, com 175 barracos e 620 pessoas; há também da Vila Lucinda, com 77 moradias e 345 habitantes (um média de 4,5 moradores por casa); e a Favela Isac, com 71 residências e 260 pessoas. A reportagem procurou a Prefeitura de Itu para falar sobre o assunto, mas não houve retorno das ligações e emails enviados.

Interior e Capital

A região metropolitana e o litoral paulista somam o maior número de favelas no Estado. São Paulo tem 1.020 favelas, depois seguem Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo, que também têm mais de 100 favelas. No litoral, Guarujá tem 46 favelas e São Vicente 27. Já no interior, quem lidera o ranking é Campinas, com 113 aglomerados.

ANEXO 8

Polícia cumpre reintegração de posse em área na Itavuvu, em Sorocaba

29/11/2018 09:41

Segundo as primeiras informações, a ação ocorre de forma tranquila



Casas construídas na área foram derrubadas. Crédito das fotos: Fábio Rogério

Um total de 100 moradias passou, na manhã desta quinta-feira (29), por reintegração de posse em área localizada na avenida Itavuvu, 6.050. A operação, cumprida para atender ação judicial expedida, teve início por volta das 6h. Não foi informada a quantidade de pessoas que habitavam o local. Do total de casas, 60 eram de alvenaria e 40 de madeira. A reintegração envolveu 130 policiais, com apoio do helicóptero águia da Polícia Militar e policiamento ambiental. Além disso, houve participação de homens da Guarda Civil Municipal (GCM) e Corpo de Bombeiros, além de representantes da Secretaria de Igualdade e Assistência Social (Sias) da Prefeitura de Sorocaba, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Uma outra área na mesma região já havia passado por reintegração de posse em março deste ano, em decisão do juiz Márcio Ferraz Nunes, da 3ª Vara Civil de Sorocaba. À época, os proprietários da área, denominada Fazenda São Pedro, afirmaram que a invasão ocorreu no dia 10 de janeiro deste ano e que uma saída amigável das pessoas foi tentada, sem sucesso. Na ocasião, os donos informaram que o terreno tem título público devidamente registrado em cartório, com todos os impostos quitados. “Não restou alternativa aos proprietários se não acionar a justiça solicitando a reintegração de posse da área, evitando o crescimento habitacional desordenado de Sorocaba. Todas essas informações constam

no processo, na 3ª Vara Cível, no Fórum de Sorocaba”, dizia texto distribuído à imprensa.

Famílias

O jovem Jonathan Willian Gomes, 19, morava na área há pelo menos um ano. Diz que não sabia que a reintegração de posse seria nesta quinta. “Fui pego de surpresa, com a polícia já dentro de casa pedindo para eu sair”, conta ele, que não tem local definido para ficar. “Vamos ver o que vai acontecer, o que dá para fazer daqui para a frente”, emenda.

A dona de casa Aline Talita de Souza, 31, também estava com uma casa de alvenaria construída na área. Ela, ao contrário de Jonathan, conseguirá ir para a moradia de um tio no bairro Ana Paula Eleutério, o Habiteto, próximo àquela região. “Não fui pega de surpresa, eu sabia (da reintegração), mas esperava um milagre nesse último dia”, afirma. Conforme explicou, não havia muito o que tirar da casa. “Eu não tinha muitas coisas, foi mais tirar algumas roupas, a televisão e o botijão de gás.”



ANEXO 9

Famílias são retiradas de terreno em reintegração de posse na avenida Itavuvu

Polícia 29 nov / 2018 às 08:11

TEXTO: Lincoln Salazar/Grupo Z de Comunicação. FOTO: Jornal Z Norte



Dezenas de famílias são retiradas de terreno invadido na avenida Itavuvu, altura do número 6500, no bairro Terra Vermelha, após decisão da Justiça. Diversas viaturas da polícia militar auxiliam o trabalho de reintegração de posse.

José Nilton da Silva, de 53 anos, era morador do local até poucas semanas. Ele falou à reportagem do Jornal Z Norte que uma reunião, no começo do mês com a Polícia Militar, definiu como seria feita a desocupação. “Eu saí, preferi

não deixar para última hora. Fazer o quê? A gente achava que essa seria nossa casa, mas tivemos que sair”, afirmou ele, que alugou uma casa na região.

O também morador Antônio, de 63 anos, também preferiu deixar o local antes da reintegração. Ele que hoje mora no Jardim Ana Paula Eleutério também em um imóvel alugado, disse que muitos vizinhos do bairro decidiram esperar. “Aqui em cima não, mas mais lá para baixo, umas 10 famílias não quiseram sair. Nós falamos com eles, mas escolheram ficar”, explicou.

O Jornal Z Norte esteve no local na manhã desta quinta-feira (29). A reintegração ocorria de modo tranquilo. Várias viaturas da polícia militar e da guarda civil municipal auxiliaram o trabalho. Também foi registrada a presença de soldados do batalhão de cavalaria da PM, Equipes da Patrulha Ambiental e Corpo de Bombeiros.